

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

JOSANA MARIA OLIVEIRA PEREIRA

**A RELATIVIZAÇÃO DO ESTUPRO – UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DO  
ESTUPRO NOS DISCURSOS SOCIAIS**

MANAUS

2018

JOSANA MARIA OLIVEIRA PEREIRA

**A RELATIVIZAÇÃO DO ESTUPRO – UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DO  
ESTUPRO NOS DISCURSOS SOCIAIS**

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas – UFAM – como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa.

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P436r      Pereira, Josana Maria Oliveira  
A relativização do estupro : Uma análise foucaultiana do estupro nos discursos sociais / Josana Maria Oliveira Pereira. 2018  
119 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa  
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Cultura do estupro. 2. Discurso. 3. arqueologia. 4. Foucault. I. Costa, Prof. Dr. Leonard Christy Souza II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

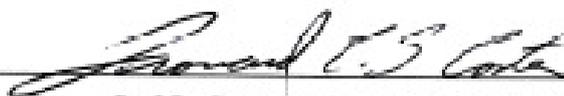
JOSANA MARIA OLIVEIRA PEREIRA

**"A RELATIVIZAÇÃO DO ESTUPRO - UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DO ESTUPRO  
NOS DISCURSOS SOCIAIS"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos da Linguagem.

Aprovada em 28 de novembro de 2018

**BANCA EXAMINADORA:**



Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa - **Orientador**  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM



Profa. Dra. Fernanda Dias de Los Rios Menlonça - **Membro**  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM



Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza - **Membro**  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Profa. Dra. Marta de Faria e Cunha Monteiro - **Suplente**  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Wagner Barros Teixeira - **Suplente**  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

À minha mãe, mulher de resistência – *in*  
*memoriam*

## AGRADECIMENTOS

A consecução desta dissertação foi uma jornada atravessada por dificuldades físicas e desafios inesperados, mas amparada por muita ajuda, amizade e incentivo. Deus esteve presente em cada dia dessa jornada, me fortalecendo e fazendo crer que realmente “tudo posso naquele que me fortalece”. A Ele, minha primeira gratidão.

Ao meu admirável Orientador, Professor Doutor Leonard Christy da Costa, por toda compreensão, paciência e incentivo constantes, e por me iniciar nos densos caminhos foucaultianos, que certamente não terminam nessa dissertação.

Aos membros da banca examinadora, por aceitarem participar desse momento importante da minha vida, Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Fernanda Dias de los Rios Mendonça.

Aos Professores Doutores: Frantomé Pacheco, Herbert Braga, Sérgio Freire e Leonard Costa, por seu comprometimento profissional em minha formação em cada disciplina ministrada.

Aos meus amigos do Mestrado, pelos momentos partilhados ao longo dos semestres, em especial a Gleycia Letícia, pelo incentivo explícito e amizade; Amarildo Nunes e Ilda Gomes, pela jornada foucaultiana produtora de boas conversas.

À pessoa mais paciente, dedicada e prestativa do PPGL, Angélica Castro, uma mulher sempre à frente nos orientando quando estamos imersos em tantos afazeres acadêmicos.

A Naiva e Lúcia, irmãs do coração, pela caminhada de mãos dadas, unidas num incentivo mútuo de um trio tão cúmplice de muitas histórias. Não mais meninas, mas Superpoderosas.

A Nícia, amiga, irmã, “mulher”, que me ensinou a desconstruir barreiras e construir possibilidades de Ser. Os cafés vespertinos aguçaram o paladar pela pesquisa e alimentaram a autoconfiança.

À minha família, em especial às minhas irmãs: Sô, por ser uma enfermeira atenciosa e dedicada; Fah, por cuidar da minha casa e emprestar as mãos quando as minhas já não podiam mais dirigir; Ana, por providenciar as roupas “que não machucassem o ombro”; e Cris, por emprestar as mãos quando as minhas já não podiam mais digitar. A meu pai, minha referência no hábito de leitura e nas trilhas da história hebraica. A meu único irmão, homem com quem cresci e vi que o respeito à mulher é um acontecimento

possível. À minha sobrinha Samara, “Minhavó”, por seu esmero ao proporcionar condições para que esse texto viesse à luz.

A Rossélia, um anjo louco na minha vida, cuja ousadia e determinação me colocaram nesse Mestrado. Que caminhou “debaixo de um sol escaldante” para fazer minha inscrição e me fazer preparar um projeto em tempo recorde. Que ministrava as minhas aulas para que eu pudesse estudar para uma prova de Seleção de Mestrado que aconteceria em uma semana. Que foi minha blindagem quando eu precisei de ajuda física e emocional. Que foi meu otimismo quando tudo parecia desmoronar. Que até as últimas linhas desta dissertação estive, mesmo a distância, presente e confiante de que “tudo dará certo”.

E a Daphyne, meu bebê de patas, pelas horas de vigilância e fidelidade ao meu lado enquanto eu dava forma a esse trabalho.

*Estupra, mas não mata.*

(Paulo Maluf)

## **RESUMO**

Essa pesquisa tem como propósito uma analítica sobre o estupro e as discursividades sob uma perspectiva foucaultiana de análise do discurso. Considerado uma violência sexual, nos perguntamos o que o faz distinto das outras formas de violência e quais percursos históricos representam uma constituição daquilo que hoje chamamos de Cultura do Estupro. Estamos vivenciando uma profusão de discursos sobre o estupro atualmente que reflete a potência que o tema traz para discussões além do escopo jurídico. Para tal empreitada, tomamos como produto de análise, principalmente, materialidades linguísticas das nossas experiências discursivas, sejam elas em músicas, publicidade, entrevistas, entretenimento virtual entre diversas possibilidades de manifestação discursiva, que se disseminam a partir do conceito de “Cultura do Estupro”.

Palavras-Chave: Cultura do Estupro. Discurso. Foucault.

## **ABSTRACT**

This research aims at analyzing rape and discursiveness from a Foucaultian perspective of discourse analysis. Considered a sexual violence, we ask ourselves what makes it different from other forms of violence and what historical paths represent a constitution of what we now call Rape Culture. We are experiencing a profusion of discourses on rape today that reflect the power that the theme brings to discussions beyond the legal scope. For such work, we take as a product of analysis, mainly, linguistic materialities of our discursive experiences, they may be in music, publicity, interviews, virtual entertainment among diverse possibilities of discursive manifestation, that spread from the concept of "Rape Culture" .

Keywords: Rape Culture. Discourse. Foucault

## SUMÁRIO

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES .....	8
1. ANÁLISE DO DISCURSO: UMA METODOLOGIA POR SI SÓ .....	12
1.1 AD, PÊCHEUX E FOUCAULT .....	12
2. PERCURSO TEÓRICO–METODOLÓGICO .....	17
3. A CONTRIBUIÇÃO DE FOUCAULT .....	19
3.1 PROBLEMATIZAÇÃO .....	21
3.2 POR QUE UMA ARQUEOLOGIA? .....	22
3.3 O PODER E A GENEALOGIA FOUCAULTIANA .....	24
3.4 O SUJEITO – UM COMPOSTO HISTÓRICO .....	31
4. DISCURSOS EM MOVIMENTO.....	32
4.1 AS REDES SOCIAIS .....	32
5. O ESTUPRO .....	35
5.1 FOUCAULT E O ESTUPRO .....	40
5.2 ESTUPRO: ARTE E MITOLOGIA .....	41
5.3 O ESTUPRO: HISTÓRIA E PERCURSO JURÍDICO .....	44
5.4 ESTUPRO NA BÍBLIA – UMA CONCUBINA SEM NOME .....	50
5.5 ESTUPRO DE GUERRA .....	63
5.6 UMA RELAÇÃO DE PODER .....	65
5.7 ESTUPRO E SUAS FORMAS DE SE REINVENTAR .....	66
5.7.1 COMPARTILHAMENTO DE ESTUPROS COLETIVOS .....	71
5.8 A VÍTIMA .....	74
5.9. O ESTUPRADOR .....	76
6. A VOZ DOS FEMINISMOS .....	79
7. O CORPO .....	87
8. AS MATERIALIDADES .....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	105
REFERÊNCIAS .....	113
ANEXOS .....	116

## PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

“Estupra, mas não mata”<sup>1</sup>. Simples assim. A epígrafe que abre este trabalho representa bem o que é a relativização do estupro. E como, através de uma análise discursiva, podemos buscar as possibilidades de sentidos que um enunciado como esse propõe. “Estupra, mas não mata” mata diariamente a dignidade de centenas de vítimas que, mesmo nessa condição de vítima, enfrentarão um batalhão de desconfiança, descrédito e julgamentos morais. É a violência moderna: culpar para defender. Culpar a vítima para defender uma estrutura que treinou a mulher a se defender. A violência contra a mulher não tem fronteiras culturais. Ela acontece sistematicamente em todas as sociedades ditas civilizadas. A grande questão é: por que isso ainda acontece, sobretudo em relação à violência sexual? Por que ainda é uma mancha a assombrar o mundo civilizado contemporâneo? Vivemos num mundo digital, onde as informações são rápidas e vêm de todas as partes. Notícias diárias desnudam práticas de opressão sobre a mulher até em países desenvolvidos reconhecidamente modelos de igualdade de gêneros, como a Noruega, onde recentemente foi descoberto o escandaloso número de mulheres estupradas num pequeno vilarejo – e o silêncio a que eram submetidas. Essas informações só nos chegam diariamente por conta da absoluta potência do mundo virtual, como noticiários online e redes sociais. É o status denunciador da internet – que é um sujeito. A preocupação em que esse tema se transformou nos fez buscar justificativas para a violência sexual. É uma constituição biológica? Construção social? Do que se trata?

Cultura do Estupro. O que é isso? Começemos com a urgência de esclarecer o que ela não é. Cultura do Estupro não é apologia ao estupro. Não é um grupo de homens que defendem o direito de fazer sexo forçado com outra pessoa. Não é uma crença insana de que todos os homens estupram. Não é a culpabilização do homem que corteja alguém. Não é, acima de tudo, uma conspiração sexista que canoniza as mulheres e demoniza os homens. Não é, também, uma invenção das feministas.

---

<sup>1</sup> Paulo Maluf, candidato do PDS a presidente da República, em 23/08/1989, em palestra durante a campanha eleitoral, na Faculdade de Ciências Médicas da UFMG, em Belo Horizonte. Depois, Maluf disse que estupro com a morte da vítima deve ser caso até de pena de morte. “O que fazer com um camarada, que estuprou uma moça, e matou? Tá bom, tá com vontade sexual, estupra, mas não mata!...” Foi o áudio vazado pela campanha do PT na eleição para Prefeitura de São Paulo em 1989. Em ocasião oportuna, o então deputado candidato se defendia, alegando descontexto da frase. Segundo ele, excertos foram maliciosos e só demonstram uma parte da conversa. “Mas o sentido e o contexto em que ela foi dita, nem de longe é o que eles tentam dar a ela”. Em <http://acervo.oglobo.globo.com/frases/o-que-fazer-com-um-camarada-que-estuprou-uma-moca-matou-ta-bom-ta-com-vontade-sexual-estupra-mas-nao-mata>

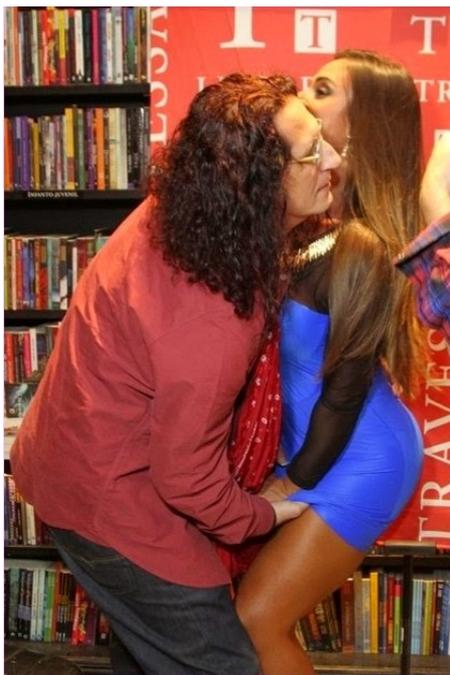
Cultura, em definição original, é uma rede de significados criados pelo homem, que dão sentido às coisas, ao mundo, ao próprio homem. É um conceito mais antropológico, mas que cabe, de certa forma, na leitura foucaultiana proposta nesse estudo.

O grande problema ao lidar com o tema estupro é limitar o seu campo semântico, ignorando que ele não se limita à penetração genital, à violência física, mas alcança uma devastação psicológica e moral, com a vítima a perder o domínio do próprio corpo, biológico e social – porque o que se segue a um estupro é uma leitura moral da vítima. Justamente por razões além do ataque físico, é que precisamos compreender a Cultura do Estupro como uma pluralidade de práticas humilhantes e simbolicamente falocêntricas, que vão desde as “cantadas de pedreiros” até os encoxamentos em transportes públicos. Apesar de termos consagrado a expressão que a trouxe à pauta para discussão desde os anos 1960, a Cultura do Estupro abrange situações mais específicas e por vezes mais cruéis. Por muito tempo não se tem percebido tal problemática porque infelizmente ainda existe uma supremacia masculina em nossa sociedade, uma supremacia, que, propositalmente ou não, consegue se manter invisível, mas fortemente presente e articulada em diversas formas de discursos que relativizam a agressão sexual, minimizando-a como constrangimento apenas.

Essa articulação é bem retratada no caso entre o escritor Gerald Thomas e a modelo Nicole Bahls, quando este, em frente a jornalistas, tentou agressivamente pôr a mão por baixo do vestido de Nicole, que tentava manter o equilíbrio entre o profissionalismo e o aparente desconforto com alguém lhe invadindo o corpo (embora Thomas tenha relativizado como uma brincadeira “mal entendida pelos mal humorados”).

Esse é o tipo de relativização com que devemos nos preocupar, e em vez de analisarmos as roupas ou o personagem sexualmente simbólico adotado pela modelo, intimidar atitudes como essas. Não foi uma brincadeira. Não relativizemos. Foi uma agressão de alguém que se supôs exercendo um poder sobre outrem, acreditando que a violação do corpo do outro pode ser uma divertida forma de chamar atenção num evento midiático. Esses momentos e outros semelhantes, mas menos famosos, é que constroem ou ajudam a construir uma cultura que relativiza toda forma de violência sexual: ou é uma brincadeira, ou foi algo combinado, ou simplesmente engraçado.

O episódio citado, não foi um estupro, de fato. Ninguém presenciou uma mulher sendo literamente estuprada, mas certamente violada. É daí que se deve construir uma resistência à tentativa de minimizar o que é o estupro e a cultura que o institui como um problema não isolado, de um caso ou outro, mas como um ato que acontece, inclusive, dentro de casa – comprovadamente nas últimas pesquisas do Ipea.



**Figura 1: Flagrante de Gerald Thomas apalpando Nicole Bahls**

Essas questões imediatas nos encaminham para novas posturas da sociedade e aí vemos agir a biopolítica elaborada por Michel Foucault (termo consagrado por ele nos anos 1970 na obra *História da Sexualidade I*): desde o casamento, instituição privada que passou a pública (em parte por razões de brigas conjugais que se tornam casos policiais e, assim, se submetem à interferência do Estado). Um dos bons exemplos para essa biopolítica é a criação da Lei Maria da Penha, que veio ordenar um certo tipo de disciplina e controle relacionados à questão de gênero, especificamente a violência contra a mulher. O quadro aqui continua sendo de uma vigilância, não exatamente panóptica, mas uma vigilância que molda comportamentos e, conseqüentemente, introduz um novo ordenamento jurídico. Ora, por que se criou a Lei Maria da Penha? Todos sabemos que ela foi resultado de uma necessidade. Leis não são criadas sem crime, sem infrações. E é nessa ordem que a interferência jurídico-policial acaba constituindo-se numa engenharia biopolítica – uma nova forma de saber. Edgardo Castro comenta:

Há que entender por "biopolítica" a maneira em que, a partir do século XVIII, procurou racionalizar os problemas práticos de governo pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, nascimento, longevidade, raça (DE3, 818)<sup>2</sup>. Esta nova forma de poder se ocupará então do seguinte: 1) a proporção de nascimentos, mortes, as taxas de reprodução, a fertilidade da população; em uma palavra, demografia. 2) doenças endêmicas: a natureza, extensão, duração, a intensidade de doenças na população

<sup>2</sup> Referência a *Ditos e escritos: Estratégia, poder-saber*.

em vigor; da higiene pública. 3) velhice, doenças que deixam o indivíduo fora do mercado de trabalho; também, então, dos seguros individuais e coletivos, da aposentadoria. 4) as relações com o meio geográfico, o clima; urbanismo e a ecologia.<sup>3</sup>

O que denominamos de vitimização sexual (que às vezes pode se alinhar a um sentido pejorativo, infelizmente) é uma demonstração nada nova de uma suposta supremacia masculina banalizada na nossa sociedade, através de uma crença histórica de dominância e superioridade sobre a mulher. Não é uma tese recente, há séculos essas verdades foram incutidas por gerações que atravessaram séculos e que ainda hoje pulveriza seus resquícios nas relações de sentido, sobretudo nas de gênero. É claro, também, que o silenciamento feminino sempre foi enfrentado para que a voz das mulheres não fosse tão inaudível assim. Essa tese pode ser autenticada através de figuras femininas históricas, inclusive desde a Idade Média, uma época em que a mulher como ser pensante era simplesmente inimaginável. Exemplo disso é a filósofa Cristine de Pizán (Pisano, Pizano entre demais variantes), que ousou, em meio a mentes medievais, destacar os valores da mulher na sociedade, inaugurando um feminismo de combate às literaturas medievais essencialmente misóginas. Conhecida nos estudos de gênero como a profeminista, a contribuição dessa italiana foi educada, mas incisiva, e certamente iniciou a desconstrução de enunciações extremamente machistas e completamente aceitáveis e aplaudidas na época. “Se julgar a partir dos tratados de todos os filósofos e poetas e de todos os oradores, parece que todos eles falam por uma única boca”.<sup>4</sup>

Para se chegar à compreensão sobre a Cultura do Estupro é preciso, inicialmente, compreendermos toda uma construção social, cultural de um estereótipo do feminino, cujo gene é marcado por sistemas de ordem patriarcais e uma desigualdade de gênero oriunda de tal sistema. Falar em Cultura do Estupro é falar sobre algo que não se pretende ouvir, sobre a violência que objetifica, sobretudo, a mulher. É preciso resgatar histórica e discursivamente a mulher para compreendermos como isso tudo se produziu. E nesse caminho se verifica que toda essa construção histórica patriarcal tem conduzido a mulher a uma condição subordinada, sempre construída a partir de um olhar masculino. A mulher é o que não é o homem. Basicamente essa é a história da mulher. Em tese, nos acostumamos à concepção feminina numa esfera privada, doméstica, cujo reino é a casa e ainda a maternidade. É isso que a História nos tem revelado sobre a saga das mulheres.

---

<sup>3</sup> CASTRO, E. Vocabulário de Michel Foucault. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte, BH: Autêntica Editora, 2016, p. 59 e 60.

<sup>4</sup> (PISAN, Christine de. apud BLOCH, R. Howard in Misoginia Medieval e a Invenção Amor Romântico Ocidental. p.11)

## 1 A ANÁLISE DO DISCURSO: UMA METODOLOGIA POR SI SÓ

“a análise do discurso [...] não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante”<sup>5</sup>.

Inicialmente, é bom que se esclareça que esta é uma pesquisa cujos interesses são casos singulares, e ela tem uma natureza exploratória do assunto, dando espaço para interpretações, pois seu caráter é profundamente qualitativo-interpretativista. Ao se falar em Análise de Discurso (doravante AD), propõe-se uma pesquisa cuja essência é sua própria metodologia: ela não está pronta ou fechada, uma vez que aquele que se propõe a analisar um discurso se submete a uma demarcação teórica que se unirá aos dispositivos metodológicos. Em AD, o *corpus* da pesquisa e os seus efeitos de sentido obrigam a teoria a ser trabalhada conjuntamente com a metodologia; confundem-se ou, ao menos, estão afins, teoria e metodologia, como suporte mútuo. As ferramentas próprias que constituem a estrutura teórica que guiarão a análise pretendida serão seus próprios dispositivos metodológicos. Daí a sugestão inicial de que a AD é, por si mesma, uma metodologia. A AD considera os efeitos de sentido, o que as pessoas interpretam e guardam para si como sentidos. O que nos possibilita crer que o sentido tem vários caminhos. A AD é uma estratégia de análise compreendida como um campo de possibilidades que propõe uma interrelação entre os enunciados (em suas materialidades), história e formações discursivas e ideológicas para a construção dos sentidos.

Para compor o *corpus* desse trabalho de análise discursiva, a partir da perspectiva foucaultiana, foram selecionados enunciados, diversos em materialidade e fonte, buscando uma exploração dos sentidos que se disseminam a partir do conceito de “Cultura do Estupro”. A preocupação foi analisar, sob condições de produção, desde a escolha lexical de certos enunciados até o seu contexto.

### 1.1 ANÁLISE DO DISCURSO, PÊCHEUX E FOUCAULT

A AD é uma área de estudo de confluência de três regiões do conhecimento: o materialismo histórico (ideologia), a linguística, e a psicanálise. Ela considera que a linguagem só faz sentido se estiver atrelada ao sujeito social e histórico. É um campo

---

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio, São Paulo: Edições Loyola 2014, p. 66

linguístico que principalmente repensa a noção de sujeito como o centro das discussões sobre a linguagem. Segundo Denise Maldidier<sup>6</sup>, Jean Dubois e Michel Pêcheux são as figuras fundadoras da AD, ambos envolvidos com o espaço marxista e com a política e a luta de classes. O distanciamento entre eles se dá quando Pêcheux, de formação filosófica, entende a AD como uma ruptura epistemológica de um outro campo, não uma evolução permitida pela Linguística, como pensava Dubois. Importa-lhe a relação sujeito-ideologia.

A AD pêcheutiana presume a ligação sujeito-ideologia, ou melhor, ideologias, pois o sujeito não é clivado por apenas um discurso, apenas uma ideologia e, justamente por isso, não ocupa apenas um lugar de enunciação, uma única posição-sujeito. Nessa linha discursiva, o sujeito não é produtor de sentido, o sentido não está a partir do sujeito, o que é já uma ruptura com as teorias clássicas sobre a subjetividade<sup>7</sup>. O sujeito é *assujeitado*: transpassado por ideologias (influência althusseriana, a ideologia como visão de mundo de uma classe determinada) e formações discursivas, portanto um sujeito sem domínio ou poder sobre o que diz.

O sujeito como indivíduo empírico não interessa a Pêcheux, mas sim o sujeito social, que existe a partir do universo discursivo, que não é dono do seu discurso, nem produtor de sentido, que é “clivado e dividido, reestruturado pela linguagem” (op. cit., p.122). A AD não concebe um sujeito intencional, consciente do seu dizer, mas atravessado pela ilusão de que seu dizer se origina dele.

[...] o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas de seu dizer, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras.<sup>8</sup>

A AD passou por três fases, assim denominadas por Pêcheux: AD-1, AD-2, AD-3. Nessas fases vê-se uma espécie de amadurecimento do conceito de sujeito. Na segunda fase, que nos importa no momento, aparece a noção foucaultiana de sujeito como dispersão e o de Formação Discursiva: o indivíduo é interpelado em sujeito pela identificação com uma formação discursiva dominante, pois é definido pelos pré-construídos. O discurso é o objeto histórico-ideológico da língua; é a história na língua: língua-sujeito-história é a aliança que vai constituir o discurso.

Foucault não se opõe diretamente à questão da ideologia como influência no sujeito, mas, ao contrário de Althusser, não acredita que ela atua especificamente como

<sup>6</sup> 1994 apud MUSSALIM, 2012

<sup>7</sup> Subjetividade no sentido de uma equação do indivíduo entre fatores internos e fatores externos.

<sup>8</sup> MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. Vol. 2. MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Org.), 8ª ed. Cortez: São Paulo, 2012, p. 122

uma condição de existência. Suas pesquisas seguem em direção distinta, daí a ideia de que Foucault seria antimarxista, quando, na verdade, “o Marxismo e a noção de ideologia lhe foram cruciais para o desenvolvimento da noção de discurso.”<sup>9</sup>. O afastamento se dá porque ele está mais preocupado com as formas de pensar que se constituem em épocas determinadas. Por exemplo, não vê sinonímia entre Estado e poder, proposta por Althusser. Importava-lhe, ao contrário do pensamento marxista, para o qual a noção econômica é decisiva no pensamento de uma época qualquer, analisar a constituição histórica do sujeito e esvaziá-lo através da sua genealogia. Desenvolve o pensamento que o marcou para sempre: o poder é trama e não pertence a ninguém. Circula e se move nas mais micro relações. Como as coisas funcionam e por que funcionam de tal forma é seu objetivo ao inaugurar o que ficou conhecido como análise de poder. Análise. Porque ele próprio se recusa a tratar de teoria. Nunca admitiu ter criado uma teoria do poder, como estranhamente vemos em alguns textos relacionados ao tema. Foucault não parecia ter pretendido criar uma teoria ou uma fórmula que servisse de bula ou suporte para analisar todos os problemas levantados em todo momento. Não traz a análise do poder como uma equação. Seu trabalho sugere uma necessidade de demolir estruturas e categorias, lançar questões sem respostas únicas e levar-nos a questionar o próprio dia a dia banalmente vividos por nós. Foucault joga, tira a coluna de sustentação e nos faz questionar as próprias certezas ilusoriamente carregadas por nós. Era um pirotécnico, como se autodeclarava. Acredita que o discurso se situa num saber, o que naturalmente vai levar o conceito de sujeito para uma outra noção – a de que não existe sujeito *a priori*, pré-estabelecido, do qual se originaria o poder (relações de poder). O sujeito é o indivíduo constituído de processos de subjetivação (o indivíduo submetido a uma identidade que lhe é imposta) e objetivação (os mecanismos que impõem essa identidade ao indivíduo, como a disciplinarização).

Foucault e Pêcheux se tornam dois nomes constitutivos e interligados da AD. Guardadas as diferenças, os pensadores franceses certamente são as figuras que mais têm revirado o campo de estudo centrado nas discursividades, onde encontramos conceitos e complementos que estabelecem um diálogo entre ambos. Ainda que se destaquem as diferenças entre eles, e que a AD propriamente não seja de interesse explícito de Foucault, é inegável que suas ideias sobre discurso, subjetivação, saber-poder entre outras ajudaram a incrementar as análises da AD e abrir possibilidades de encontrar sentidos

---

<sup>9</sup> SOUZA, Sérgio Augusto Freire. Conhecendo a Análise do Discurso. Linguagem, Sociedade e Ideologia. Manaus: Editora Valer, 2006, p.60

historicamente postos no jogo das verdades históricas. É na chamada terceira fase da AD que se registra uma convergência entre as ideias de Pêcheux e Foucault. Esse diálogo entre os dois pensadores se torna visível quando Pêcheux passa a incluir nas suas análises os discursos não-institucionais, do cotidiano (até então seu interesse eram apenas os discursos institucionais, aqueles relacionados a ideologias e lutas de classes). Dessa forma, sob influência de Foucault, aproxima-se das resistências aos micropoderes da analítica foucaultiana.

O conceito de discurso para esses pensadores, expoentes da AD nas décadas de 1960 e 1970, se diferencia um pouco, mas não por isso deixam de manter pensamentos muitas vezes complementares. Discurso, em linhas gerais, é a língua em curso, em movimento. “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008, p.135), uma das várias definições que Foucault traz sobre discurso. É importante que consideremos criteriosamente o conceito de enunciado como função, para uma compreensão melhor do discurso em Foucault. E falar em enunciado (*énoncé*) em Foucault é remeter às condições de existência: “como aconteceu que somente tais enunciados tenham existido e não outros”. “A análise arqueológica dos enunciados não os remete a uma instância fundadora, mas apenas a outros enunciados para mostrar suas correlações, suas exclusões, etc.” (CASTRO, 2016, p. 136 e 137)<sup>10</sup>. O enunciado é mais que um elemento, é um “átomo do discurso”, nas palavras de Castro. Ao falar em discurso, Michel Foucault refere-se constantemente ao enunciado.

A Formação Discursiva – FD – é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 153). No enunciado há sempre uma posição-sujeito, ou uma função que pode vir a ser exercida por vários sujeitos. Fazer então uma análise é descrever enunciados e visar, assim, as condições em que ele foi produzido. O conceito de FD, para Foucault, está diretamente envolvida na questão do sujeito. É ela que possibilita determinar o que pode ser dito considerando-se o lugar social que o sujeito ocupa.

Embora não negasse a luta de classes, Foucault não estava interessado nessa analítica, mas na constituição do sujeito: a constitutividade era o foco de sua problemática em relação às práticas discursivas. É o sujeito do conhecimento, é um enunciado social,

---

<sup>10</sup> Referência à obra Arqueologia do Saber

legitimado pelos saberes como a medicina, a psiquiatria, a justiça, etc, pois este é constituído dentro das estratégias de poder. Diríamos que, nesse aspecto, Foucault está mais voltado para a ética do que para elementos de estrutura econômica entre diferenças de classes, pois sua preocupação sobre o poder não é voltada para as ideias marxistas de infraestrutura/superestrutura, segundo as quais as estruturas sociais determinam as relações de poder. É nesse aspecto que sua análise vai se afastando do materialismo histórico costurado por Pêcheux e seguindo um percurso segundo o qual as estruturas sociais se constituem por microrrelações de poder, o que vem a denominar de micropoderes.

Foucault atribui várias FD, segundo a frequência com que os saberes se repetem e como se legitimam. Nesse julgamento, o que caracteriza a FD são as práticas regulares, as relações entre enunciados e as do domínio do saber, não necessariamente as ideologias.

Ela busca revelar a regularidade de uma prática discursiva. Prática que se encontra em todos os seus sucessores menos originais, ou em alguns de seus predecessores. Prática que dá conta não apenas das formações mais originais, mas das que retomaram, até recopiaram de seus predecessores.<sup>11</sup>

As FD se constituem de saberes que se repetem, estão na ordem do repetível. Na *Arqueologia do Saber*, compreende-se o discurso como “uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata.” (op. cit. p. 52), é o que não só constrói o conhecimento como também o próprio sujeito, por isso o conceitua como um conjunto de acontecimentos (Arqueologia). Importante para Foucault em termos de discurso é saber de que forma determinada coisa se tornou verdade ou norma. Daí, as possibilidades de se buscar uma arqueogenealogia discursiva, o que nos levará, brevemente, à compreensão da ética para este pensador francês tão múltiplo em suas análises.

Percebe-se uma preocupação sutil em Foucault em se envolver na criação das condições de enunciação, sem preocupação sociológica, mas discursiva, uma vez que o discurso, para ele, é significativo sobretudo para a configuração do outro.

Embora este trabalho tenha por interesse uma analítica foucaultiana sobre as discursividades, não podemos ignorar o nome de Michel Pêcheux como fundante para o discurso. Nome importante para se compreender a necessidade não mais de uma análise de conteúdo, mas uma análise do discurso, na qual a implicação ideológica é constituinte de tal discurso, Pêcheux foi capaz de costurar uma leitura linguística, psicanalítica e política (marxista) dos discursos, e de construir um legado do qual a AD nunca poderia se afastar.

---

<sup>11</sup> FOUCAULT, 2008, p. 178.

A importância de Pêcheux é destacável por ter ele sedimentado as bases epistemológicas da AD.

Foucault trata de uma verdade historicamente construída, diferente da concepção de verdade metafísica e transcendental, imutável: “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos reguladores de poder”. (Foucault 2015b, p.52).<sup>12</sup> A representação discursiva sobre a vítima de estupro implica relações de poder para constituir, dessa forma, os processos de subjetivação e objetivação. “Se estivesse em casa...”, “Que roupa estava vestindo?”, “Estava bebendo...” são exemplos de policiamento moral que transformam a vítima de estupro num sujeito elaborado através dos mecanismos disciplinares. Uma verdade que implica a fabricação do sujeito, e insere o indivíduo em práticas, forjando, assim, uma subjetividade.

Foucault não está aí para nos dizer as verdades sobre as coisas, mas sim para nos ajudar a compreender de que maneiras, por quais caminhos, tudo aquilo que se considera verdade tornou-se um dia verdadeiro.<sup>13</sup>

Falar sobre uma Cultura do Estupro, portanto, é mexer numa história interdita há muito tempo, mas que tem sido trazida à luz graças às vozes de autores comprometidos com as histórias privadas que, de fato, constituíam a estrutura cultural de épocas variadas, mas que sempre narravam a subordinação da mulher a alguma forma de poder.

## **2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO**

Discutir um tema como o estupro é percorrer um caminho cheio de bifurcações estreitas e nem sempre visíveis, mas que pertencem a um só espaço. Essas bifurcações, que por um atalho ou outro acabam conjugando uma mesma estrada, são as derivações dessa caminhada. Um tema que, pelo próprio mérito, percorre outros temas que dialogam com o código penal, a psicanálise, a política e movimentos sociais dentre outros, e que vão sendo o suporte para o objetivo precípuo desse trabalho: analisar as discursividades sobre o estupro nos meios comunicacionais da sociedade. Para tal, segue abaixo uma tentativa de mapeamento para essa discussão, como esclarecido antes, ramificada e interligada ao mesmo tempo. Em comum, ideia de domínio e crença numa supremacia de gênero que já vem discutida há muitos anos. Interpretando uma posição de Foucault no campo discursivo, na qual o enunciar é significativamente constituinte do sujeito, esta dissertação

---

<sup>12</sup> Em entrevista a Alexandre Fontana.

<sup>13</sup> Veiga-Neto, 2006, p. 87.

busca fazer uma análise sobre as construções discursivas em torno do estupro e de que forma elas nos constituem como sujeitos de uma ética.



Figura 2: Ilustração das discursividades que se envolvem direta ou indiretamente com o estupro na perspectiva deste trabalho

Como se pode visualizar, as implicações temáticas envolvem uma trama rica e necessária para a compreensão do que se chamou de discursividades e como elas se construíram e se mantêm como formas disciplinadoras. A inquietação desse estudo é como se constroem os discursos sobre a mulher em relação ao estupro e ao valor simbólico dele para o feminino. A busca aqui é interpretar as interpretações sobre sociedade e estupro através das materialidades discursivas construídas ao longo de um tempo longo, com perdão do trocadilho necessário, cujo fim é escancarar essa travessia histórica da dominação sobre o sujeito mulher. Antecipando algumas dessas inquietações, procuramos problematizar como as aparentes anedotas ou os famosos *memes* (chistes) virtuais (dentre muitas manifestações enunciativas) constroem verdades sobre a relação entre o feminino<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Refiro-me aqui não apenas ao indivíduo mulher, mas ao sujeito feminino ou feminizado, como vemos em práticas carcerárias, onde o encarcerado muitas vezes é punido com estupro, para, assim, sentir-se, com o perdão do neologismo esdrúxulo, “mulherizado”, fragilizado e desconstruído em sua virilidade.

e estupro, num processo que sequestra a vítima com a estratégia da culpabilização ou ainda da relativização de algo que simplesmente é em absoluto uma violência: o estupro.

É mister adiantar que essa dissertação segue não apenas uma perspectiva foucaultiana de análise de discursos mas também se formata num modelo foucaultiano de pensar: mais inquietar que resolver; mais desconstruir que categorizar. Por essas razões, este não é um texto convencional. No sentido mais acadêmico, uma vez que não parte de uma pergunta e procura respondê-la ao longo da abordagem, mas a partir de tal problematização ir levantando outras perguntas suscitadas pela argumentação que se segue. Apesar dos capítulos ordenados, procurou-se, no limite de um trabalho acadêmico, fugir, como Foucault, às categorizações.

### 3 A CONTRIBUIÇÃO DE FOUCAULT

*Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?*<sup>15</sup>

Escolher o que se convencionou chamar de “análise foucaultiana” tem uma razão, senão metodológica, procedimental, que torna esse tema mais inquietante ainda: a problematização. Não centramos esse procedimento analítico na jurisdição sobre o estupro. Isso está além das discussões, dado que compartilhamos regras e códigos de sociedades ditas civilizadas, e, portanto, a agressão só tem um único julgamento: é uma demonstração de incivilidade, e, nestes termos, é errada. Dentro do escopo jurídico, portanto, crime. A problematização sugerida nessa linha de pensamento é um deslocamento do olhar sobre algo que sempre existiu e que, após uma investigação diferenciada, provoca análises sobre seu processo de mudança. É questionarmos ainda por que precisamos ser politicamente corretos e entender que essa postura é resultado de reinterpretações de enunciados que antes julgávamos inofensivos ou mesmo não atentávamos para que tipo de discurso eles constituíram sobre a mulher enquanto sujeito. Além disso, Foucault e seus contemporâneos, apesar de algumas divergências filosóficas, comuns entre pós-estruturalistas<sup>16</sup>, tiveram em comum um papel de relevância com discussões que ajudaram a desconstruir uma história e uma soberania falocêntrica. E essa desconstrução corroborou

---

<sup>15</sup> Foucault, 2014a, p. 8

<sup>16</sup> O termo é controverso, já que não existiu um grupo oficial de “pós-estruturalistas”, mas é como se convencionou chamar ao grupo de pensadores que mantinham em comum um novo pensamento sobre como o mundo estabelece relações. Tampouco é necessariamente uma oposição ao Estruturalismo.

com a edificação de novas posturas feministas, cujas vozes não poderiam ser interditadas ao se tratar de assunto que atinge direta e quase que exclusivamente as mulheres: o estupro. Isso significa que não podemos ignorar ou minimizar a importância dessas vozes, para a realização de uma pesquisa como esta. As distintas perspectivas feministas mais antigas foram fundamentais para se entender a diferença sexual como fator influente na perspectiva sobre o estupro e o acesso à justiça de fato. Ajudaram a pensar as questões de gênero a partir de problematizações mais profundas, o que tem oportunizado as diferentes causas dentro dos feminismos de hoje. Não é ponto fundamental neste estudo, mas este não seria compreensível e completo sem a historicização de movimentos intimamente ligados ao estupro e suas discursividades.

Na perspectiva foucaultiana, não se buscam interpretações da superfície textual nem mesmo se vai à caça de algum sentido obscuro, escondido e absoluto. Não se está preocupado com desvelamentos de verdades. Como declara Fischer (2001, p.198) “[...] para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos.”. A preocupação de Foucault é com relações históricas dos discursos. Sua contribuição para a Análise do Discurso é rica e colaboradora, principalmente por ter escolhido o SUJEITO como preocupação principal de suas investigações.

Aplicar os conceitos foucaultianos na AD não é uma tarefa fácil, uma vez que Foucault não era um linguista, um catedrático estudioso da língua, que tenha elaborado um conjunto de ferramentas que pudessem ser aplicadas automaticamente para se analisar um discurso. Ao contrário, devemos tomar a análise foucaultiana como suporte. Que fique claro que Foucault não fundou uma teoria do discurso, mas o conjunto de conceitos em suas obras tem servido de elementos empregados por muitos analistas de discurso. A propósito, não há uma teoria pronta deixada por ele, mesmo porque Foucault vivia um constante vai e vem investigativo que, ainda hoje, geram discussões e muitas divergências. A sua relação com a AD começa a partir do seu interesse pelas práticas discursivas, cujo conceito não deve ser confundido com a expressão de ideias, pensamentos ou a simples elaboração de frases. Elas são um exercício discursivo de falar segundo determinadas regras, e de expor as relações que se dão dentro de um determinado discurso.

Não tento encontrar atrás do discurso uma coisa que seria o poder e que seria sua fonte, como em uma descrição de tipo fenomenológico ou de qualquer método interpretativo. Eu parto do discurso tal como é. Em uma descrição fenomenológica, tenta-se deduzir do discurso algo que concerne ao sujeito falante; trata-se de reencontrar, a partir do discurso, quais são as intencionalidades do sujeito falante, um pensamento que está se formando. O tipo de análise que eu pratico não se ocupa do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso cumpre uma função dentro

de um sistema estratégico onde o poder está implicado e pelo qual o poder funciona. O poder não está, pois fora do discurso. O poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder.<sup>17</sup>

Nessa perspectiva, o dizer constrói as ideias e conceitos de determinado ambiente histórico, e, por consequência, a produção de verdades de diferentes épocas. Daí que fazer uma análise de discurso, dessa perspectiva, é também investigar historicamente o sujeito – os modos de subjetivação. Não é possível falar de sujeito foucaultiano sem falarmos em percursos históricos, sociais, sem falarmos em *formações discursivas* (FD), que estão sempre relacionadas como determinados campos de saber:

no caso em que se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...]<sup>18</sup>.

A relação entre identidade, poder e linguagem é um mecanismo de constituição do sujeito na linguagem, e aquilo que cria o sujeito é também produto de fontes diversas. Outras formas de subjetivações, de estar no mundo são possibilidades encontradas nessas fontes. A ressignificação da linguagem e de qualquer forma de significar o vivido é a chave para novos contextos e, conseqüentemente, novas formas de legitimações.

### 3.1 PROBLEMATIZAÇÃO

No segundo volume de *História da sexualidade – o uso dos prazeres*, Foucault propõe a noção de *problematização*, “a historicização de alguns objetos tabu de nosso pensamento” (BERT, 2013, p. 165). Essa noção investigaria os modos de transformação de algo que sempre existiu em um problema, e como essa problematização mudou a própria coisa. (idem) Nas palavras do filósofo: “Eu diria que é preciso fazer uma história das problematizações, quer dizer, a história da maneira pela qual as coisas produzem problemas.”<sup>19</sup>

Entre alguns questionamentos dentro dessa analítica sobre o estupro, há alguns recortes que se misturam ao tema e ajudam na construção de uma discussão mais complexa: i) a violência sexual é diferente dos outros tipos de violência? Por quê? O que

<sup>17</sup> FOUCAULT, apud Castro, 2016, p. 120. Referência a Ditos e Escritos 3, p. 465

<sup>18</sup> FOUCAULT, 2009, p. 43, grifos do autor.

<sup>19</sup> Foucault, em entrevista no Collège de France em 1966

faz com que ela seja diferente? ii) quais percursos históricos representam uma constituição daquilo que hoje chamamos de Cultura do Estupro? iii) por que estamos vivenciando essa profusão de discursos sobre o estupro?

O objetivo é transformar o tema estupro em um *corpus* ramificado nas relações humanas, desde as microrrelações, tomando como produto de análise, principalmente, materialidades linguísticas das nossas experiências discursivas. Sejam elas nas músicas (“datadas” ou não, para usar um termo recém ressignificado), publicidade, entretenimento virtual entre diversas possibilidades. Discursividades que fundaram sujeitos.

### 3.2 POR QUE UMA ARQUEOLOGIA?

*“A arqueologia é uma modalidade de análise do discurso”.*<sup>20</sup>

A ideia da arqueologia é traçar um processo de interpretação das interpretações. Há interpretação em camadas – saberes que foram se sobrepondo. O poder produz: ao dizer que a mulher “tem que se dar ao respeito”, por exemplo, está se produzindo indivíduos, espécies, numa zona de exclusão e controle. Da mesma forma, ao se afirmar que um homem é muçulmano ou cristão está-se construindo cada vez mais zonas de exclusão. Quando trazemos esse princípio para a questão de gênero, certamente entre os primeiros tópicos está o crime de estupro. Nesse caso não só se cria uma zona de exclusão para as vítimas, mas também se perpetua um discurso fossilizado em algum momento histórico que consagra a mulher como ser inferior, como veremos mais à frente.

A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador.<sup>21</sup>

A analítica arqueológica pode nos ajudar, no campo discursivo, a encontrar razões para que em pleno século XXI ainda estejamos trazendo o estupro como um problema generalizado e mundialmente presente. Tanto presente quanto crescente. Logo, deve estar guardado em alguma camada histórica que podemos tentar cavar. Essa é a proposta dessa pesquisa, essencialmente bibliográfica.

Diria em duas palavras o seguinte: a arqueologia seria o método próprio à análise de discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz atuar, a partir destas

<sup>20</sup> CASTRO, 2016.

<sup>21</sup> FOUCAULT, 2008, p. 180.

discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem. Isso para restituir o projeto de conjunto.<sup>22</sup>

Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault inaugura uma nova forma de se fazer investigação das questões de pertinência filosófica. Podemos até chamar de metodologia de uma pesquisa, mas foi batizada como arqueologia (dos saberes). Essa nova forma de filosofia se fundamentou na análise do discurso e práticas discursivas de variados campos do saber. O uso da palavra “arqueologia” por Foucault supõe uma prática investigativa semelhante a do arqueólogo, que escava para encontrar sinais de uma determinada verdade, os fósseis e as suas histórias. De igual modo, fazer uma arqueologia das práticas discursivas é pesquisar o discurso (cristalizado) nas tramas de enunciados, investigando a constituição dos discursos e épocas que eles traduzem. É a escavação dos enunciados, ou melhor, das suas condições de possibilidades, como eles aparecem. O objeto de investigação desse procedimento arqueológico é o saber de uma dada época. É compreender as condições históricas e sociais que tornam possível o aparecimento de acontecimentos discursivos: por que determinado enunciado e não outro em seu lugar? A importância da análise arqueológica é porque ela valoriza todos os enunciados, cotidianos ou institucionais, pois todos os enunciados estão relacionados entre si, como tramas, são interdependentes: “Não há enunciado que não suponha outros” (FOUCAULT, 2008b, p. 112). A arqueologia é uma “história das condições históricas de possibilidade do saber” (CASTRO, 2016, p. 40). A arqueologia deve ser pensada como uma análise de discursos, constituída por um conjunto de enunciados. É fundamental a compreensão sobre o enunciado para entender a analítica arqueológica de Foucault:

Se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os seus traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer? Essa unidade é ou não idêntica à que os lógicos designaram pelo termo proposição, à que os gramáticos caracterizaram como frase, ou, ainda, à que os analistas tentam demarcar sob o título de *speech act*? Que lugar ocupa entre todas as unidades já descobertas pela investigação da linguagem, mas cuja teoria, muito frequentemente, está longe de ser acabada, tão difíceis os problemas que colocam, tão penoso, em muitos casos, delimitá-las de forma rigorosa?<sup>23</sup>

Se recortarmos a história em períodos, veremos que em cada um há pressupostos que determinarão o pensamento da realidade de acordo com esses pressupostos. Então a realidade é “pensada” segundo as estruturas vigentes. Com o objetivo de fazer uma

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société» Cours au Collège de France 1975-1976*. Ed. M. Bertani e A. Fontana. Paris: Seuil-Gallimard, 1997, p. 11-12. [Tradução brasileira por Maria Ermantina Galvão.] IN: MADARASZ, Norman R. Foucault: Arqueólogo estrutural. In: MADARASZ, N., JAQUET, G. M., FAVERO, D., CENTENARO, N. Foucault: Leituras acontecimentais. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

<sup>23</sup> 2008, p. 90-91, grifos do autor

arqueologia desses tipos de pensamento é que Foucault irá se interessar por aquilo que ele chama de *saber*. É através dele que os diversos discursos serão possíveis.

### 3.3 O PODER E A GENEALOGIA FOUCAULTIANA

São variadas as concepções sobre este fenômeno chamado poder, circunscritas aos interesses teóricos de seus fundadores. Mas, em particular, o conceito de poder que privilegiamos nesse estudo é, antes de todos, aquele “construído” por Michel Foucault, e por isso entraremos na chamada *analítica do poder*.

Foram muitos os textos nos quais o pensador francês teceu considerações sobre o poder, embora afirmasse que não era intenção criar uma teoria sobre ele, mas estudar as formas de subjetivação. Abordou o poder para, antes de qualquer intenção, identificar os sujeitos: como estes agem uns sobre os outros. Seu grande interesse era o indivíduo e suas relações com o saber e o poder. Nessa elaboração arqueogenalógica, Foucault inova na metodologia – desenvolve sua análise não a partir do centro (como nas teorias clássicas), mas das periferias, dos *micropoderes*. Sua proposta é uma investigação histórica que seja capaz de reconhecer as diferentes formas de domínio de poder. Na verdade, por conta dessa proposta investigativa, concebe uma (re)inovação nos conceitos de *poder*, *verdade* e *subjetividade*, que fazem parte da modernidade. Com isso, lança crítica à concepção naturalizada da história<sup>24</sup>. De acordo com Souza (2006) a crítica de Foucault à teoria marxista sobre Ideologia é o reducionismo das relações poder-saber, para ele, inseparáveis. Ainda que admita a existência de classes, não compactua com a ideia reducionista daquela. É em *Microfísica do Poder* (2016) que critica a análise marxista das relações de poder, que as limita ao poder centrado, num exercício vertical, controlado pelo Estado. Defende que o poder é uma prática social, que se exerce em todo o corpo social como uma rede, não localizado somente nos aparelhos do Estado. Defende uma compreensão de poder funcionando em fenômenos minúsculos e cotidianos, presentes nos contatos mais imediatos entre as pessoas. É ainda neste tratado que o filósofo vai levantar reflexões sobre a analítica do sujeito e subjetividade, defendendo que nenhuma subjetividade se constitui fora das relações de poder: não existe sujeito sem a possibilidade do poder. Nessa concepção, portanto, o sujeito é constituído pelo poder, pelas suas relações de poder. O

---

<sup>24</sup> Foucault defendia uma problematização da história: ao invés de partir dos objetos para resolver os problemas deste, ele preferia partir de um problema e então chegar ao objeto necessário para resolver essa problematização.

poder se transforma, sofre alterações, se submete às transformações históricas – daí a historicização do poder, feita pela abordagem foucaultiana.

Talvez a maior diferença que Foucault faz na análise do poder seja mesmo o aspecto do seu *exercício*, caracterizado por um conjunto de práticas sociais e discursos historicamente construídos, e não mais como algo que emerge de um lugar e nele se fixa, estático. Partindo dessa consciência de práticas sociais, passa a considerar uma discussão não sobre o poder, mas sobre as relações de poder. É a partir dessa consciência que vai deixando clara a sua intenção no estudo das subjetividades.

Percorrendo brevemente a bibliografia inicial de Foucault, é possível ver que a análise desse fenômeno é feita principalmente diante dos dispositivos da punição e da sexualidade<sup>25</sup>. A sexualidade é caracterizada em relação a normas: os corpos devem ser domesticados, adestrados, para que ela não se manifeste espontaneamente, mas se submeta a locais e momentos adequados, pois é constantemente vigiada, preceituando aquilo que Foucault chamou de *disciplina*. Assim, tem-se a sexualidade, a punição, a organização social, enfim, disciplinadas. A forma disciplinar de manifestação do poder não se reporta, segundo Foucault, à população como um todo, mas ao indivíduo em particular.

Na concepção foucaultiana, o poder não é a força negativa ou repressora imposta pelo Estado, como defendiam os marxistas, mas, ao contrário, tem aspectos também positivos e produtivos, uma vez que ele é resultado das relações sociais, também produzindo efeitos positivos: o *poder* produz *saber*. O poder é fabricante de individualidade. Somos ao mesmo tempo emissores e receptores dele, como num círculo vicioso (CASTRO, 2016). Ele não se restringe a alguns sobre os demais sujeitos, já que ninguém é “detentor do poder”, mas este acontece como uma relação de forças. Não se manifesta no sujeito, mas na prática deste, e é por isso que ele opera submetendo e assujeitando e, dessa forma, circulando entre as práticas discursivas. Essas relações atravessam corpos e produções de subjetividades. O poder “transita pelos indivíduos, não se aplica a eles.” (FOUCAULT, 2011, p. 26). Daí Foucault corrigir que não existe poder, mas sim “relações de poder”, pois não o possuímos, nós o exercemos, nós o praticamos. É uma relação de trânsito entre os sujeitos. O que importa é o seu exercício, não quem o está exercendo.

Em *A Vontade de Saber*, pondera que o poder “não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma

---

<sup>25</sup> Referência à trilogia *História da Sexualidade* e a *Vigiar e Punir*.

*situação estratégica* complexa numa sociedade determinada.” (FOUCAULT, 2015, p.89. grifo nosso). É uma estratégia, é uma relação. “Situação estratégica” por quê? Ao chamar as relações de poder de *situação*, o filósofo atribui a elas uma natureza modificável e circunstancial, e completa com *estratégica* por sugeri-lo como algo operacional, habilidoso, funcional. É dessa ideia de funcionamento, operação em tramas que não podemos nos afastar para entender como esse conceito foi concebido no pensamento de Foucault. O poder, assim, não é propriedade, não tem substância que lhe possa dar materialidade. Não é uma coisa, é uma estratégia porque, assim, pode ser operado, manobrado, conduzido ou, como bem teorizado pelo autor, *exercido*. O poder tem essa propriedade produtiva, sem origem, nem lugar específico. Deve, ainda nessa concepção, ser como algo movente, que circula, que *funciona* em rede, numa cadeia de relações – daí preferir usar a expressão *relações de poder*. Cada indivíduo é, de certa forma, um titular de um tipo de poder e, por isso mesmo, movimenta, move, circula o poder. “Onde há poder, ele se exerce”, já nos diz Foucault na sua *Microfísica do Poder*.

Foucault afasta-se da interpretação ideológica do poder, substituindo as ideologias pelos saberes, o que também o levou a um distanciamento de uma analítica pêncheutiana do discurso. Vale ressaltar que ele não estudou as relações de poder para criar uma “Teoria do Poder”, mas para identificar os sujeitos atuando entre si. Foram os modos de subjetivação o interesse do autor. Ainda em *Microfísica do Poder* (2015), enfatiza que o poder não é “detido”, mas é um exercício.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.<sup>26</sup>

Para o filósofo, *poder* é uma prática social constituída historicamente, o que significa que ele não é um objeto natural, mas uma prática social, permanentemente em ação. É algo que se movimenta, se direciona. Constata que essa força está por toda parte, não estacionado em uma instituição nem em ninguém. Não está em nenhum governante,

---

<sup>26</sup> FOUCAULT, 2015, p. 284.

seja Rei, Presidente, Imperador, mas nas *relações* que estes exercem. Defende que os acontecimentos deveriam ser considerados segundo sua época e espaço. Tradicionalmente, a noção de verdade está associada ao caráter perene. A verdade é irreduzível à história, não se altera, não se dobra a contingências. Sabemos que era intenção de Foucault investigar a verdade e suas relações com a história, até porque, dessa perspectiva arqueológica, a verdade vem a ser uma “identidade” produzida no decorrer da história. Daí que a verdade não é sempre a mesma e, portanto, ao constituir saberes, constitui-os múltiplos e diversos – a verdade em seus diferentes modos de produção nas mais variadas formações sociais.

Um exemplo desses diferentes modos de produção da verdade pode ser a problemática do aborto. Existe tanto uma cultura de vitimização do feto/culpabilização da mulher quanto uma cultura do direito da mulher sobre o próprio corpo. Estamos sempre diante de *uma vítima/uma assassina* e de um corpo feminino ordenado pelo Estado. O fato aqui é que em qualquer que seja o lado que se adote, essa escolha é feita a partir de valores, mas também sob o controle das relações de saber-poder. Isso se observa na própria linguagem: quando se fala em aborto, fala-se em *embrião*. O emprego de um termo biologicamente controlado afasta o sentido de morte: não é um bebê, é um embrião. Abortar não é matar, pois embrião não é vida. Ainda. A medicina, o discurso que exerce o poder, nos esclarece que não existe vida *até* o terceiro mês. Depois desse prazo, legitimado pelo saber médico hoje, é vida. Pessoas são mortas, assassinadas. Embriões são abortados. Não se fala de uma pessoa, mas de um *embrião*. Uma não-pessoa. Aquilo que ainda não é vida, aquilo que poderia vir a ser. Mas então entramos noutra questão: sabendo-se da complexidade do corpo humano, como se determinou quando o ser humano passa a existir? José Roberto Goldim, professor de bioética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em entrevista à revista Superinteressante online, declara:

Biologicamente, é inegável que a formação de um novo ser, com um novo código genético, começa no momento da união do óvulo com o espermatozóide. Mas há pelo menos 19 formas médicas para decidir quando reconhecer esse embrião como uma pessoa.<sup>27</sup>

A discussão secular sobre um momento para o início da vida, segundo uma verdade médica, um saber médico, é um exemplo de que os saberes são transitórios e estabelecem uma verdade histórica e contextual, não absoluta, portanto, múltiplos e diversificados. A medicina, assim, impõe um saber e um discurso que tomam os corpos como via de poder e controle. Mais uma vez, assistimos ao atravessamento do discurso da *medicalização* e controle do corpo. Se analisado sob a ética de diversificados contextos,

<sup>27</sup> <https://super.abril.com.br/ciencia/vida-o-primeiro-instante/>

por exemplo, veremos que o aborto tem sido uma prática de há muito tempo. Na Grécia Antiga, Aristóteles preconizava-o como uma prática de controle de natalidade, para evitar explosões demográficas. Ao mesmo tempo, o corpo também é um mecanismo de poder nas práticas de relações sociais – como no caso da idealização de mulher sujeito reprodutivo, eixo da família, gerador do embrião-pessoa, aí tomado como indivíduo que faz parte dessa família, com todos os seus direitos humanos assegurados. A questão ética do aborto, ligada à moral religiosa, surgiu nos primórdios do cristianismo. É o atravessamento de discursos moral, ético, religioso, jurídico e científico. Uma comprovação de que as múltiplas formas de exercício do poder atravessam diferentes momentos e discursos das diferentes sociedades.

De igual modo, tomamos o mesmo raciocínio sobre as práticas do politicamente correto. Chamado muitas vezes de “ditadura”, esse comportamento visa ao controle de discursos baseado em padrões morais e éticos de *determinada sociedade em determinada época*. Dessa forma, propõe um engessamento de ideias que são “verdades” em contextos determinados e “incorreções” em outros. Essa incorreção é uma reação a isso, uma arma a favor da liberdade de expressão, ainda que nosso pudor e noção moral a repudie. A transformação ideológica das palavras é determinada historicamente, como os próprios sujeitos. Além disso, o uso da língua sempre foi político e nunca foi ingênuo. O politicamente correto nos tem ensinado que nos iludimos com a crença de que a linguagem é neutra: nunca é; o objetivo da “transgressão” ao acordo de sociabilidade discursiva é politizar a palavra, incomodar, des-disciplinar-se dela, *discursivizá-la*. É sair – ou tentar sair – da disciplina. É interessante perceber como o poder age normatizando os indivíduos, categorizando-os, com o objetivo de regular comportamentos e dizeres, produzindo uma identidade, uma espécie de vitrine. Quanto mais autocrítico, mais vigilante de si o homem se torna, e acaba sendo seu próprio algoz. O poder disciplinar delineado por Foucault preconiza antes de tudo uma organização social, a fim de dividir, separar e, dessa forma, controlar. Eis a chave: o controle.

Ao usar o radical *micro*, Michel Foucault nos conduz a um raciocínio “laboratorial” sobre essa microfísica. Ele nos convida a olhar através de um microscópio social para localizarmos as relações mais corriqueiras, minúsculas, de poder, as microrrelações só alcançadas através desse olhar investigativo. É aí que reside a delicadeza dessa analítica: mostrar o que está, mas não se percebe. O que existe, mas não é visto. Fragmentado, o poder tem mais eficácia quanto ao seu objetivo, que é controlar o comportamento humano, domesticando-o. Esse princípio pode ser confirmado através da indústria da magreza, do

racismo e de cultura de misoginia, por exemplo, que são dispositivos de assujeitamento de um biopoder, pois tornam o indivíduo tanto um alvo quanto um instrumento de poder.

Pensando essas relações de poder e certas práticas, Foucault se propôs a fazer uma história política da produção de verdades, analisando como determinadas práticas e verdades se inserem numa rede de produção e circulação que valoriza discurso A e não discurso B, dessa forma produzindo determinadas verdades e não outras. Repetia que vivíamos numa sociedade que produz discursos considerados verdades (justiça, medicina, educação, etc). Essa produção de saberes (discursos verdadeiros) forma saberes específicos. A ideia da repressão x liberdade sexual, por exemplo, é produto dos discursos da sexologia, que prega a liberação sexual para “curar” o que considera repressão. O exemplo clássico delineado por ele é a questão da homossexualidade, ao avaliar que, no século XVII, os psiquiatras a consideram como objeto de análise médica e, assim, aplicam-lhe novas intervenções e controles. Passa-se a perceber o homossexual como doente ou louco, sepultando, então, a visão construída anteriormente: a de libertino. Ou seja, os mecanismos de controle patologizam o sujeito homossexual na medida em que este é reconhecido como caso clínico. Este raciocínio se aplica também, na configuração atual, ao caso das formas diversas de violência contra o feminino. Isso ilustra bem como o poder é, de fato, produto de historicização, uma vez que está ele também submetido às transformações históricas. Lembremo-nos a recente polêmica sobre a “cura gay”, que num lugar de moralização moderna, traz de volta contextos do século XVII – e conceito – àquilo que já não é mais considerado doença.

A sociedade disciplinar deu origem ao que conhecemos por sociedade do controle. Sua principal característica é ser gerida por várias instituições e indivíduos em produção. Essas instituições impõem certos valores – morais e éticos – com o propósito de que a sociedade se submeta ao regime vigente, sem questionar, e representam o chamado *poder disciplinar*. Nesse modelo, não há poder soberano do Estado. Por ser imaterial, o poder descaracteriza, dessa forma, o Estado como a figura solitária e absoluta detentora do *poder* sobre os indivíduos. Ele *vive* nas instituições, as quais constituem mecanismos de dominação, os *micropoderes* (escola, família, igreja etc), que servem para moldar, *disciplinar* os indivíduos, tornando-os aptos para o controle do Estado. É a movimentação de um biopoder, que elabora normas, um tipo de poder de controle sobre a vida de todos os indivíduos. Para Foucault vive-se então uma nova prática de poder, e o Estado então vai disciplinar, cuidar da sobrevivência do indivíduo. Assim nasce o que conheceremos como *biopolítica*. Curiosamente, o termo foi empregado por Foucault pela primeira vez no Rio

de Janeiro, em outubro, segundo o livro de Silvio Gadelha<sup>28</sup>, ao discutir a medicina como estratégia de uma biopolítica. Foucault retoma-o mais detalhadamente nos cursos posteriores.

Esse poder disciplinar como mecanismo de dominação e controle da sociedade teorizado por Foucault é fruto da ideia de vigilância do Panóptico (BENTHAM Jeremy apud FOUCAULT, 2014). Para ele, o panóptico é um “diagrama” traçado da sociedade disciplinar. O princípio dessa vigilância baseia-se na economia do poder, levando as relações de poder a se automatizarem “a fim de que os corpos sejam moldados por uma função disciplinar sem que tenha de haver um dispêndio de forças humanas para tanto.”<sup>29</sup>. A estratégia panóptica é justamente oposta à da masmorra, cujo objetivo era de esconder o corpo, torná-lo invisível e mudo. Com o panóptico, o homem se torna visível e individualizado, e vigilante de si mesmo. Um grande salto para a sociedade de vigilância. Por essa premissa, o panóptico é um acontecimento discursivo, pois marca a passagem de um poder soberano da repressão para o poder tecnológico da disciplina. Mas não limitemos essa disciplina às mãos de um poder soberano, que, como um controle remoto, nos controla de forma visível. Na vida contemporânea, isso pode ser ilustrado na forma como a vítima de estupro, por exemplo, passa a ser vigiada, controlada e disciplinarizada. Nesse caso, temos não apenas uma sociedade que vigia e controla, mas acima de tudo culpabiliza. Essa culpabilização se materializa em plataformas virtuais, em sentenças judiciais, em discursos de magistrados entre muitos instrumentos panópticos atuais. Isola-se a vítima em torno de juízos e discursos misóginos, forçando-a a interditar sua voz e seu próprio discurso. Afinal, controlar discursos é antes de tudo aplicar a disciplina. A disciplina é a fundação do poder, a sua subsistência. É ela que lhe dá o fundamento, constrói sua base. Ao ter, ao redor de si, olhos que a vigiam e a mantêm sob um controle sobretudo moral, a vítima deseja calar-se, via de regra. Calar é voltar ao calabouço, é não estar diante dos olhos de um poder central, “diante dos olhos do soberano.” A exposição, sob vários ângulos, a desnuda e cria sobre ela juízos historicamente preconcebidos.

No livro *A Menina*, Samantha Geimer relata que seu verdadeiro estupro foi sua exposição, sem identidade, na qual se transformou no objeto público explorado pela mídia, a “garota” violada por Polanski. A menina de identidade e voz interditas declarou que o

---

<sup>28</sup> GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, Governamentalidade e Educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

<sup>29</sup> Hélio R, Cardoso Jr in *Corpo e sexualidade entre disciplina e biopolítica*, p 168. In SOUZA, Luiz Antônio Francisco de, SABATINE, Thiago Teixeira e MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Org). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011

estupro em si foi menos doloroso que o circo midiático e o julgamento popular que se criou por conta dele. Considerava-o pessoal, particular, mas o viu exposto para um julgamento não só da corte como também da sociedade. E esse julgamento social muitas vezes tecido por mulheres. Geimer sentiu na própria pele a vigilância controladora. Talvez por imaturidade ou medo não confessado, não acreditava, à época, que era vítima de um crime: “não julguei aquilo uma violação porque não houve violência.”. Mais tarde, avalia: “Foi estupro em todos os sentidos da palavra. Eu disse não.”. Fato é que Samantha Geimer foi colocada no lugar que lhe deram: a garota estuprada por Roman Polanski. Faz parte da sociedade de vigilância dar lugares, pois assim a disciplina pode ser assegurada e essa sociedade se autocontrola.

### **3.4 O SUJEITO – UM COMPOSTO HISTÓRICO.**

Em AD, quando se fala em *sujeito*, não se fala da mesma entidade, não é a mesma coisa. Cada autor tem sua própria definição, e essa peculiaridade pode trazer certa confusão a estudos que preferenciam determinados pensadores como linha de desenvolvimento do estudo. Por exemplo, para Michel Pêcheux o sujeito é atravessado por outras formações discursivas, mas ainda ligado às ideologias, de viés marxista, segundo o qual o indivíduo é manipulado pelo sistema capitalista. Para o marxismo pêcheutiano o sujeito é contingenciado pela história, a linguagem está imersa nas realidades sociais. Na perspectiva foucaultiana, ele é uma *posição neutra*. Isso significa dizer que é um espaço a ser ocupado em momentos diferentes por diferentes indivíduos. A noção de um sujeito que tem posições definidas pelo discurso, não alguém que é atravessado pela ideologia, pelo discurso. Tal como próprio discurso, o sujeito foucaultiano não existe *a priori* e sua identidade é uma construção histórica. Entra aqui a noção de sujeito como dispersão, não considerada em Pêcheut. O homem não é tomado como sujeito (agente transformador), mas como objeto (controlado). Não existe sujeito sem discurso, é este que torna aquele possível: ele só existe a partir do discurso, é um enunciado social. É temporal, circunstancial. É uma fabricação histórica, constituído por mecanismos como a disciplinaridade, a qual vai determinar como o mundo deve ser pensado, em diversos momentos históricos.

Para analisar o discurso, Foucault vai empreender uma metodologia conhecida como Arqueologia. É a discursivização, o falar sobre a coisa que a constitui, uma vez que, para ele, a linguagem está no movimento do discurso, e é este que dá formação à coisa, ao

sujeito, por isso ele não faz uma análise a partir do sujeito. O sujeito é o indivíduo constituído de processos de subjetivação (o indivíduo submetido a uma identidade que lhe é imposta) e objetivação (os mecanismos que impõem essa identidade ao indivíduo, como a disciplinarização). O sujeito se constrói de uma variedade de relações de poder percebidas por intermédio de uma pluralidade de discurso, ou seja, o sujeito é formado de discurso. No pensamento de Michel Foucault a ideia de sujeito é a de que este não possui essência, uma vez que sua subjetividade é constituída **no e pelo** discurso.

O objeto da investigação de Michel Foucault é a relação entre o poder e a constituição de sujeitos que se apresentam como aptos a seguir os preceitos de uma sociedade que regula comportamentos. Nas considerações do filósofo, não temos um sujeito pré-existente do qual as relações de poder se originariam. O “sujeito do conhecimento” é formado, constituído, elaborado a partir das estratégias de poder. O sujeito é produto do poder, não produtor.

O estupro está historicamente ligado a uma conjuntura de submissão, onde os sujeitos se definem por vítima e agressor. Em tese, há resistência no estupro. Por haver resistência, há poder, já que se trata de uma rede de relações que se completam e se “necessitam”. É preciso o uso da força (física), resistência para que o ato se consuma. O estuprador precisa da resistência para que seu ato lhe deixe com a certeza do domínio, da própria força. Mas também é preciso uma resistência de discursos que constroem o estupro como um dispositivo que “reinscreve o conceito de gênero das mulheres como vulneráveis e necessitadas de proteção (por outras mulheres) de homens predadores.” (TAYLOR, 2009)

## **4 DISCURSO EM MOVIMENTO**

### **4.1 AS REDES SOCIAIS**

A circulação de imagens e textos produzidos pela mídia, sob diversos gêneros discursivos, apoia-se em representações e símbolos culturais que reforçam estereótipos e controlam pensamentos e ações.

A sociabilidade online é o lugar de fala dos atores sociais, que são o sujeito virtual. Essa socialização que se forja no mundo virtual, por meio de redes sociais, conecta esse sujeito ao Outro, num jogo de alteridade que muitas vezes descamba para o violento, externado pela linguagem que poderá, assim, materializar a violência simbólica. (BOURDIEU, 1989)

Lembre-mo-nos aqui que o usuário da internet se torna outro, através do discurso de poder. Atrás de um perfil que, de certa forma, lhe dá acomodação de se constituir num outro sujeito, consciente do espaço-alvo de uma vigilância contínua que é a internet. É o indivíduo tornado sujeito (porque atravessado pelo poder), inscrito num regime de subjetivação criado pelo universo virtual. Para Foucault, a ideia de sujeito está imediatamente associada a de poder, ou melhor, às relações de poder. Pensar o sujeito pelo viés da linguagem é assumir o olhar foucaultiano do sujeito constituído por várias práticas discursivas. Sob essa perspectiva, não se nasce sujeito, torna-se. Ele é efeito de um processo histórico, cultural, entre outros. Os sujeitos compartilham necessariamente paradigmas de grupos sociais diversos que nada mais são do que o efeito das relações históricas de poder.

Para buscar uma compreensão mais profunda sobre as discursividades acerca das violências contra a mulher, no caso, o estupro, é importante conceber a linguagem como processo de interação que vai erigir diversas realidades e, conseqüentemente várias subjetividades. Isso vem da perspectiva de que não há inocência no dizer/na linguagem<sup>30</sup>. O sujeito se forma pela linguagem, pois é nela que busca o entendimento de si mesmo (ANDERSEN, 1995). A cultura da mídia apropria-se de uma função precípua para a construção das identidades negociáveis e instáveis, cada vez mais fluidas: “As identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2005, p. 19).

O organograma seguinte visa a compreender os movimentos discursivos das redes sociais, que são canais de confronto e resistência. O movimento **#meu primeiro assédio** visava ao encorajamento de mulheres assediadas em diferentes fases da vida. Começou como uma convocação de compartilhamento, de cumplicidade, uma espécie de divã virtual, e acabou se transformando num movimento substancialmente forte e cresceu inesperadamente. Este fenômeno explica bem que é na linguagem que o sujeito busca a compreensão de si mesmo, pois uma vez que está na linguagem, ele está no mundo.

---

<sup>30</sup> ANDERSEN, Tom. “A linguagem não é inocente”. In: Nova Perspectiva Sistêmica, nº23. (Apresentação em plenário: 6th World Family Therapy Conference Budapeste, 20 de agosto de 1994. Pub. NPS nº7).

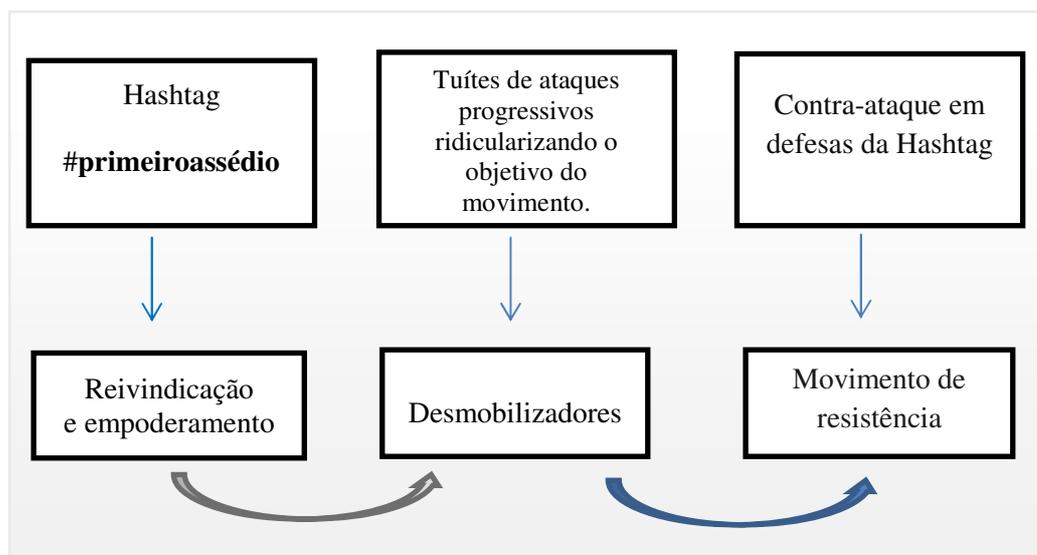


Figura 3: Movimentos de resistência em redes sociais

À medida que o movimento crescia, cresciam também os ataques, como forma de desmascarar uma suposta farsa feminina que demonizava os homens e santificava as mulheres. Respostas indelicadas e irônicas não paravam de surgir, o que, por outro lado, tornava a campanha mais forte, famosa e se tornou a epítome de uma resistência que vinha sufocada no silêncio há muito tempo. Mulheres estavam compartilhando seus traumas, talvez muitos deles segredos até a movimentação das *hashtags*. É o exercício da prática discursiva como resistência a outros discursos já moldados historicamente. Ao se apropriarem do espaço de fala das mulheres, nesse exemplo, esses elementos que tentam desmobilizar uma luta “falam” e provocam um discurso segundo suas regras a fim de assegurar a figura da mulher silenciada.

Tomando as redes sociais como materialidades linguísticas também selecionadas neste trabalho, vamos inicialmente tentar entender a trama comunicativa dessas redes, a saber, o Twitter e o Facebook, consideradas as mais populares e de maior visibilidade. Estamos testemunhando hoje uma mudança na dinâmica de comunicação, que vai de uma esfera mais privada até os fenômenos de comunicação em massa, as tecnologias virtuais. Constituem-se, dessa forma, como excelentes veículos propagadores de informações em tempo real. Por essa particularidade, tomo a liberdade de me referir a tais veículos como ferramentas discursivas, pois criam atores sociais e, assim, subjetivam indivíduos. Twitter e Facebook são, nessa analítica, representações de um sujeito discursivo atuando social e fisicamente, o ator social em uma nova concepção de espaço de fala, de interlocução.

Não há ingenuidade quanto à vigilância na internet, e os indivíduos que ocupam esse espaço virtual se sabem em constante observação, o que lhes oferece, muitas vezes, o

palco para suas próprias plataformas. Aqui, ele passa a existir – a se subjetivar então – como sujeito virtual, constituindo a subjetividade a partir de máscaras conhecidas como *perfis*. Às vezes, tais perfis coincidem com o indivíduo físico deste sujeito virtual; noutras vezes não. Quando muito, uma vaga expressão de um *alter ego* sedento por uma voz. Twitter e Facebook, por exemplo, tornam-se representações de um sujeito discursivo atuando socialmente.

Foucault traz algumas contribuições para pensarmos a questão da identidade, pois analisou o processo em que o ser humano se constituiu em objeto de saber: o ser da linguagem (objetos da filologia e gramática), o ser produtivo (economia política) e o ser vivo (biologia). Faz uma costura dessas instâncias nas ciências humanas. O homem foucaultiano é pensado como objeto se descobrindo que tem um corpo físico cujo funcionamento e estrutura devem ser explorados, num processo de descoberta de quem é este homem, também constituído pela linguagem. Ele surge na biologia, na filologia e na economia política como invenção desses saberes. Portanto, a produção dos saberes se estreita com os processos históricos. Há, também, as práticas que subjetivam os indivíduos, como as práticas disciplinares. Desse modo, o sujeito sempre está em relação com outros, com coisas, com discursos, com práticas discursivas que permeiam as possibilidades de subjetividade, marcando as posições de sujeito: quem pode ocupar essa posição, o que é possível enunciar, de que lugar se fala, etc.

## 5. O ESTUPRO

*Me estuprem  
A culpa é toda minha  
Me desculpem  
Me vestir assim  
Me estuprem  
Eu quis sair sozinha  
Me desculpem  
Estar falando em mim.”<sup>31</sup>*

O estupro é um fenômeno que pode ser visto de várias perspectivas: como violência e não como um ato predominantemente sexual, onde o princípio do consentimento passava a ser o marco divisório entre o lícito e o ilícito (onde podemos enquadrar o feminismo legal, orientado por Susan Brownmiller, com o livro *Against Our Will: Men, Women and Rape*, de 1975), ou como supremacia heterossexual do patriarcado (uma problematização do ponto de vista do gênero).

---

<sup>31</sup> Titãs. Doze Flores Amarelas – A Ópera Rock, 2018, gravadora Universal

Há construções linguísticas que incomodam severamente alguns membros da sociedade, e tais construções não são exclusividade masculina. Muitas mulheres renegam uma posição pró-ativa em relação aos feminismo muitas vezes por desconhecimento puro, outras por opção ideológica. Essas construções passaram a ser chavões banalizados e muitas vezes deturpados por não serem compreendidos: *estuprador em potencial, fábrica de estupradores, machista*, entre tantas, sem falar na principal, negada ainda com muito poder discursivo, que é a *cultura do estupro*. Isso é sinal de que a linguagem é política e atravessa as relações sociais, criando sujeitos.

Para se compreender o papel social da mulher sob o jugo da dominação hoje, é necessário ter em consideração as representações visuais e midiáticas que a figura feminina tem recebido. A cultura visual que se desenvolveu sobre o feminino está impregnada de um simbolismo que constrói e prega valores. Cria-se um registro social em que a mulher é necessariamente sexualizada, sedutora e provocativa, e dessa forma exerce um poder de controle sobre o corpo e o desejo daquele que lhe é alheio – o corpo masculino. O corpo feminino em diversos campos de comunicação sempre foi objeto de estudo porque sempre perturbou, social e culturalmente falando, a forma como a mulher é retratada, registrada nas sociedades há muito tempo. Contemporaneamente, o que mais vemos são dicotomias problematizadoras como, para efeito de ilustração, liberação x exploração da sexualidade feminina; feminismos x antifeminismos (o que quer que isso realmente signifique); Marcha das Vadias x Escola de Princesas, etc. O grande problema é que esse registro social do corpo feminino é dúbio e se manifesta muitas vezes de forma a gerar discussões e polêmicas sobre a quem de fato serve essa imagem sexualizada-politizada da mulher hoje. O corpo feminino foi sequestrado ideológica e mercantilmente: é atravessado por discursos que arquitetam tanto como a epítome da libertação patriarcal quanto a reprodução de uma sensualidade e beleza inalcançável que a escraviza e, ao mesmo tempo, cava um abismo no qual se buscam justificativas que fortalecem um percurso de violência de gênero, como o estupro. Não à toa, 1/3 dos entrevistados na pesquisa do DataFolha em setembro de 2016 culpa mulheres pelos próprios estupros, já que “a mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar de ser estuprada.”, segundo reportagem da Folha. Essa associação entre sensualidade e culpa faz parte de uma doutrinação histórica, na qual se tem um percurso causal mais prático quando se busca a culpa pelo estupro. A culpa é da sensualidade, da sedução sobre o instinto incontrolável da biologia masculina. É a mesma crença medieval de que ao corpo da mulher pertence o desejo do demônio. Estranhamente, quando se fala de estupro é comum se associar fraqueza sexual (instinto) com virilidade. Ao que tudo

indica, o que dá solidez à masculinidade em sua plenitude viril é estar sujeita à sua natureza incontrolável (fraca) tomada pelo desejo de possuir – o desejo sexual é um efeito instintivo, biológico. Essa, inclusive, já é uma ideia defendida por autores contemporâneos, de que o estupro “é natural” – no sentido de que ele é uma herança de tempos imemoriais, que acontece em razão de determinadas “circunstâncias” que o provocariam, cuja origem está na natureza e não na formação patriarcal das sociedades<sup>32</sup>. Supostamente a alegada relação instinto *versus* sedução tenha dado início a uma enunciação antiga, já muito discutida, que tem fornecido materialidade para o que se batizou como Cultura do Estupro. O que isso significa de fato? Primeiro, vamos tecer brevemente uma compreensão sobre o termo plurissignificativo *cultura*.

O que é cultura, afinal? Falar sobre uma “cultura” que vela a engenharia de uma violência sexual, sobretudo contra a mulher, é minuciar, antes de tudo, o sentido de “cultura”. São tantos os sentidos que essa palavra pode adquirir e por isso mesmo precisamos atentar para seu uso. Possui um sentido bem amplo, e vem sendo modificada ao longo dos anos. Etimologicamente vem do latim *cultūra,ae*, e tem relação com ação de *tratar, venerar*, no sentido físico e moral.<sup>33</sup> Daí depreender-se, ainda, a ideia de cuidar, cultivar. Aludindo a essa etimologia, sugerimos que uma pessoa *tratada* ou *cultivada* é aquela *construída*, em diferentes contextos; então cultura é o conjunto de dados e experiências de uma civilização qualquer. No campo das ciências sociais, normalmente é definida como um complexo que inclui crença, arte, moral, lei, costume de uma sociedade. O modo como nos encontramos no mundo não é natural, mas cultural. Supondo que seja algo construído social e historicamente, cultura é tudo aquilo que não é natural, não faz parte de uma resposta biológica do ser humano à sua evolução. Qualquer que seja o conceito que pautemos para ela, chegaremos ao ponto comum de concordar que ela dissemina valores, portanto constrói inclusive os nossos desejos. Está claro que o conceito de cultura evoca multiáreas, e não é nosso interesse discutir essa plurissignificação, mas fechar um conceito para ela a fim de possibilitar uma interpretação sobre a chamada “Cultura do Estupro”.

Chamamos de “Cultura do Estupro” (original inglês *Rape Culture*) construções simbólicas que normalizam práticas de violência sexual contra mulheres, principalmente.

---

<sup>32</sup> No polêmico livro *A Natural History of Rape: Biological Bases of Sexual Coercion*, 2000, os darwinistas Thornhill e Palmer defendem o princípio de que todo homem é um estuprador em potencial essencialmente graças à sua herança genética que o impele a perpetuar seus genes. Estupro aí é associado a sexo pela condição biológica do instinto masculino. A violência está no gene.

<sup>33</sup> Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão Monousuário, Ed. Objetiva Ltda, 2009.

A expressão *nasceu* na década de 1970, saída do documentário *Rape Culture*, de Margaret Lazarus e Renner Wunderlich, de 1975. Mas afinal, qual o sentido dessa expressão hoje, que já está desgastada em todas as oratórias midiáticas, e que pode distorcer o sentido original? Falar dela é reconhecer seus mecanismos articuladores infiltrados na estrutura social. Publicidade, instituições de modo geral, entre discursos diversos são instrumentos de manipulação que minimizam – ou tentam minimizar – o horror do estupro, relativizando-o a partir de sistemas de discursividades convenientes a determinados interesses. É dessa gerência cultural que a expressão trata. Ela se refere às discursividades em torno do estupro, que têm sido normalizadas num ambiente disputado por diversas verdades e crenças dos enunciados atuais. Seja em forma de anedotas, publicidade e mesmo em discursos raivosos travestidos de opinião, a expressão “Cultura do Estupro” é continuamente tecida entre nós. Às vezes de forma explícita, outras nem tanto, sendo muitas vezes mascarada no jogo de sentidos que faz parte da linguagem. Para desmascarar esse jogo, propomos desconstruir algumas expressões regadas de sentido, mas que pelo uso indiferente podem ter sido apenas desbotadas e terem perdido seu real objetivo discursivo. Cultura do Estupro é o ambiente em que o estupro é direta ou indiretamente justificado ou relativizado. Um exemplo atual disso é a proposta de tornar a falsa acusação de estupro crime hediondo e inafiançável. O controverso da proposta (sugestão enviada para o Senado através do portal e-Cidadania) é que já existe no Código Penal Brasileiro, no artigo 339, a punição para denúncia caluniosa, com pena de dois a oito anos de reclusão. Propostas como essa são mecanismos que se infiltram na jurisdição como forma de inibir e punir mais ainda a vítima, silenciando-a, estigmatizando-a e violando-a mais outra vez. Esse mecanismo de silenciamento e estigmatização via discurso jurídico nada mais é do que, também, elemento fundante da Cultura do Estupro.

É importante contextualizar o tema do estupro em dois momentos, que irão construir juridicamente a violência sexual contra a mulher: seja no início do século XX, quando chamado de “crime contra a honra” da família, seja na efervescência dos movimentos feministas a partir dos anos 70, que trouxeram o tema a uma discussão mais social que jurídica. Essa é uma das importâncias do *fator* feminismo para o desnudamento social em torno da violência contra a mulher. O estupro passa a ser assunto de discussões, divergências até, mas era algo finalmente em pauta, não mais interdito como antes. O que se percebeu nas discussões feministas então era que o foco da problematização não estava voltado para a organização familiar, sacralizada pelos costumes que não poderiam ser violados, mas sim para as questões da mulher, enquanto ser social constituído de

direitos individuais – muito embora ainda não reconhecidos ou admitidos. Essa nova percepção sobre o problema passa então a configurar uma agenda política.

Em 2006, através de pressões de muitos movimentos sociais promulgou-se uma lei especificamente voltada para combater a violência contra mulheres, a Lei Maria da Penha, a Lei 11.340, cuja política é a rígida punição dos agressores e a educação para uma vida mais consciente. Esta lei teve importância principalmente porque revelou comportamentos machistas que ainda resistem na nossa sociedade – originados de toda uma construção histórica e cultural do nosso povo.

## 5.1 FOUCAULT E O ESTUPRO

Antes de abordarmos os percursos do estupro, é importante retomarmos um episódio que ficou conhecido como uma grande polêmica em torno de Michel Foucault e os movimentos intelectuais feministas. Em uma série de debates sobre temas relacionados à repressão, o filósofo dispara:

Pode-se sempre produzir o discurso teórico que equivale a dizer: em qualquer caso, a sexualidade não pode, em circunstância alguma, ser objeto de punição. *E quando se pune um estupro, deve-se punir a violência física e nada além disso.* E dizer que não é nada mais que um ato de agressão: que não há diferença, em princípio, entre enfiar o punho no rosto de alguém ou o pênis de alguém em seu sexo... [E] aqui estão os problemas [se quisermos dizer que o estupro é mais sério do que um soco na cara], porque o que estamos dizendo é o seguinte: a sexualidade como tal, no corpo, tem um lugar preponderante, o órgão sexual não é como uma mão, cabelo ou um nariz. Por isso, tem que ser protegido, cercado, investido em qualquer caso com legislação que não seja pertinente ao resto do corpo... Não é uma questão de sexualidade, é a violência física que seria punida, sem trazer o fato de que a sexualidade estava envolvida<sup>34</sup> (Grifos nossos)

A proposta de Foucault é “dessexualizar” o estupro. Seu argumento é que a sexualidade é um dispositivo, construído como um discurso disciplinador e uma estratégia de poder (2015a). Uma vez dessexualizado o estupro, seriam derrubadas as concepções fundamentais do patriarcado.

O filósofo provoca, e seu objetivo é chegar aos significados sociais que compreendem o sexo naturalizado e retirar o significado dos genitais. Para ele, a sexualidade não pode em nenhuma hipótese ser punida – ele questiona o estupro como instância de sexualidade e não é ela que deve ser castigada, mas a violência física. Considerava que o estupro é uma violência física “e mais nada”. Henderson (op. cit. 2007p. 230), porém, pondera que Foucault ignorara os significados sociais e políticos que

<sup>34</sup> Periódico “Lafolie encerclee”, outubro de 1977. Nele é reimpressa uma série de debates sobre temas relacionados à repressão.

os genitais já têm. Enquanto Foucault acreditava que os corpos violados estivessem desconectados do contexto em que o estupro ocorre, feministas argumentavam que somente num mundo idealizado (sem as materialidades de gênero) os órgãos genitais fossem apenas só uma parte do corpo. “Ao definir o estupro como um ataque, ele efetivamente o coloca sob a rubrica de violência sujeito-sujeito. Como tal, as mulheres são reposicionadas como sujeitos iguais em uma briga.” (op. cit. p. 233). Dessa forma, podemos interpretar que Foucault propunha uma mudança na relação sujeito (homem)-objeto (mulher) na violência sexual.

Henderson (op. cit. 2007) nos alerta para a análise foucaultiana sobre o corpo, implicado no jogo de poder, pois a inscrição do poder naquele acontece a partir do instante em que o corpo entra na cultura: o corpo em Foucault só existe como entidade, entretanto, ao teorizar sobre o estupro, ele não percebe que este corpo é naturalizado: ele não é uma “superfície neutra sobre a qual as formações de poder atuam.” (Ibidem)

Foucault sugere que a resistência ao poder disciplinar está localizada dentro dos próprios corpos que o poder está trabalhando para suprimir. Transformar essa noção de resistência em uma teoria feminista da prevenção do estupro oferece um reposicionamento crítico: ela localiza um ponto de possível resistência no corpo das mulheres. Usando Foucault, então, podemos começar a ver os contornos de um contra-discurso: autodefesa. (Ibidem) (Livre tradução)

A dessexualização do estupro que foi proposta por Foucault se sustenta em três pilares de sua própria teoria: a) a de que o poder produz, b) a de que a sexualidade (e o sexo) é desnaturalizada e c) o corpo sofre os efeitos do poder disciplinar. Para ele, juntar o crime de estupro com o crime de agressão (ele distingue, como dito) faz com que somente a violência do estupro seja punida, pois compreende que a punição está sendo atribuída pela questão sexual não física, e isso impediria os efeitos disciplinares do poder sobre a sexualidade. É perigoso considerar o estupro meramente um ato de violência, sem a associá-lo ao corpo numa instância sexual, porque ele age como instrumento na construção do corpo feminino, distinguindo-o do masculino. De todo modo, a questão colocada por Foucault provou uma de suas teses mais conhecidas: a colocação de um objeto em discurso. Graças a essa declaração, o discurso sobre o estupro passou a refletir e considerar as medidas contra ele, levando-nos a reinterpretar a própria concepção de estupro e violência sexual.

Holly Henderson aproveita a pergunta de Foucault para se concentrar em uma política feminista de prevenção do estupro. Taylor (2009)<sup>35</sup>, em resposta a essa polêmica, pondera que há muito tempo as discussões em torno da aplicação da lei e prazos mais

<sup>35</sup> TAYLOR, Chloe. Foucault, Feminism, and Sex Crimes. Revista Hypatia vol. 24, no. 4 (Fall, 2009)

longos de prisão não são a solução para a opressão das mulheres e crianças, e que é preciso pensar sobre transformações sociais que irão prevenir crimes sexuais em vez de se concentrar punir os infratores e tratar as vítimas. Brownmiller (1993) sugere uma lei que reflita a realidade feminina e um sistema social inclusivo para as mulheres e repudie ideologia masculina de estupro:

Uma lei que reflete a realidade feminina e um sistema social que já não exclui as mulheres e não promove uma ideologia masculina de estupro irá percorrer um longo caminho até a eliminação de crimes de violência sexual, mas a última linha de defesa sempre serão nossos corpos femininos e nossas mentes femininas. (tradução livre).<sup>36</sup>

Pensar essa forma de separar o fator sexualidade do fator agressão em termos de estupro é problemático e, de certa forma, cria um embate com a prescrição jurídica brasileira, por exemplo, que trata o estupro dentro da perspectiva de *Crimes Contra a Dignidade Sexual*. Como dito anteriormente, a posição de Foucault sobre a criminalização do estupro nos serve como o incômodo para repensar estratégias e considerar as relações de poder. Talvez, sem a mácula que rodeia a sexualidade, as mulheres possam ser vistas como vítimas, sem precisarem ser submetidas ao microscópio moral comumente aplicado em vítimas de estupro.

## 5.2 ESTUPRO: ARTE E MITOLOGIA

Antes de entrarmos na história, é interessante analisarmos a etimologia curiosa da palavra *estupro*. Em inglês, *rape* tem origem entre 1250 e 1300, do Inglês Médio *rapen*, vindo do anglo-francês *raper*, do latim *rapere*, o que viria significar *forçar, carregar a força, saquear* e, interessantemente, *apreender*.<sup>37</sup> A alusão é importante para se tratar de uma obra literária cujo título gera uma ambiguidade oportunista na tradução para língua portuguesa. Trata-se do poema narrativo *The Rape of Lucrece*, de William Shakespeare (história originalmente contada por Tito Lívio, da era cristã), obra que foi reinterpretada na pintura sob a perspectiva de vários artistas. Algumas vezes traduzido como *O Rapto de Lucrecia*, outras como *O Estupro de Lucrecia*, o embate na tradução possivelmente seja decorrente da etimologia do termo e seu sentido original: a noção de dominar pela força, sujeitar. O estupro seria, nessa linha de raciocínio, aquilo que apreende, toma como espólio, força, saqueia o corpo do outro.

<sup>36</sup> A law that reflects the female reality and a social system that no longer shuts women out of its enforcement and does not promote a masculine ideology of rape will go a long way toward the elimination of crimes of sexual violence, but the last line of defense shall always be our female bodies and our female minds.

<sup>37</sup> <https://www.etymonline.com/word/rape>

“O estupro é uma forma de violência, de violência física”<sup>38</sup>, antes de qualquer coisa, embora não seja essa definição o suficiente para descrever a hediondez do ato. A concepção de estupro deve levar em consideração uma consciência das diferenças substanciais existentes nas experiências de diferentes mulheres. O Estupro de Lucrecia se insere nos estereótipos renascentistas sobre a mulher perfeita: a castidade era uma dessas perfeições. Lucrecia, “a casta”: “Argued by beauty’s red and virtue’s white” (O rubor da beleza e o branco da virtude a sustentavam). Nas palavras de Tarquínio, materializa-se (ou revela-se) o discurso misógino sobre a mulher estuprada: destruída, desonrada. Preferível morrer. Desde já o estupro era culpa da mulher, pois seduzia (em toda sua castidade!) o homem, que se via obrigado a possuí-la. “Lucrecia se compara a Helena, por ter ateado fogo aos desejos de Tarquínio, da mesma forma que Helena ateou fogo aos desejos de Páris.”<sup>39</sup>

Eis um trecho significativo da obra citada:

Lucrecia, disse ele, esta noite eu devo te divertir.  
Se tu negares, então a força deve realizar meu intento  
Porque em tua cama eu pretendo te destruir.  
Isso feito, escrava de tua desonra, eu vou matar,  
Matar tua honra com o sacrifício de tua vida,  
E em seus braços mortos, eu pretendo colocá-lo,  
Juro que arruinei-o ao ver você o abraçar.<sup>40</sup>

Nestes versos, Tarquínio, antes de atacar Lucrecia, verbaliza o discurso da mulher como propriedade, e que uma vez estuprada se tornaria escrava da desonra. Era melhor a ela pedir a morte a viver em desonra, já que o pensamento da época era que o estupro era culpa da mulher: o conhecido mito de que o estupro era resultado da sedução feminina. O final, sabemos, Lucrecia se suicida, não sem antes narrar toda a estratégia de seu violador e como se sentiu obrigada a se entregar para, assim, se preservar. A fim de não viver na desonra que a esperava, dá fim à própria vida para trazer a honra para sua família – porque era melhor que a mulher estuprada morresse para não viver em desgraça por toda a vida.

<sup>38</sup> TOMASELLI, Sylvana. Estupro. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992, p. 26

<sup>39</sup> Santos (2009, p. 31), apud O Estupro de Lucrecia. The Tragedy of Shakespeare In <https://thetragedyofshakespeare.wordpress.com/2012/10/04/o-estupro-de-lucrecia>. Acessado em 18/10/2018

<sup>40</sup> ‘Lucrece,’ quoth he, ‘this night I must enjoy thee:

*If thou deny, then force must work my way,*

*For in thy bed I purpose to destroy thee:*

*That done, some worthless slave of thine I’ll slay,*

*To kill thine honour with thy life’s decay;*

*And in thy dead arms do I mean to place him,*

*Swearing I slew him, seeing thee embrace him.*

Em <https://thetragedyofshakespeare.wordpress.com/2012/10/04/o-estupro-de-lucrecia/> Visitado em 12/09/2018

*O Estupro de Lucrecia* é uma narrativa interessante porque é discursivamente simbólica: o seu suicídio é também estratégico: a vingança política (a derrubada de um Estado) e a publicização de seu sofrimento e reputação: “A espada pela qual ela agora morre não é um instrumento de suicídio privado, mas um meio de levantar sua casa para a vingança contra outra casa, e de preservar seu nome entre as mulheres.” (Tomaselli, 1992, 161). Embora a versão dada a Lucrecia nas Artes possa ser bem diferenciada: em algumas versões a personagem é interdita através da omissão do seu discurso pré-suicídio. Muitas vezes a atenção sobre o episódio é voltada para o consentimento de Lucrecia, como na pintura de Ticiano: “‘O estupro de Lucrecia’ – pode uma mulher que consente ser estuprada? Como se chama uma mulher que consente? Qual o tema de Ticiano? Estupro ou adultério?” (op. cit., 164). Iconografias como essa abrem uma discussão sobre o controle: quem controla quem? Um homem que estupra ou a mulher que consente?

O estupro é um discurso, uma vez que é abordado a partir de diversos saberes, como psiquiátricos, médicos, jurídicos, etc. Ele revela menos de si mesmo do que os sujeitos que o discutem.

As representações mais antigas do estupro existiram numa repartição bastante diferente, não de refração, mas de ilustração; ao invés de desaparecer diante do discurso elas fazem o discurso aparecer; ao invés de desvanecer num universo expansivo de palavras, elas permanecem visíveis, e tiram daquela visibilidade estável uma discursividade igualmente estável – uma ideologia que em sua clareza, unidade e didatismo merece o rótulo de “clássica”. (op. cit., p. 153)

Para Christine de Pizán (1364-1430) (BLOCH, 1995), Lucrecia era um protótipo de integridade, e foi em virtude dessa particularidade moral que aconteceu o estupro, não em razão de sua beleza.

Outra narrativa conhecida sobre estupro cuja consequência é a queda de um reino encontra-se na Bíblia cristã, mais precisamente no livro de Juízes, onde lemos a história do estupro e assassinato de uma concubina sem nome e cujo corpo foi esquartejado em 12 partes e distribuído para as 12 tribos de Israel pelo próprio marido. Era uma carta de convocação de guerra contra a tribos de Benjamim. Abordaremos esse episódio mais adiante.

Froma Zeitlin<sup>41</sup> defende que sob todas as formas de narrativas da mitologia grega, atravessadas pelo conceito de fêmea nesse universo mitológico, o corpo feminino está sempre vulnerável ao assalto sexual. Essas ilustrações mitológicas discursivizadas também em pintura sempre emolduraram a mulher em batalha, desprotegida, enganada pelos

---

<sup>41</sup> ZEITLIN, Froma. In Configurações do Estupro na Mitologia Grega apud TOMASELLI e PORTER. Estupro. Tradução Alves Calado. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992

deuses. É comum nas pinturas renascentistas as expressões nos rostos femininos como espelhos de dor, fuga e pavor. Isso provaria a vulnerabilidade do corpo feminino ao assalto sexual. A perseguição dos deuses sobre as mortais é também político e estratégico: não se trata apenas de ter um poder divinal sobre a espécie humana, mas metaforizar, na concepção divina, o estupro (ou a sedução, como se enfatiza nas narrativas) num meio de criar um exército de semideuses e, dessa forma, estabelecer o controle e o poder sobre os mortais. Arriscamos dizer que os estupros e penas dadas aos deuses são, em certa medida, relações de poder. É deus entre os homens – fez-se carne através da carne. Produzir heróis semideuses é necessário para a própria perpetuação dessa teogonia. “Qualquer que seja o resultado de um conto em particular, e quaisquer que sejam os diferentes usos que deles façamos, o repertório dos mitos gregos não deixa dúvidas de que o corpo feminino é vulnerável ao assalto sexual.” (op. cit., p 125). A autora aponta que a violência sexual contra as mulheres nas narrativas mitológicas gregas é tratada de forma tão natural, que uma vez que se recusassem ser possuídas, deveriam ser tomadas à força ou tentar dissuadir seu perseguidor.

A morte é um meio, mas a solução mais dramática é a metamorfose, uma mudança no último momento de uma forma humana em outro aspecto da natureza, como quando Dafne, fugindo de Apolo, é transformada num loureiro. Fugir da violência sexual apenas implica outro tipo de mudança forçada do corpo, enquanto que as que sucumbem, especialmente quando os que desejam são deuses, engravidam e produzem um filho herói. (Idem, p. 126)

### **5.3 ESTUPRO: HISTÓRIA E PERCURSO JURÍDICO**

A jurisdição sobre o estupro começa a amadurecer em meados do século XX, embora sem o esmero quanto à dignidade humana. Isso precisaria de um pouco mais de tempo e de muitos debates. Era preciso afastar o estupro de um pensamento arquitetado na violação de propriedade (do homem, seja pai ou marido), originado desde os códigos judaicos e a Idade Média. Uma incipiente legislação onde a mulher era considerada um bem material que não poderia, em sua castidade, perder seu valor: valor antes tutelado como propriedade e depois então moral, com uma reputação a manchar-lhe a honra própria e familiar. O objeto jurídico era a honra, não o dano físico e psicológico, afinal, não havia um crime contra uma pessoa. O entendimento jurídico sobre o estupro demoraria ainda a chegar na ordem em que se encontra hoje, em países que passaram a tratar essa violência como crime contra a pessoa. No Brasil, por exemplo, tivemos de conviver até 2009 com um Código Penal que ainda tratava o estupro como “Crime Contra os Costumes”.

Foucault (2014) desperta a discussão sobre a punição quando declara que o crime não é natural e quem decide o que é ou não crime é a própria sociedade, segundo seus interesses próprios. Em 1977, cria uma grande polêmica com a declaração sobre a descriminalização do estupro enquanto crime sexual, impressa no Coletivo "Lafolie encercler", comparando o estupro com um soco no rosto:

E quando se pune um estupro, deve-se punir a violência física e nada além disso. E dizer que não é nada mais que um ato de agressão: que não há diferença, em princípio, entre enfiar o punho no rosto de alguém ou o pênis de alguém em seu sexo ...<sup>42</sup> (livre tradução)

Vigarello (1998) nos relata o suplício daqueles que cometiam o maior dentre os crimes da época, século XVI, que é o crime de roubo. Nesse relato, deixa bem claro que o roubo é uma crime proporcionalmente mais grave do que o estupro de uma mulher, desde que dela não tenha sido roubado nada. O condenado era exposto sob um poder soberano e pagava com a própria vida a ousadia de cometer um roubo. O tratamento jurídico desse ato em relação ao estupro chega ser perturbador e inacreditável, dada a insignificância do estupro diante de um roubo ou qualquer outro crime. O estupro é insignificante porque sua vítima, dependendo da sua posição social, é insignificante. Quando muito, uma propriedade. É claro, estamos na época do *Ancien Régime*.<sup>43</sup>

O roubo nas estradas é o ato temível por excelência, que ocupa a consciência coletiva e alimenta os artigos dos decretos, um crime certamente julgado mais grave do que a violência sexual. Não que esta gravidade esteja ligada aos ferimentos infligidos, nem mesmo aos valores roubados; ela está ligada malícia do roubo, às circunstâncias e ao lugar do ato, à imagem da segurança: ameaça de andarilhos e vagabundos sem controle, obstrução de estrada e percursos, riscos para qualquer deslocamento.<sup>44</sup>

Talvez por isso o delito do estupro tenha se tornado crime a partir dos interesses vindos da própria sociedade, por meio de seus hábitos, costumes e crenças. Embora a lei e a jurisprudência sobre o estupro, em meados do século XIX tenham sofrido algumas sensíveis mudanças, elas ainda estavam presas a uma forma de suspeição e hesitação da violência moral sobre a vítima. O estupro deveria ser testemunhado e em lugar público para que se constituísse um processo penal, uma sistemática judicial que dificultava a criminalização do ato e punição do agressor. (VIGARELLO, 1998). Entretanto, o estupro é um crime sem testemunha, e por essa particularidade o Antigo Regime adotava como

<sup>42</sup> In HENDERSON, Holly. Feminism, Foucault, and Rape: A Theory and Politics of Rape Prevention. Berkeley Journal of Gender, Law & Justice, Volume 22, 2007

<sup>43</sup> Espécie de estatuto da sociedade francesa durante a Era Moderna, gerido pelo Estado e que designava ao monarca uma qualidade divina. A insignificância do estupro como crime era discursivizado já nesse modo de governar.

<sup>44</sup> VIGARELLO, 1998, p. 28.

critério para validar a denúncia a reputação da vítima: sua honestidade “de vida e de costumes” era posta em evidência (Idem). Como ainda acontece até hoje.

Quando hospitais passaram a oferecer exames médicos gratuitos para as vítimas de estupro, isso nos diz que o estupro se tornou um problema social, especificamente de saúde pública, que será controlado, medicado, politizado. Da mesma forma, pode-se ver esse biopoder em conquistas como criação de unidades policiais que tratam de crimes sexuais. Vigarello assevera que é a cultura e não a lei que define a relevância ou o sentido do pudor nos casos dos crimes sexuais. Isso prova que a sociedade é que cria as leis, como Foucault defende. O crime precede a lei.

Jacques-Louis Ménétra, um vidraceiro do século XVIII, é uma figura conhecida por relacionar o estupro aos ideais da revolução francesa. Em “Journal de Ma Vie” (Diário da Minha Vida), sua autobiografia, narra suas aventuras pouco apreciáveis. Em uma parte do diário, um relato em tom jocoso de um episódio cruel: ele e o amigo Gombeau descobrem um casal tendo relações sexuais “nas moitas de Bois de Vincennes”, rendem o rapaz com a própria espada e estupram sucessivamente a moça, “a quem não demos tempo de recompor-se”. (VIGARELLO, 1998, p. 13).

"Um domingo, indo ver o barão no Faubourg Saint-Antoine na companhia de meu amigo Gombeaut, chegamos até o Bois de Vincennes. Caminhando na direção dos arbustos, nos deparamos com um ninho de amor, um jovem e uma jovem fazendo aquilo. Eu lhe disse: 'Vamos lá, multipliquem-se'. Tendo sido acidentalmente interrompido por nós nesta atividade bastante humana, ele nos disse para irmos para o inferno. Com essas palavras, Gombeaut pegou da espada; e nós o fizemos arrepender-se da insolência, porque cada um de nós nos revezamos com a jovem coisa sem dar a ela a chance de se arrumar. O idiota não se atreveu a chegar perto. Nós zombamos dele, agradecendo à moça por ter sido tão bem comportada; e, quando nos havíamos afastado alguma distância, jogamos sua espada para trás; pois cada um de nós havia ficado de guarda, enquanto o outro fazia aquilo.<sup>45</sup>

O diário sugere que Ménétra não tem noção da gravidade desse ato e a vítima não presta queixa, mesmo estando a época sob o Ancien Régime. A narração procura apenas ser engraçada, mas o uso da espada revela violência de homens “seguros de seus direitos, brutalidade surdamente aceita” (Idem). Darnton pondera:

No caso do "Journal" de Ménétra, a dificuldade não deriva da recusa do autor em distinguir fato de ficção [...]. A dificuldade diz respeito a algo inteiramente de uma outra ordem, algo detestável e inesperado – a saber, o estupro. Para a maioria dos modernos, o estupro é um crime tão repulsivo que desafia a compreensão, apesar dos esforços de criminólogos, psicólogos e antropólogos para ver nele algum sentido. Para Ménétra era uma aventura, algo a respeito do que se gabar. Mais ainda: ele misturava a fanfarronice à troca, como se esperasse

<sup>45</sup> DARNTON, Robert. Fraternidade ou os perigos da história etnográfica, Caderno Folha, 1977, p. 9-10).

que seu leitor compartilhasse de uma anedota. E ainda mais estranho: ele associava estupro a uma noção de fraternidade.<sup>46</sup>

A história do estupro se inscreve justamente nessa violência disseminada e normalizada.

Uma das grandes situações problemáticas do estupro é seu enquadramento na legislação, uma vez que ainda existe um debate sobre sua representação enquanto ato: uma violência sexual é essencialmente uma violência? Sexo aí deverá se afastar de violência? Então, quem “controla” a sexualidade feminina? E como se legisla sobre a violência que produz controle sobre a violência?

A realidade que cerca o estupro deve ser considerada a partir de construções de verdades sociais e jurídicas. Não se trata, nesse assunto, apenas de comportamentos culturais, mas também de uma legislação que opera na criminalização de tal prática. O estupro existe e transita na esfera social e na jurídica. No Brasil, segundo o levantamento *Estupro no Brasil: Uma radiografia segundo os dados da Saúde*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), estamos próximos de 600 mil estupros anualmente, no entanto, é um dos crimes mais subnotificados no País: calcula-se que apenas 10% dos casos cheguem à polícia.

Uma vez que o acusado de estupro nega o crime, as atenções se voltam para a busca de evidências e relatos entre defesa e acusação, estando no meio dessa trama judicial a vítima, que, na maior parte dos casos, passa a ser um objeto de investigação também. Seu passado entra nos autos de processos como pré-consentimento, o que muitas vezes descaracteriza a denúncia ao mesmo tempo que silencia outras vítimas e encoraja uma subcultura do estupro, que é a cultura da impunidade. Não interessam mais os fatos, mas os perfis, sobretudo da vítima que se encoraja a denunciar. O crime de estupro não tem testemunha, não tem “provas concretas”, muitas vezes inverte as versões – como no caso da “Síndrome da Mulher de Potifar”<sup>47</sup>. Reconhecidamente em toda jurisdição ocidental, estupro é crime. Mas como provar? É justamente esse como que engendra essa engrenagem complicada da questão. A preocupação da defesa, na maioria das vezes, não é provar inocência do acusado, mas na verdade construir um perfil moral questionável da vítima. Porque é um crime a dois, um crime às escuras, um crime silencioso. Estamos falando aqui de estupro como violação do corpo de outrem sem seu consentimento. A menos que seja registrado em vídeo ou que se levantem várias outras vítimas encorajadas

---

<sup>46</sup> Darnton distingue a noção de fraternidade aqui da concepção de fraternidade das universidades norte-americanas regadas a bebidas: é a fraternidade revolucionária francesa.

<sup>47</sup> Trataremos desse conceito jurídico mais adiante.

pela primeira denúncia, o julgamento do crime de estupro quase sempre é uma arena na qual se disputa quem tem mais critérios morais para ser julgado como verdadeiro. E certamente esse julgamento moral recai sobre a vítima mulher. O que se busca, ainda, é a credibilidade dos envolvidos, não exatamente justiça.

A tipificação do estupro como crime no Brasil se encontra no artigo 213 do Código Penal Brasileiro:

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.<sup>48</sup>

Com o objetivo de aprimorar o combate à violência da liberdade sexual do indivíduo, a Lei nº 12.015/2009 fundiu os crimes de estupro e atentado violento ao pudor sob um único *nomen juris*. Essa fusão fez com o crime de estupro (antes relacionado só à mulher) fosse estendido à vítima masculina também. Até porque, do ponto de vista histórico, o termo *stuprum* se referia, no direito romano e em sentido lato, a qualquer ato lascivo praticado contra homem ou mulher. De “Crimes contra os Costumes” a lei se modernizou para “Crimes contra a Dignidade Sexual”. Assim declara Guilherme de Souza Nucci:

A sociedade evoluiu e houve uma autêntica liberação dos apregoados costumes, de modo que o Código Penal está a merecer uma reforma há muito tempo, inclusive no tocante à vetusta denominação crimes contra os costumes. O que o legislador deve policiar, à luz da Constituição Federal de 1988, é a dignidade da pessoa humana, e não os hábitos sexuais que porventura os membros da sociedade resolvam adotar, livremente, sem qualquer constrangimento e sem ofender direito alheio, ainda que, para alguns, sejam imorais ou inadequados.<sup>49</sup>

Muito oportuno para este trabalho é o posicionamento de Rogério Greco:

A expressão crimes contra os costumes já não traduzia a realidade dos bens juridicamente protegidos pelos tipos penais que se encontravam no Título VI do Código Penal. O foco da proteção já não era mais a forma como as pessoas deveriam se comportar sexualmente perante a sociedade do século XXI, mas sim a tutela da sua dignidade sexual.<sup>50</sup>

Isso significa a necessidade de se repensar costumes e transformar regras, e vai bem ao encontro do que explicava Foucault sobre a criação de leis e a sociedade. Essas são determinadas consoantes as necessidades e os movimentos do saber-poder. O caso da adolescente de 16 anos, vítima de estupro coletivo no Rio de Janeiro, “forçou” a aprovação

<sup>48</sup> Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009.

<sup>49</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Código penal comentado*. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 817.

<sup>50</sup> GRECO, Rogério. *Crimes contra a dignidade sexual*. Revista jurídica Consulex, ano XIII, nº 307, p. 30, outubro, 2009.

de um Projeto de Lei que tipifica os crimes de estupro coletivo e de divulgação de imagens desse tipo de violência.

Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2015  
 Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)  
 Nº na Câmara dos Deputados: PL 5452/2016

Norma Gerada: Lei nº 13.718 de 24/09/2018

Ementa:

Acrescenta o art. 225-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas.<sup>51</sup>

A ideia é a pena para o crime de estupro praticado por duas ou mais pessoas ser aumentada de um a dois terços – atualmente, casos com maiores de 18 anos preveem de seis a dez anos de prisão, enquanto com menores varia de oito a 12 anos.

Em Direito Penal, existe uma figura jurídica conhecida como “Síndrome da Mulher de Potifar”, que designa uma mulher que faz acusações contra outrem que a rejeitou. Usa-se a figura bíblica da esposa de Potifar, oficial de Faraó, que, ao ser constantemente rejeitada pelo servo José, vinga-se dele acusando-o de tê-la assediado.

<sup>6</sup> E José era formoso de porte, e de semblante.

<sup>7</sup> E aconteceu depois destas coisas que a mulher do seu senhor pôs os seus olhos em José, e disse: Deita-te comigo.

<sup>8</sup> Porém ele recusou, e disse à mulher do seu senhor: Eis que o meu senhor não sabe do que há em casa comigo, e entregou em minha mão tudo o que tem;

<sup>9</sup> Ninguém há maior do que eu nesta casa, e nenhuma coisa me vedou, senão a ti, porquanto tu és sua mulher; como pois faria eu tamanha maldade, e pecaria contra Deus?

<sup>10</sup> E aconteceu que falando ela cada dia a José, e não lhe dando ele ouvidos, para deitar-se com ela, e estar com ela,

<sup>11</sup> Sucedeu num certo dia que ele veio à casa para fazer seu serviço; e nenhum dos da casa estava ali;

<sup>12</sup> E ela lhe pegou pela sua roupa, dizendo: Deita-te comigo. E ele deixou a sua roupa na mão dela, e fugiu, e saiu para fora.

<sup>13</sup> E aconteceu que, vendo ela que deixara a sua roupa em sua mão, e fugira para fora,

<sup>14</sup> Chamou aos homens de sua casa, e falou-lhes, dizendo: Vede, meu marido trouxe-nos um homem hebreu para escarnecer de nós; veio a mim para deitar-se comigo, e eu gritei com grande voz;

<sup>15</sup> E aconteceu que, ouvindo ele que eu levantava a minha voz e gritava, deixou a sua roupa comigo, e fugiu, e saiu para fora.

*Gênesis 39: 06-15*

A importância dessa figura jurídica é que ela filtra denúncias que são as injustiças que podem advir da acusação. Uma acusação leviana, por motivos diversos. A condenação do estuprador pode, pela dificuldade de se encontrar provas materiais do ato, ser baseada especificamente na palavra da vítima. Isso porque em caso de estupros, nem sempre se chega à materialidade do ato, necessária juridicamente. Talvez dessa situação advenha a

<sup>51</sup> Em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123183>. Visitada em 20 de outubro de 2018

tão frequente culpabilização da vítima, o descrédito nas acusações. Um caso recente que remonta à síndrome em análise foi o caso de Patrícia Lélis<sup>52</sup>, cuja denúncia contra um parlamentar, apesar de provas em áudios, se viu mergulhar em dois juízos de desconfiança: a do magistrado e a das redes sociais – impressionantemente um dos maiores juízos de valor ultimamente, numa configuração panóptica que não deixa passar nada sem julgamento.

Um caso brasileiro de 2013 é exemplo contundente do poder das representações no discurso jurídico. Não é sobre estupro, mas retrata bem uma interpretação questionável sobre a violência de gênero e poder. Em decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, considerou-se inaplicável a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) à agressão sofrida pela atriz Luana Piovani, praticada pelo então namorado e também ator Dado Dolabella. Assim se fundamentou a decisão:

[...] uma simples análise dos personagens do processo, [...] ou mesmo da notoriedade de suas figuras públicas, já que ambos são atores renomados, nos leva a concluir que a indicada vítima [...] não pode ser considerada uma mulher hipossuficiente ou em situação de vulnerabilidade. É público e notório que a indicada vítima nunca foi uma mulher oprimida ou subjugada aos caprichos do homem.<sup>53</sup>

A imagem pública e “independente” de Luana Piovani mostrou-se, aos olhos do juízo, incompatível com a representação paradigmática de uma vítima de violência doméstica: indefesa, dependente (econômica e emocionalmente) e sem apoio.

#### 5. 4 ESTUPRO NA BÍBLIA – UMA CONCUBINA SEM NOME

Uma das mais terríveis descrições de violência contra a mulher está num livro religioso: a Bíblia, um livro tanto prescritivo quanto descritivo, aspecto a que nos atemos agora. É importante, antes de tudo, reconhecermos que a Bíblia é um livro onde a realidade é interpretada a partir da crença de inspiração divina, embora escrita por homens num contexto patriarcal. A violência citada trata do estupro, assassinato e mutilação de uma concubina sem nome. Esta descrição encontra-se no livro dos Juízes, que narra os acontecimentos após a morte de Josué e as batalhas territoriais em Canaã entre os filhos de

---

<sup>52</sup> Jornalista que em 2016 acusou o deputado Marcos Feliciano (PSC-SP) de assédio sexual e tentativa de estupro. Dadas as versões polêmicas e muitas vezes contraditórias, inclusive denúncias de ter anteriormente forjado outras acusações de estupro, Lélis saiu do posto de vítima à condição de oportunista e mentirosa.

<sup>53</sup> (BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. *Embargos Infringentes e de Nulidade nº 0376432-04.2008.8.19.0001*. 7ª Câmara Criminal. Relator: Desembargador Sidney Rosa da Silva. Sessão de 25/06/2013. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/luana-piovani-dado-dolabella.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017).

Jacó e os cananeus. Nem todas as tribos foram bem sucedidas em expulsar o povo de Canaã, o que resultou numa configuração geopolítica tensa e hostil. Essa fase era a conhecida por “não haver Rei em Israel”, frase recorrente em todo o citado livro. Por essa configuração, cada homem ou comunidade impunha seus próprios valores e regras de justiça. Após a morte de Josué, último líder dos hebreus até então, o povo ficou vulnerável aos interesses de tribos rivais. Não tinham mais consigo um líder que pudesse orientá-los contra os ataques de inimigos. Foi por esse motivo que os líderes militares das doze tribos passaram a ser conhecidos como os Juízes, dado seu discernimento e experiência para julgar as causas que lhe fossem apresentadas. Não tinham caráter hereditário, eram “levantados por Deus”.

No livro “Configurations of Rape in the Hebrew Bible”, Frank Yamada seleciona três episódios de estupro do Antigo Testamento para fazer uma análise arqueoteológica (termo que emprego para tentar traduzir a natureza do longo relato a seguir) sobre a questão do estupro no texto e cultura bíblicos. A intenção do autor é estudar esses textos em conjunto, observando desde vocabulários recorrentes até as respostas masculinas ao estupro, que são extremamente violentas. Nos três casos em questão, Yamada aponta uma fragmentação social como resultante de tais violências. Os episódios estão narrados em Gênesis 34 (estupro de Dinah, filha de Jacó), Juízes 19 (estupro e assassinato da concubina de um levita) e em II Samuel 13 (estupro de Tamar pelo meio irmão Amnon, filhos do rei Davi). O que o autor discute é que, nos três casos, o estupro culminou em excessiva violência masculina, como vingança de honra – de uma casa ou um reino, típico da época, contexto e personagens. Essa progressão da violência após estupro nesses três casos é que se torna bastante significativo. Yamada afirma, ainda, que a interpretação feminista do estupro na Bíblia enfatiza que este é um ato de poder e violência sexual, uma agressão contra a vontade do outro. Cita a pesquisadora feminista Alice Keefe<sup>54</sup> como uma das poucas pesquisadoras que investigam os três episódios bíblicos de estupro em conjunto, não isoladamente.

Alice A. Keefe é uma das poucas acadêmicas que tentam abordar a questão dinâmica complexa de estupro usando as três narrativas de estupro. Ela argumenta que o corpo violentado da mulher estuprada é “uma metonímia para o corpo social quando é interrompido pela guerra”. Keefe concentra sua análise nas experiências de personagens femininas com o estupro, no texto. Ela defende uma correspondência entre o grau de intimidade permitido na experiência da mulher e o grau de intimidade entre as partes em conflito. Por exemplo, o narrador de 2 Samuel permite ao leitor a experiência de estupro de Tamar através de sua resposta à violação, ou seja, sua reação verbal e seu subsequente luto. Esse alto grau de intimidade na experiência da mulher corresponde à intimidade familiar

---

<sup>54</sup> Professora de Estudos Religiosos, do Departamento de Filosofia da Universidade de Wisconsin,

entre as duas partes em conflito - os meio-irmãos, Absalom e Amnon - nessa narrativa. (Em tradução livre)<sup>55</sup>

Para nossa discussão sobre o estupro na Bíblia, foi selecionada apenas a narrativa de Juízes 19 – o estupro e assassinato de uma concubina cujo nome não é mencionado. Juízes é conhecido como o livro “do povo sem rei”, o que justificará, como veremos, a desgraça moral de uma nação. A escolha desse episódio tem três motivos: a) ser uma das cenas mais horrendas da Bíblia, justamente porque a vítima é posta em sacrifício para ser estuprada e, dessa forma, proteger seu senhor do ataque, que era o real objeto de desejo dos violadores; b) a ausência da identidade da vítima – a “concubina sem nome”; c) a vingança extremamente violenta contra o estuprador. Nesse período Israel alcança o seu mais baixo valor moral e esse episódio ilustra essa desmoralização.

1. Naqueles dias, **quando não havia rei em Israel**, houve um levita que morava como peregrino nos lados do Monte de Efraim, o qual tomou para si uma mulher concubina de Belém de Judá.
2. E sua concubina, porém, **adulterou contra ele**, e se foi dele para a casa de seu pai, em Belém de Judá, esteve lá por um tempo de quatro meses.
3. E se levantou seu marido, e a seguiu, para lhe falar **amorosamente** e torná-la trazer de volta, levando consigo um criado dele e um par de jumentos; e ela o levou a casa de seu pai.
4. E vendo-o o **pai da jovem**, saiu-lhe a receber contente; e o **seu sogro** o deteve, e ficou em sua casa três dias, comendo e bebendo, e repousando ali.
5. E ao quarto dia, quando se levantaram pela manhã, levantou-se também o levita para ir-se, e o **pai da jovem** disse ao seu **genro**: Conforta o teu coração com um bocado de pão, e depois iréis.
6. E se assentaram eles dois juntos e comeram e beberam. E o **pai da jovem** disse ao homem: Rogo-te que queiras ficar aqui ainda esta noite, e se alegrará o teu coração.
7. E levantando o varão para ir-se, o sogro o constrangeu a que tornasse a passar a noite ali.
8. E levantando-se de manha para ir-se (*tinha ficado lá durante 5 dias*)<sup>56</sup>, disse-lhe o **pai da jovem**: Conforta agora o teu coração. E tendo os dois já comido, detiveram-se até que já declinava o dia.
9. E levantou-se logo o homem para ir-se, ele, e a sua concubina, e o seu criado. Então o **seu sogro, o pai da jovem**, disse-lhe: Eis que o dia já declina para se pôr o sol, rogo-te que aqui passes a noite; eis que o dia já se acaba, passa aqui a noite, **para que se alegre o teu coração**; e amanhã vos levantarei cedo, e irás pelo teu caminho, e chegarás à tua tenda.
10. Mas o homem não quis ficar ali à noite, e levantou-se e partiu, e chegou até em frente a Jebus, que é Jerusalém, com o seu par de jumentos aparelhados e com sua concubina.

---

<sup>55</sup> Alice A. Keefe is one of the few scholars who attempts to address the complex dynamic of rape using all three rape narratives. She argues that the violated body of the raped woman is “a metonym for the social body as it is disrupted by war.” Keefe focuses her analysis on the women characters’ experience of rape in the text. She argues for a correspondence between the degree of intimacy allowed into the woman’s experience and the degree of intimacy between the warring parties. For example, the narrator of 2 Samuel allows the reader into Tamar’s experience of rape through her response to the violation, i.e., her verbal reaction and her subsequent mourning. This high degree of intimacy into the woman’s experience corresponds to the close familial intimacy between the two warring parties—the half-brothers, Absalom and Amnon—in this narrative. (YAMADA, 2009, p. 13)

<sup>56</sup> Nota comentada pelo organizador Jimmy Swaggart.

11. E estando já perto de Jebus, o dia tinha declinado muito; e disse o criado ao seu senhor: Vamos agora, e entremos nesta cidade dos jebuseus, para que ali passemos a noite.
12. E o seu senhor lhe respondeu: Não iremos a nenhuma cidade de estrangeiros, que não seja dos Filhos de Israel; antes iremos até Gibeá.<sup>57</sup>
13. E disse ao seu criado: Vamos, e cheguemos a um desses lugares, para passar a noite em Gibeá ou em Ramá.
14. Passando, pois, adiante, caminharam, e o sol se pôs junto a eles em Gibeá, que era a cidade de Benjamim.
15. Separaram-se do caminho, para entrar e passar a noite em Gibeá; entrando, apresentaram-se na praça da cidade, **porque não houve quem os acolhe-se em casa para passar a noite.**
16. Eis que um homem velho veio à tarde do seu trabalho do campo, ele era do Monte de Efraim, e morava como peregrino em Gibeá; mas os moradores daquele lugar eram filhos de Benjamim.
17. Um homem idoso levantando-se os seus olhos viu aquele viajante na praça da cidade e lhe disse: Para onde vais e de onde vens?
18. E ele respondeu: Viemos de Belém de Judá, aos lados do Monte de Efraim, de onde eu sou; e parti até Belém de Judá; e agora vou à casa do SENHOR, e **não há quem me receba em casa.**
19. Entretanto, nós temos palha e pasto para os nossos jumentos, e também temos pão e vinho para mim e para tua serva, e para o criado que está com teu servo; de nada temos falta.
20. E o homem idoso disse: Paz seja contigo; **a tua necessidade toda esteja somente ao meu cargo, contanto que não passes a noite na praça.**
21. E colocando-os em sua casa, deu de comer aos seus jumentos; e eles, lavando-se os pés, comeram e beberam.
22. E enquanto alegravam eles seus corações, eis que os homens daquela cidade, homens filhos de Belial<sup>58</sup>, rodearam a casa, e bateram às portas, dizendo ao ancião dono da casa: Tira para fora o homem que entrou em tua casa, para que o conheçamos<sup>59</sup>.
23. E saindo a eles aquele varão, o dono da casa, disse-lhes: Não, meus irmãos, peço-vos que não cometais este mal, **porque este homem entrou em minha casa; não façais esta maldade.**
24. Eis aqui minha filha virgem, e a concubina dele; eu as tirarei para fora; **humilhai-as, e façam com elas como bem lhes parecer, e não façais a este homem coisa tão infame.**
25. Mas aqueles homens não o quiseram ouvir; por isso, tomando aquele homem a sua concubina, tirou-a para fora; e eles a conheceram, abusaram dela toda a noite até a manhã, e a deixaram quando apontava a alvorada.
26. E quando já amanhecia, a mulher veio, e caiu diante da porta da casa daquele homem onde o seu senhor estava, até que clareou o dia.
27. E **levantando-se de manhã o seu senhor**, abriu as portas da casa, e saiu para seguir o seu caminho, e eis que a mulher, sua concubina, estava estendida diante da porta da casa, com as mãos sobre a soleira.
28. E ele disse: Levanta-te e vamos. Mas ela não respondeu. Então o homem a levantou, e a pôs sobre o seu jumento, e se foi para o seu lugar.

Juízes:19: 1-28, grifos nossos

A narrativa é estruturada de forma a permitir uma visão de autoridade do pai/sogro sobre o levita – a autoridade masculina, visível nos versículos 4, 6, 8 e 9. O anfitrião está no controle da situação. Esse contraste é visualizado na dificuldade que os viajantes encontram para conseguir um lugar para passar a noite, então oferecido por um

<sup>57</sup> Na realidade, o subúrbio de Jerusalém.

<sup>58</sup> Pessoas desprezíveis.

<sup>59</sup> Ter relações sexuais. Trata-se de homens homossexuais.

velho de Gibeá, que porventura é também de Belém de Judá, como o levita. Ao acolhê-los, depreende-se um espaço físico e social estabelecido a partir da porta da casa acolhedora. Cabe ao anfitrião, a partir daí, a responsabilidade sobre a vida do seu hóspede, acima de tudo. Entretanto, “os filhos de Belial” cercam a casa e exigem que lhes seja entregue o viajante, para que possam conhecê-lo – sexualmente – a fim de humilhá-lo e desobedecer as fronteiras sociais. Note-se que o interesse dos arruaceiros é o levita, não a mulher que está com ele. Embora a associação indireta a Sodoma, dessa vez, diferente do que ocorre em Sodoma, os arruaceiros, tomados de lascívia, aceitam a mulher jogada a eles pelo próprio senhor – a concubina. Estuprada por toda a noite até o amanhecer, a mulher mal se arrasta até a soleira da porta, onde supostamente vem a falecer. Interessante frisar que o hospedeiro implora aos arruaceiros que estuprem sua filha virgem ou a concubina do levita, mas de maneira alguma violem o seu visitante, para não manchar-lhe a dignidade, e opta por defender a honra do levita. Era desonroso não proteger os hóspedes. Uma ação questionável e horrenda. É importante destacar que o concubinato era um sinal de riqueza, poder e honradez, e estava diretamente ligada à ideia de propriedade.

No contexto dessas fortes alusões literárias, o estupro significa uma diferença marcante entre os mundos do Gen 19 e Jz 19. A sugestão do hospedeiro efraimita, juntamente com a violação real da concubina, leva o leitor a concluir que as ações em Gibeá assemelham-se, se não exceder, aos maus acontecimentos de Sodoma e Gomorra. Essa avaliação fornece um exemplo literário concreto da ilegalidade desse período sem um rei e fornece um significado ilustrativo da frase "Todo homem fez o que estava certo aos seus próprios olhos." Em um mundo tão confuso, o "bem" nos olhos desses homens é caracterizado como o epítome do mal.<sup>60</sup>

Da mesma forma, seu nome (e dos demais personagens) não é revelado durante toda a narrativa. E é claro que a ausência de um nome para esta personagem está cheia de sentidos. Isso nos remete a uma prática ainda hoje existente, que é o apagamento da subjetividade da mulher estuprada, seja por questões legais, em que não é permitido divulgar o nome da vítima, como o caso de Jyoti Singh, que ficou conhecida por “Destemida” (Nirbhaya, em indiano), a moça estuprada por vários homens e assassinada em um ônibus na Índia; ou da adolescente de 16 anos, do Rio de Janeiro, também vítima de estupro coletivo em 2016. Ou ainda o caso de Samantha Geimer, vítima de Roman Polanski, conhecida por décadas como “A menina” (que daria nome ao seu livro anos mais tarde). O que há em comum entre essas mulheres da sociedade atual e a concubina é que a violência que lhes acometeu se sobrepõe às suas identidades.

---

<sup>60</sup> YAMADA, 2008, p. 88, livre tradução.

Após o episódio do estupro, a narrativa se segue com a resposta do levita sobre a violação e assassinato da mulher. Ele, indiferente à morte da mulher (antes pretendia “falar-lhe amorosamente”), põe o corpo dela sobre o jumento e segue para sua casa, onde, numa cena macabra, apanha um cutelo e esquarteja o corpo da concubina em 12 partes, enviando-as “aos termos de Israel”<sup>61</sup> (Jz. 19:29). Incita-se daí, uma vingança violenta contra Benjamim. Portanto, a excessiva violência é a resposta para o estupro.

A descrição gráfica do narrador sobre posição da mulher justaposta à indiferença do levita leva o leitor a uma avaliação crítica do caráter masculino, uma crítica que crescerá à medida que a resposta do levita ao estupro toma forma através de suas palavras e ações. (livre tradução).<sup>62</sup>

O esquartejamento da mulher não pode ser interpretado apenas no limite do horror explícito. Uma nova leitura surge quando descobrimos que o sacrifício animal para convocação de uma guerra contra outra tribo foi empreendido por Saul. Dessa forma, a narrativa se subscreve numa violência simbólica na qual uma mulher é sacrificada como um animal – uma propriedade –, invocando uma resposta violenta ao estupro, em forma de batalha sangrenta contra uma tribo. “Her fragmented body has become writing” (Idem, p. 93).<sup>63</sup> O desmembramento é o próprio enunciado constitutivo de um discurso violento da época. Importante ressaltar que o levita, em seu clamor de justiça, omite que fora ele o objeto de desejo dos arruaceiros e ele mesmo atirou-lhes a mulher para ser “humilhada” em seu lugar e salvar a si próprio. Ela foi seu escudo durante toda a madrugada – período em que, pela própria narrativa, estaria dormindo sob proteção do anfitrião (v.27). Não podemos esquecer que ele vai em busca da concubina, pois esta lhe fora infiel e dele fugira. Exatamente por que ele a buscara? E por que ele a sacrificou depois de tão longa viagem? São situações que não se respondem exatamente no texto bíblico, mas sugerem respostas diversas à medida que capítulos e versículos se seguem. O que fica na superfície do texto é que a convocação por vingança é baseada em um relato distorcido do próprio levita. Não mais o narrador de Juízes, mas o próprio levita diz: “E levantando-se contra mim os homens de Gibeá, cercaram a casa de noite, com a ideia de me matar, e oprimiram minha concubina de tal maneira, que ela morreu.” (Jz 20:5). O estupro da concubina fomenta uma revolta desmedida contra Gibeá.

---

<sup>61</sup> Fronteiras de Israel.

<sup>62</sup> The narrator’s graphic description of the woman’s position juxtaposed with the Levite’s disregard leads the reader into a critical evaluation of the male character, a criticism that will grow as the Levite’s response to the rape takes shape through his words and actions (YAMADA, op. cit, p. 91).

<sup>63</sup> Seu corpo esquartejado transformou-se em escrita (uma espécie de carta de convocação, como era feito com o corpo de animais) (livre tradução)

E o que se pode dizer desse estupro? Pode-se dizer que ele não foi mais que o estopim de uma guerra entre tribos. Não foi um crime contra um ser humano. O crime foi violar a propriedade de um dos filhos de Israel. Narrativas como essa, de teor cultural e religioso, numa época em que juízes tinham função jurídica e acima de tudo religiosa, ajudaram a sedimentar que “o discurso está na ordem das leis” (FOUCAULT, 2014, p.7), tendo a compreensão de que não está sempre numa realidade material, “de coisa pronunciada e escrita” (Idem, p. 8), mas como poderes em exercício. Daí ser representativamente importante a maneira como Frank Yamada discursiviza o desmembramento da concubina, transformando-a “em escrita”, ao modo como se fazia com animais. Tal esquitejamento ilustra-nos como as relações de poder se exercem sobretudo num contexto em que cada homem faz sua própria lei.

O verbo *toṭṭ* ("para cortar em pedaços") é empregado na Bíblia para expressar sacrifício<sup>64</sup>. Somente em duas passagens ele aparece fora desse contexto: em 1Sam 11:7 (Saul esquiteja bois convocando os israelitas para guerrearem contra os amoritas):

E tomando uma junta de bois, cortou-os em pedaços, e os enviou por todos os termos de Israel por mãos de mensageiros, dizendo: Todo aquele que não seguir Saul e Samuel, assim será feito aos seus bois. E o temor do Senhor caiu sobre o povo, e saíram como um só homem.

A segunda passagem é justamente o episódio do esquitejamento da concubina. Não há como fugir à comparação entre os episódios: da mesma forma que o sangue dos bois dos amoritas seria derramado, o sangue do povo de Benjamim também seria. É nesse aspecto que a mulher sem fala passa a ser uma escritura em forma de sacrifício.

O estupro da concubina gerou uma guerra civil que viria a causar quase a dizimação de Benjamim. Esse episódio é contado nos dois últimos capítulos de Juízes, a saber, 20 e 21. Ao esquitejar o corpo da mulher em 12 partes, o objetivo do levita era a convocação da nação de Israel contra a de Benjamim, com propósito de exigir justiça, sem assumir sua culpa no episódio. Por conta dessa narrativa distorcida, os benjamitas são pressionados a entregar os culpados, mas se recusam a fazê-lo, e uma sangrenta guerra começou, levando à morte 40.000 israelitas e 25.000 benjamitas, quase dizimando a tribo de Benjamin. A reação violenta não foi por causa do estupro, mas ele foi usado como um gatilho para a expressão dessa violência masculina, justificando-a com a indignação que lhes acometeu segundo a narrativa do levita.

---

<sup>64</sup> BROWN; DRIVER; BRIGGS, 2005, p. 677

Importa-nos entrar nesse discurso da violência brutal como resposta à violação de uma mulher, ao ponto de desintegrar moralmente um povo. Tentaremos entender o estupro entrando com o procedimento arqueológico escolhido. Além de se mostrar nos três casos apresentados no livro de Yamada como um grande catalisador para o desmoronamento político e moral, o estupro é uma materialização de uma terra sem rei, onde os cidadãos sem autoridade regente faziam o que julgavam correto ou mesmo não faziam juízo moral algum sobre as próprias atitudes.

A comparação com o episódio de Sodoma (Gên 19) dá um sentido particular ao estupro da concubina. Em Gênesis 19:8, Ló oferece as duas filhas virgens aos sodomitas que batiam à porta em busca de dois varões hospedados por ele, entretanto a violação não se consome por interferência desses varões, que eram, na verdade, Anjos enviados por Deus. No relato de Juízes, o anfitrião faz apelos para que não toquem no levita e em troca implora que estuprem a própria filha virgem ou a concubina do levita. O velho homem insiste que os arruaceiros estuprem as duas mulheres que estavam em sua casa, a fim de que a hospitalidade dada ao levita não seja perturbada e este não seja desonrado. A narrativa descreve um estupro coletivo longo e cruel, incluindo verbos como “abusaram”, culminando com a mulher arrastando-se, ao amanhecer, até o limiar da porta, desmaiada ou morta – o que não fica exatamente claro. A atitude do velho efraimita é, além de cruel, prova do juízo de valor sobre seus convidados, num período em que os juízos eram individuais.

A Bíblia é repleta de episódios que atestam verdadeiras práticas da hospitalidade, considerando o outro por meio do abrigo e acolhimento. Por vezes o hóspede é um estrangeiro, no Antigo Testamento, e, no Novo Testamento, tanto estrangeiros como os menos favorecidos e necessitados de ajuda. A hospitalidade, nesses termos, é uma obrigação sagrada que enriquece os episódios de ambos os Testamentos, mesmo porque, em linhas gerais, a mensagem predominante dos textos bíblicos é o acolhimento, é a hospitalidade. A narrativa de Juízes caminha entre hospitalidade e hostilidade, e revela a forma como o estupro é encarado nessa época. Ele é o resultado de uma boa ação (a hospitalidade) que dá terrivelmente errado, numa época em que o “homem fez o que era certo aos seus próprios olhos” (Jz 17: 21:25).”. Sobre a hospitalidade, nos diz José Luis Sicre:

A lei da hospitalidade é uma necessidade da vida no deserto que se converte em virtude. O homem que percorre estepes intermináveis sem uma gota de água, nem povoados onde comprar provisões está exposto à morte por sede ou inanição. Quando chega a um acampamento de pastores não é um intruso, nem um inimigo. É um hóspede digno de atenção e respeito que pode gozar da

hospitalidade durante três dias; quando vai embora, ainda se lhe deve proteção durante outros três dias. Esta lei da hospitalidade pode ser encontrada no Antigo Testamento: Abraão acolhe aos três homens que passam junto à sua tenda, em Mambré (Gn 18,1-8); Labão recebe com honra o servo de Abraão (Gn 24,28-32); Ló introduz anjos em sua casa (Gn 19,1-8). A norma segue vigente em tempos posteriores, como demonstra o relato de Jz 19,16-24. Era tão importante, que Ló e o ancião de Gibeá estão dispostos a sacrificar a honra de suas filhas pelos hóspedes.<sup>65</sup>

Especificamente no capítulo 19, o estupro aparece entre duas cenas de hospitalidade: a do pai da concubina e a do velho de Efraim, que se contrastam entre si dada a excessiva acolhida do sogro do levita.

Interessante análise de Alice Keefe é citada por Yamada:

O corpo desmembrado da concubina permanece contíguo à guerra civil, uma metonímia para um Israel sangrento e dividido. O ponto da narrativa de guerra emerge quando é refratada através da imagem do corpo torturado e partido da mulher, de modo que estupro se torna a chave interpretativa para avaliar o significado da violência visceral de Israel. O estupro, que marca não apenas o começo, mas também o fim desta narrativa final em Juízes, enquadra a guerra civil em imagens que expõem a realidade de tal guerra como o quebrantamento do corpo e da vida da comunidade israelita.<sup>66</sup>

A presença dessa mulher nesse horrendo episódio é ambígua: ao mesmo tempo que é retratada apenas como a mulher terrivelmente estuprada e assassinada, é também um marco em Israel, uma vez que seu martírio articulou as tribos de Israel para que um terrível erro fosse corrigido. Assim, se atentarmos para uma leitura mais ampla, seu sacrifício atua como juiz “num tempo em que não havia rei em Israel”

Ao final do livro concluímos que a mulher esquartejada é a própria simbolização de uma nação desmembrada, que ironicamente mata e estupra muitas outras como resposta a um caso de estupro. Israel levanta-se, em meio ao caos social e moral, contra si mesmo de forma tão violenta quanto o suplício da concubina. Ela é a mulher sem nome e sem voz. A

---

<sup>65</sup> La ley de hospitalidad es una necesidad de la vida del desierto, que se convierte en virtud. El hombre que recorre estepas interminables sin una gota de agua ni poblados donde comprar provisiones está expuesto a la muerte por sed o inanición. Cuando llega a un campamento de pastores, no es un intruso ni un enemigo. Es un huésped digno de atención y respeto, que puede gozar de la hospitalidad durante tres días; cuando se marcha, todavía se le debe protección durante otros tres días (unos 150 kilómetros). Esta ley de hospitalidad la encontramos en el Antigo Testamento: Abrahán acoge a los tres hombres que pasan junto a su tienda en Mambré (Gn 18,1-8); Labán recibe con honores al servidor de Abrahán (Gn 24,28-32); Lot introduce en su casa a los ángeles (Gn 19,1-8). La norma sigue en vigor en tiempos posteriores, como demuestra el relato de Jue 19,16-24. Era tan importante, que Lot y el anciano de Guibeá están dispuestos a sacrificar por los huéspedes la honra de sus hijas. (SICRE, José Luis. Introducción al Antigo Testamento, 7ª ed., Verbo Divino, Spain, 2000, p. 116)

<sup>66</sup> The dismembered body of the concubine stands contiguous with the civil war, a metonym for a bloody and divided Israel. The point of the war narrative emerges as it is refracted through the image of the woman's tortured and broken body, so that the rape becomes the interpretive key for assessing the meaning of Israel's internecine violence. Rape, which marks not only the beginning, but also the end of this final narrative in Judges, frames the civil war in images which expose the reality of such a war as the brokenness of the body and life of the Israelite community.

amante (פילגש). A mais insignificante da narrativa. A mulher sozinha entre homens. Propriedade, objeto do pai e do levita. O objeto, inclusive, que ele não mais terá porque os maus homens a assassinaram, porque ele a colocou como escudo. A mulher desumanizada, interdita – sem fala, sem nome e sem história. Apenas um dispositivo preparatório para uma sangrenta batalha.

De certa forma, essa análise encontra semelhança com o que diz o psicoterapeuta Sócrates Nolasco, no seu livro *De Tarzan a Homer Simpson – banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*: a violência pode não ter raça, religião ou classe, mas certamente tem sexo: masculino. Em suas palavras, a violência seria “um colapso da forma viril”. Esse homem viril foi, de fato, uma criação de sociedades bélicas, como a relatada em Juízes. O macho respondendo com violência necessariamente.

Questão relevante é que cada sociedade tem seus valores e normas jurídicas (leis) para lidar com violência, e nem toda ação que é considerada violenta num certo lugar é necessariamente violenta noutro. A concubina vítima de estupro nos oferece um estudo que combina hipóteses de motivações individuais e paradigmas sociais – padrões de comportamento de determinado contexto histórico. É claro que não estamos generalizando aqui que toda violência contra mulher é uma “violência de gênero”, pois há formas distintas e hediondas de crimes que necessariamente não são motivados pelo fato de a vítima ser mulher. Então precisamos reconhecer quais são os valores que definem a violência de gênero, que discursos autorizam essa violência, seja ela simbólica ou não. No caso do estupro, a culpabilização da mulher estuprada por si só já sagra que a questão é de gênero. Ninguém culpa uma mulher que é assaltada na rua, mas basta que se troque o assalto pelo estupro que o “localizador moral” aponta: lugar de mulher é em casa. Esse localizador moral é o discurso que sedimentou a incômoda expressão “lugar de mulher”. Provavelmente tal expressão seja um fruto da vigilância familiar em forma de disciplina pedagógica a fim de corrigir resistências femininas – seja pelo pai, seja pelo marido, os proprietários do corpo feminino. Certamente essa noção patriarcal é um dos constituintes desse localizador moral.

É comum em pesquisas teólogo-arqueológicas a narrativa transcorrer pelos caminhos de patriarcas, profetas, Reis e guerreiros. Rara é a presença de mulheres nessas investigações. A referência aqui não é ao texto bíblico em si, mas aos estudos diversos sobre ele. Numa leitura apenas um pouco mais atenta dos livros, sobretudo do Antigo Testamento, a figura de mulheres de presença expoente é incontestável e historicamente marcante. A Bíblia, afinal, constitui uma força na cultura sexista ocidental? É a Bíblia um

livro misógino, no qual narrativas detalhadas de violência contra as mulheres são apologias indiretas a uma cultura misógina e fomenta essa constituição de uma cultura de estupro? No livro “Arqueologia Bíblica”, de Randall Price, por exemplo, temos nove capítulos destinados à arqueologia da Bíblia, sua historicidade, patriarcas, contexto e culturas judaicas, mas sem qualquer menção importante às mulheres desse período. No entanto, esse silenciamento não existe na Bíblia. Isso leva a uma outra questão: por que o silêncio sobre as mulheres nos estudos sobre a Bíblia? Na verdade, ela mesma traz relatos de mulheres como autoridades tribais, como Débora, de nobres que largaram o palácio e se tornaram seguidoras de Cristo, como Maria Madalena, até hoje uma das figuras femininas mais enigmáticas da narrativa hebraica. Não se pode dizer que a mulher, na narrativa bíblica, seja exatamente interdita. Analisemos, então, o espaço feminino na sociedade hebraica dos testamentos bíblicos.

Respeitada entre homens, possuidora de uma liderança moral e espiritual sobre esses, a juíza Débora (também chamada *nebi'â* – profetisa) comandou, ao lado de seu general Baraque, o exército que derrotou os cananeus (Jz. 4 – 5). A segurança que esse general tinha em sua comandante era tanta, que, ao ser enviado à guerra por ela, respondeu-lhe: “Se vieres comigo irei, se não vieres comigo, não irei.” (Jz, 4:8). Essa confiança de um general prova o protagonismo da mulher na história hebraica. Após a travessia do Mar Vermelho (Êx. 15: 20), mulheres cantam e dançam, lideradas por Miriam, irmã de Moisés, para celebrar a libertação do povo hebreu da escravidão do Egito. Isso mostra que a participação pública da mulher hebraica era comum em momentos históricos do seu povo. Esses breves exemplos garantem que as mulheres hebraicas não eram excluídas dos altos cargos, dos espaços públicos nem de momentos de consagração histórica do povo hebreu. Elas transitavam e efetuavam tarefas, inclusive na construção do Tabernáculo, o qual podiam frequentar. Podemos ver isso no livro de Êxodos<sup>67</sup>:

22. E vieram assim homens e mulheres, todos de coração voluntário, e trouxeram fivelas e pendentes, anéis e braceletes, e todos os objetos de ouro; e todos ofereciam ofertas de ouro ao Senhor.

26. E todas as mulheres cujo coração as moveu em sabedoria, fiavam os pelos de cabra.<sup>68</sup>

De uma forma geral, considerando contexto e cultura, o texto bíblico deixa transparecer admiração e reverência à mulher, ao associar o amor de Deus pela humanidade ao amor de um casamento, do marido pela esposa. Uma aproximação talvez

<sup>67</sup> Êx. 35: 22, 26.

<sup>68</sup> Referência à obediência aos preceitos designados por Deus a Moisés.

estranha, mas estamos falando de um livro que descreve uma cultura muito distante dos nossos tempos. O livro de Oseias tem uma narrativa metafórica que relaciona, por exemplo, a queda moral de Israel a uma prostituta (Gômer): a mulher é constantemente figurada como nação. Percebendo esse tratamento dispensado à figura feminina na Bíblia, os casos de violência infligidas à mulher nesse mesmo livro destoam completamente de uma visão respeitosa e protagonista da mulher, principalmente em episódios que contam como algumas personagens são brutalmente atacadas e estupradas.



Figura 4: A Sorrowful Homecoming; A Grisly Message; Civil War<sup>69</sup>

<sup>69</sup> Um Doloroso Regresso a Casa; Uma Mensagem Horrível; Guerra Civil: Miniaturas do Antigo Testamento com inscrições em latim, persa e judeu-persa, França, Paris, Anos 1240, 390 x 300 mm. Comprado por J. P. Morgan, Jr., 1916. A figura faz um recorte do livro dos Juízes: a mulher sem identificação, mutilada, sacrifício de guerra, a protagonista da história, catalisada pelo martírio da concubina.

## 5.5 ESTUPRO DE GUERRA

*Nunca tinha ouvido ou lido sobre tal brutalidade. Estupro! Estupro! Estupro! Estimamos ao menos 1.000 casos à noite, e vários durante o dia. Em caso de resistência... há uma facada de baioneta ou uma bala. Poderíamos escrever centenas de casos por dia.*<sup>70</sup>

O estupro, historicamente, foi um instrumento de terror sistematicamente praticado durante conflitos de guerra. De sadismos dos grupos de lutas armadas até estupros como dinâmica de limpeza étnica sobretudo na 2ª GM, essa prática tem sido reiteradamente a verdadeira arma de brutalidade e desumanização. É a politização do estupro. O estupro já foi uma arma política também. Eldridge Cleaver, líder dos Panteras Negras, foi um dos militantes que politizou o estupro ao encorajar o estupro de mulheres brancas, como uma estratégia de luta em favor dos negros, dando ao estupro um status de crime político. (PORTER, 1992).

O estupro é uma prática tão antiga quanto são as guerras, sendo muitas vezes usado como estratégia bélica de dominação e subjogação do outro. Mas o mais interessante é que isso era uma prática tolerável, como um código de guerra no qual as mulheres eram o sacrifício de “lesa-pátria”, servindo como espólios de uma batalha perdida. Ora, já sabemos que, nos primeiros tratados jurídicos sobre o estupro tipificado como crime, este era um “crime de costumes”, valendo salientar aqui que, nesses termos, a mulher ainda não era vista como cidadã, como igual, mas ainda como um patrimônio da família, do marido e, obviamente, do Estado. O estupro de guerra sempre foi praticado como estratégia cujo fim era enfraquecer o inimigo. A violação das mulheres significava uma preocupação política – o que nos leva a derrubar mais uma vez a narrativa de que o estupro seja uma prática exclusiva de delinquentes ou doentes mentais, monstros socialmente à margem da sociedade e identificável como ameaçador. Fica claro que o que se configura nessas práticas de guerra traz em si toda uma simbologia de poder, não de doença.

Episódio conhecido pelo assassinato em massa, entre militares e civis, foi o Massacre de Nanquim (antiga capital chinesa). O massacre foi um genocídio do Japão contra a China, entre 1937 e 1938, culminando na morte de mais de 260 mil pessoas. Brownmiller afirma que em 1946 foi realizado um Tribunal Militar em Tóquio para apurar os horrores desse massacre. Ela o descreve como uma orgia de ataque sem controle contra os chineses, incluindo estupro e assassinato de mulheres e crianças. O Comitê

<sup>70</sup> Never have I heard or read of such brutality. Rape! Rape! Rape! We estimate at least 1,000 cases a night, and many by day. In case of resistance . . . there is a bayonet stab or a bullet. We could write up hundreds of cases a day. (BROWNMILLER, Susan *Against Our Will*, p. 58)

Internacional de Socorro de Nanquim, grupo missionário que permaneceu na cidade, apresentou seu relatório sobre o genocídio.

Ela enfatiza que nenhuma mulher estuprada (estima-se que tenha chegado a cem mil mulheres) foi chamada para testemunhar no tribunal de Tóquio. O testemunho ficou a cargo dos mesmos missionários que antes haviam excluído o estupro de seu relatório oficial de danos de guerra. Entretanto, embora os relatórios não tivessem registrado o massacre, suas memórias estavam bem vivas e puderam trazer a público detalhes do genocídio. Ainda segundo Brownmiller, uma página do diário de Nanquim pertencente ao missionário americano James McCallum trazia uma revelação:

[...] meninas arrastadas por bandos de quatro ou cinco homens de uniforme; mulheres sequestradas forçadas a lavar as roupas de unidades do Exército durante o dia e a “servir” de quinze a quarenta homens por noite; mulheres forçadas a realizar *sex shows* para as tropas; pais forçados à mão armada a estuprarem suas próprias filhas. Várias histórias tiveram fins similares. Quando um grupo de soldados se cansava de uma mulher capturada, uma vara às vezes era enfiada em sua vagina; em alguns casos, a cabeça da mulher era cortada.<sup>71</sup>

Na China este massacre é mais conhecido como “O *Estupro* de Nanquim”.

Quando falamos em estupro de guerra não devemos nos limitar aos conflitos históricos distantes, como se isso fizesse parte de um episódio localizável e pontual do passado da humanidade. Ainda existem. Os conflitos armados sobretudo no continente africano são um exemplo disso, nos quais mulheres de etnias diversas são tomadas como “espólios de guerra”, reforçados com as propagandas de reificação e rebaixamento moral da mulher, como aconteceu em 1994 no massacre em Ruanda, país no qual o estupro tem sido sistematicamente banalizado. Calcula-se que entre 2.000 e 5.000 crianças tenham nascido em consequência dos estupros. Nas entrelinhas desse discurso misógino se esconde, não podemos deixar escapar, uma arquitetura genocida, uma vez que um dos propósitos dos massacres era extinguir uma etnia em detrimento de outra. A comunidade internacional tomou conhecimento dessa situação e tem procurado medidas e constantes discussões, em parte graças a muitas lutas de representações feministas.

---

<sup>71</sup> [...]Witness after witness told similar stories—girls dragged off by gangs of four or five men in uniform; abducted women forced to wash clothes for the Army units by day and to "service" as many as fifteen to forty men at night; women forced to ahreed dperform sex shows for troops at play; fathers forced at gunpoint to rape their own daughters. Many pf the stories had similar endings. When a group of soldiers was finished with a captured woman, a stick was sometimes pushed up into her vagina; in some cases the woman's head was severed. (BROWNMILLER, Susan. Op. cit. p. 59)

## 5.6 UMA RELAÇÃO DE PODER

O estupro é uma sexualização de uma situação nada sexual, mas violenta. Existe ainda a cobrança de uma moral sexual da vítima, baseada numa ideia de “honra” que pode convalidar ou descreditar o relato da mulher violentada. A palavra *cultura* sugere que existe uma forma de incentivo a essa prática criminosa. A mídia endossa a violência sexual. A sociedade, de forma geral, constrói um pensamento de que é necessário proteção à mulher, quando deveria se perguntar o porquê dessa proteção. A mulher passa a figurar como o elemento social que precisa “ser protegido” da violência impetrada por homens. A figura feminina se anula no protetor masculino, pois é necessário um parceiro protetor que seja “respeitado” pelo violentador. Ainda há o pensamento patriarcal da presença masculina. Guardadas as devidas proporções, é como se o corpo feminino fosse propriedade do parceiro da mesma forma que escravos pertenciam ao seu senhor.

A Cultura do Estupro é um discurso (no sentido de prática social) comprometido essencialmente com o apagamento moral da vítima de violência sexual, através da culpabilização pelo próprio abuso, que perpetua regras de comportamento das mulheres. É uma cultura de controle, cujo funcionamento é calcado exatamente no medo, e que, para pleno funcionamento, ela precisa ser temida. O problema nasce quando estamos diante de uma glamorização do estupro, aos moldes de sedução e força viril. Propagandas diversas tematizam o estupro não de maneira crítica, mas sob o véu da arte, ele é pano de fundo estilizado, sedutor e permitido:



Figura 5: Ensaio de moda *Wrong Turn* fotografado por Raj Shetye, em 2014<sup>72</sup>

<sup>72</sup> Embora o fotógrafo tenha negado que explorou o caso do estupro de Nirbhaya em Déli e a campanha não tenha tido fins lucrativos, mas o objetivo de conscientizar sobre a vulnerabilidade das mulheres hoje, suas imagens foram interpretadas por muitos como uma tentativa de glamurizar o estupro coletivo que chocou a Índia em 2012.



Figura 6: Peça publicitária da Dolce & Gabbana



Figura 7: Peça publicitária da Clavin Klein

O estupro, inserido em um contexto de beleza e sensualidade, mascara a violência de gênero e é institucionalizado, relativizado, representando uma contínua forma de poder do homem sobre a mulher.

### 5. 7 ESTUPRO E SUAS FORMAS DE SE REINVENTAR

A violência de gênero se renova, e sempre na condição de subjugar e humilhar a vítima. Diego Ferreira de Novais, de 27 anos, o ejaculador do ônibus, como ficou conhecido, depois de ejacular no pescoço de uma passageira, que estava sentada, dormindo. “Entendo que não houve o constrangimento, tampouco *violência* ou grave ameaça, pois a vítima estava sentada em um banco de ônibus, quando foi surpreendida pela

ejaculação.”, argumenta o juiz José Eugenio do Amaral Souza Neto para soltar Diego no dia seguinte, apesar de o “infrator” não ser novato em crimes sexuais, acumulando 15 casos registrados.

Raimundo Gonçalves Coelho, um aposentado de 60 anos, foi preso em flagrante depois de ejacular em uma mulher dentro de um ônibus em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. A prisão preventiva foi requerida. Nas palavras do juiz Maurício Tini Garcia:

"Malgrado os bons antecedentes do investigado, a gravidade dos fatos imputados sinaliza personalidade deturpada do agente e recomenda a manutenção de sua prisão no curso da instrução criminal como forma de garantir o depoimento tranquilo da vítima e de preservar a ordem pública da nociva reiteração de crimes da mesma natureza".

Segundo o site CatacraLivre,<sup>73</sup> em pouco mais de um mês, cinco casos de ejaculação dentro de ônibus ocorreram no Brasil: dois em São Paulo, dois no Rio de Janeiro e um em Pernambuco. Ao menos foram esses que tiveram repercussão. A subjetividade da análise de cada caso mostra a discrepância entre as duas sentenças, o que nos leva a uma proposta de discussão: o que esses casos revelam a respeito da lei brasileira sobre a violência contra a mulher? O que fica bem claro é que a violência contra a mulher encontra sempre uma forma de se renovar. O mesmo site traz uma reportagem na qual denuncia que a *tag* mais procurada em sites de vídeos pornô é “ônibus”, cujos títulos vão de “flagrantes de mulheres sendo estupradas” até “gozando no ombro”.



Figura 8: Print registrado pelo site Catacra Livre em 06/09/2017 (Grifos do site)

Qualquer semelhança com a realidade não é mera coincidência. A masturbação é conhecida como o segredo universal, o não comunicável, detido, o que torna as ejaculações

<sup>73</sup> Em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/aposentado-e-preso-acusado-de-ejacular-em-passageira-de-ônibus/> Acesso em 02 de outubro de 2017

públicas atuais num fenômeno mais curioso ainda. Não se trata, nesses casos, de atentado ao pudor, através da masturbação em público. O atentado aí é contra a integridade moral da mulher. Ejacular em uma mulher, em um transporte público, alcança o status de violência simbólica.

Com as novas tecnologias surgem novas formas de poder, em relações de dominação que se reinventa a cada época. O *Revenge Porn* e o *Stealththing* são a novidade recriada de uma inovação do estupro. Se não pela força física, mas sim pela violação do direito de decisão da mulher sobre o próprio corpo. *Revenge Porn*, conhecido mais formalmente como Pornografia de Vingança, envolve a distribuição de imagens ou vídeos sexualmente explícitos, sem o consentimento dos indivíduos retratados. É também chamado de “sextorção”, por ser frequentemente usado para chantagear os envolvidos, seja para praticar atos sexuais ou continuar um relacionamento – ou simplesmente para prejudicar a reputação de uma pessoa. É o sexo transformado em chantagem. Embora seja uma prática de qualquer gênero, a maior parte das vítimas ainda é a mulher, que sofre tanto no espaço psicológico quanto no social – numa sociedade que ainda se interessa em correção moral feminina. Os danos são inestimáveis para as vítimas – desde depressão e isolamento até suicídio. O efeito é bem diferente se a vítima é homem heterossexual: ao contrário, a exibição, mesmo sem seu consentimento, lhe traz status de virilidade. O *Revenge Porn* tem uma particularidade que o constitui que é a agitação tecnológica e cultural de armar o indivíduo de verdadeiros dispositivos de vigilância em forma de smartphones e torná-los sujeitos de uma comunicação global que os obriga à ordem das mídias sociais. Infelizmente ainda não há legislação específica no Brasil para a disseminação não consentida de imagens íntimas, embora desde 2013 tramitem projetos de lei sobre a questão. Dessa forma, essa prática poderá refletir-se em três esferas: cível com danos morais; da Lei Maria da Penha, com aplicação de medida protetiva de urgência; criminal, com crime contra a honra, crime de extorsão, crime de violação de dispositivo informático ou crime contra criança/adolescente. Além dessas medidas, para a remoção de conteúdo, aplicam-se os artigos 19 e 21 do Marco Civil da Internet.

O *Stealththing*, por outro lado, não é tão novidade assim, e consiste numa prática de remoção da camisinha sem consentimento da parceira. É uma violação daquilo que fora acordado antes do ato sexual. O objetivo difundido pelos adeptos da prática é defender que se espalhe a “semente masculina”. Compara-se ao estupro pelo fato de um indivíduo sujeitar o outro a algo que ele não permita e é uma forma de violação. É, portanto, uma violência, física e psicológica, num nível cruelmente traiçoeiro de dominação masculina. É

uma inovação de abuso sexual<sup>74</sup>. Alguns estudiosos acreditam que o estupro surgiu a partir do momento que o homem percebeu que era capaz de fecundar e daí procriar. Espalhar sua semente. Gerar filhos. Susan Bronwmler discorda desse princípio, mas faz todo o sentido quando visitamos fóruns em que se discutem justamente as aventuras e planejamentos sobre o *Stealththing*: fica claro, através dos diversos integrantes da discussão que o objetivo é de justamente impor sobre a fêmea a supremacia masculina e perpetuar a espécie humana a partir de seu sêmen. Nada muito diferente de sociedades bem mais primitivas. O *Stealththing*, por sadismo gratuito, vingança ou supremacia procriadora é irrelevante. Relevante é que ele existe e é, muitas vezes, uma forma romantizada e camuflada de estupro. Seria isso mais uma cultura se formando cujo objetivo é tornar habitual, normal o retrato da sexualidade feminina como elemento físico de subserviência à biologia masculina? A violência simbólica também ajuda a construir essa cultura que relativiza o estupro. Propagandas aparentemente inocentes, músicas ou anedotas incentivam a violência contra a mulher. Programas muitas vezes bem intencionados ou não que promovem “técnicas” de sedução da mulher podem muitas vezes ser o caminho para uma visão distorcida sobre os limites sobre o outro.

Se o *Stealththing* reafirma um instinto de procriação do macho, então estuprar é intrínseco à natureza humana? Existe uma “biologia do estupro”? Segundo o biólogo Randy Thornhill e o antropólogo Craig Palmer, no livro *A Natural History Of Rape*, existe, pois para eles o estupro faz parte da natureza humana, ainda que se defendam ao dizer o estupro como um ato indesculpável. A premissa da tese dos autores é simples: a gravidez. É justamente aqui que encontramos o ponto de intercessão da prática do *Stealththing*. O fato da reprodução humana foi uma estratégia masculina. Os filhos desse estupro obviamente, de acordo com essa teoria, carregariam em si os *genes* ligados ao estupro. Daí a perpetuação e naturalização do ato. Dessa forma, o estupro seria uma parte *integrante* da evolução humana. É claro que não ficou isento de críticas e toda uma polêmica se desenvolveu a partir da teoria dos escritores. Ora, não seria isso o que estamos vivendo hoje sob o nome de *stealththing*, que a própria Susan Brownmiller aponta em seu livro, mas uma teoria segundo a qual a autora não acredita ser a origem ou justificativa de estuprar. Isso desmonta a ideia de que o estupro não é uma questão de poder, mas de apenas um

---

<sup>74</sup> “Abuso sexual” aqui é usado como qualquer ato de conotação sexual que é praticado a fim de objetificar, dominar, ferir ou humilhar uma pessoa.

instinto movido pela tensão e desejo sexual – e reprodutivo. Ideia que justamente é desconstruída pela autora.

Num fórum sobre o tema, um internauta opina sobre o livro do biólogo:

que é natural, ok, o que não significa que devemos aceitar. mas no mais, concordo com a visão do biólogo. psicanalistas devem ficar inventando explicações mas se esquecem do que somos; animais. o sujeito está com tesão, não sabe se controlar, vê um rabo de saia dando sopa e pronto. precisa ficar inventando relações de poder pra explicar isso?<sup>75</sup>

“O sujeito está com tesão, *não sabe se controlar*” (Grifos nossos). É justamente aqui que nos deparamos com o reflexo de discursividades que desculpam a violação de mulheres como um fraquejamento do homem. Ou seja: por um momento, perde a razão e retorna aos “instintos ancestrais” que o fragilizam e o fazem romper códigos de conduta social, ignorando o consentimento da mulher sobre o próprio corpo. Há, por trás desse comentário, uma construção discursiva que esconde a verdadeira explicação para o estupro: não é culpa do homem se ele não consegue se controlar. Temos, assim, a premissa de onde surgiu a cultura da culpabilização da vítima, um dos grandes mitos do estupro.

Mulheres são estupradas. Novas, idosas. Crianças. Homens são estuprados. Como fazer conexão com esses fatos e a tese de uma evolução genética que visa à procriação? A experiência da violação de homens encarcerados mostra que não. Nesse espaço, o estupro é o controle, está alinhado numa relação de poder onde o mais fraco se submete ao mais forte. E não se trata de desejo sexual. Trata-se de controle, disputa, hierarquia.

Para Brownmiller, estava claro que a motivação do estupro não tinha nenhuma relação com o desejo sexual. Para a escritora, a justificativa única e evidente era a questão do domínio, da violência, de uma disputa de poder que oprime e intimida: “O estupro não é nada mais que um processo consciente de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres em estado de medo”. Não concebe, dessa forma, que a violência sexual seja uma extensão da natureza masculina, um outro viés dessa sexualidade, como defendem os biólogos. Inclusive, o discurso de que a roupa das mulheres influenciaria sim o desejo do estuprador é colocado em ação na defesa dessa tese naturalista, o que já testemunhamos, tem sido uma das grandes verdades diárias combatidas pelas posturas feministas. A feminista Camille Paglia certa vez declarou que as mulheres podem usar roupas provocantes, mas que também devam saber se defender. Não há problema em alertar as mulheres quanto a se proteger. O problema consiste em um controle invisível

---

<sup>75</sup> Em: <http://clubecetico.org/forum/index.php?topic=4561.0>

sobre o corpo feminino mais uma vez, que minimiza o papel masculino na erradicação desse tipo de violência. Nesse raciocínio, esta e a próxima geração de mulheres terá a obrigação de saber se defender para apoderar-se do próprio corpo. Portanto, regula-se o corpo e não as práticas. Como Foucault (2016) escreve sobre não se julgar o sexo, mas administrar o discurso público sobre ele, controlando-o e criando uma dispersão de discursos acerca dele, o mesmo acontece aqui com o discurso sobre o estupro.

### **5.7.1 COMPARTILHAMENTO DE ESTUPROS COLETIVOS**

O estupro é um crime que, em tese, é perpetrado às escondidas, longe da mínima possibilidade de testemunha. É uma violência íntima, que se fortalece no silêncio. Difere-se da maior parte dos crimes, como assalto, homicídio, agressão física, que podem ser praticados à frente de qualquer pessoa. Aliás, muito comum nos dias atuais, são os chamados arrastões, sejam em praia, shoppings ou pontos de ônibus, em que não há a preocupação com sutilezas. Ao contrário dessas formas de ataque, o estupro cria um estado de silenciamento e anonimato – da vítima e do violentador, respectivamente. É genuinamente clandestino. Essa é uma característica comum desse tipo de agressão, que é complexa até mesmo porque o que foi “tirado” não se recupera como um objeto numa delegacia de roubos e furtos. É um crime cujas provas são difíceis de se conseguir. A controvérsia sempre fez parte do estupro, “seu julgamento mobiliza a interrogação sobre o possível consentimento da vítima, a análise de suas decisões, de sua vontade e de sua autonomia.”<sup>76</sup>. Uma das razões de se falar em Cultura do Estupro é porque são criados e reproduzidos discursos que farão a sociedade questionar a vítima: se ela provocou, se ela não pediu por isso, se não mereceu ou mesmo se ela não inventou. E é essa vítima que tem que provar o contrário de toda essa desconfiança. Sutilmente, o que acontece com o estupro é que nos afastamos da lei (norma) penal e nos submetemos à norma social, essa que impõe modelos e disciplinas, regentes do comportamento feminino. Assim, transformamos a vítima em responsável pela própria violência sofrida e indultamos o violentador. Então a questão aqui é: por que razão um estupro é filmado e reproduzido em rede social? Mas e quanto à materialidade gratuita dos estupros coletivos filmados e compartilhados em redes sociais? Por que registro e compartilhamento de estupros ainda acontecem? Que espécie de poder é este que desafia a própria sociedade, num ato de horror, mas que se banaliza no “submundo virtual”?

---

<sup>76</sup> VIGARELLO, Georges, op. cit., pág.09

Embora há pouco tempo discutida ou descoberta pela mídia, já em 2014 era praticada a “arte” de compartilhamento de imagens de violência de gênero. A violência sexual nos transportes públicos de São Paulo ganhou notoriedade não só pela absoluta natureza asquerosa, mas também pela nova prática de ostentação falocrática: os compartilhamentos em sites criminosos. Prenúncio para os estupro transmitidos simultaneamente que testemunhamos hoje nas redes sociais. Quanto mais populares se tornam as tecnologias, mais formas de fazer da violência sexual uma vitrine que exhibe a mais nova figura da cultura do estupro: o *encoxador*. Populariza-se, assim, o “*frotteurismo*” (ato de se esfregar em outra pessoa), trazendo ao universo misógino mais um elemento que banaliza mais uma forma de violência contra a mulher.

É importante, numa análise sobre comportamentos que relativizam a violência contra o feminino, observar que essas estratégias de ataque sexual reforçam e perpetuam o mito do instinto sexual masculino, segundo o qual o macho é uma vítima de sua própria natureza, a incontrolável. Ora, isso nada mais é do que um argumento sexista que culpabiliza, mais uma vez, a vítima, afinal, historicamente a mulher é o “Portão do Diabo” e “Esposa de Cristo” (BLOCH, 1995, p. 17). Ainda:

Pois se a mulher enquanto alma sensível está associada à sensualidade, ou seja, à possibilidade de engendrar concupiscência, então até mesmo percebê-la, como assevera Crisóstomo<sup>77</sup> ameaça a privar a alma da razão (op. cit., p. 40).

Se existe o risco de um estupro ser revelado, por que os perpetradores dessa prática ainda filmam? Por que, por exemplo, o caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro em 2016 não coibiu os mesmos enredos em 2017? O que há de tão necessário nessa forma de poder e supremacia do masculino para se submeter ao perigo da condenação penal e social? O grande problema é que agem naturalmente, os registros são compartilhados como forma de entretenimento, cujos apreciadores não conseguem ver a essência criminosa da “brincadeira”. Isso só configura que formas de violência sexual contra mulheres são calculadamente relativizadas cotidianamente. É aqui que encontramos a disciplina e o controle dos corpos. Estratégias de poder que circulam suave e imperceptivelmente entre nós. O silêncio dolorido das vítimas e a inoperância do Estado em relação aos frequentes casos de assédio sexual em transporte público arquitetam essa configuração de poder. A

---

<sup>77</sup> Daí que quantas vezes, por contemplar uma mulher, sofremos mil malefícios, voltando para casa e nutrindo um desejo fora do comum, e sentindo angústia por muitos dias. Contudo, não fomos feitos discretos, e quando mal curamos uma ferida caímos novamente na mesma desgraça, e somos apanhados pelos mesmos meios; e pelo breve prazer de um olhar, suportamos uma espécie de tormento contínuo e prolongado (...). A beleza da mulher é a maior das armadilhas. Ou antes, não a beleza da mulher, mas o olhar sem castidade. (João Crisóstomo, “Homily 15”, in Philip Schaff (ed.), *A Select Library of the Nicene and post-Nicene Fathers*, Grand Rapid, Mich.: Eerdmans Publishing Co., 1956, vol. 9, p. 441 apud BLOCH, Howard).

providência do Estado veio em forma de segregação das mulheres, com a invenção dos vagões rosa só para mulheres na cidade do Rio de Janeiro. Ironicamente – ou não – mais uma vez é a mulher quem deve “criar autoproteção” e não o homem aprender a se reeducar. Isso nos lembra a máxima popular que vem há anos alimentando discursividades tão misóginas quanto chamar uma mulher de vadia porque está de minissaia: “Prendam suas cabritas, que meu bode está solto.”

O estupro compartilhado é um espetáculo que visa estabelecer onde o poder se encontra. Poder sobre o corpo da mulher, que provocou e fragilizou o corpo masculino, lesou a soberania do macho. É a perda da individualidade da mulher e o troféu que concerne ao macho sua frágil virilidade. Esse comportamento nos lembra a condição carcerária do estupro, quando estupradores desprezam suas vítimas “glorificando seu membro viril como se ele fosse uma arma ofensiva” (ZWANG, 2000, pág. 199). É provável que o compartilhamento de estupros seja essa referência de poder do falo em sentido bélico, os espólios de uma conquista. A historiadora Joelma Rodrigues da Silva<sup>78</sup> transcreve uma curiosa imagem feita pelos pesquisadores franceses Gisèle Fournier & Emmanuel Reynaud sobre a violência do estupro, na qual o pênis é uma arma (fálca, portanto) invadindo a vagina:

A flecha, a lâmina, o fuzil, o foguete [...] A vagina é a ferida sangrenta que ele abre, o solo que ele cava, o mar que ele corta. Sim, a explicação [para estas metáforas] é surpreendente, [a mulher] tem uma pequena falha... a vagina! Pois a vagina não passa de um buraco [...] abandonado às forças naturais imaginadas pelo homem (FOURNIER; REYNAUD apud SILVA, 2013, p. 125).

Vivemos numa sociedade que se dedica cada vez mais a uma hiperexposição, um mecanismo de automarketing, mesmo que compartilhamentos de momentos pessoais se dirijam a meros desconhecidos. É a era da visibilidade, sem dúvida. Existe uma vaidade extrema que é conferida pelas diversas *personas* em sentido laciano. E é no centro desse narcisismo que nos deparamos com novas possibilidades de violência contra a sexualidade feminina: seja por meio do *revenge porn* ou pela nova modalidade que poderia muito bem estar nas profundezas da *DeepWeb*: os estupros coletivos. A *persona* do macho, predador, dominador, aquele que está no controle – o estuprador. O compartilhamento de filmes dessa natureza não tem outra finalidade que não a humilhação da vítima e, por causa disso exatamente, a exibição de uma superioridade do algoz. É a busca pelos incontáveis *likes* ou compartilhamentos.

---

<sup>78</sup> SILVA, Joelma Rodrigues da. Amordaçadas e ruidosas - um estudo sobre estupro, assassinato e santidade de meninas no Brasil – 1973 - 1986

## 5.8 A VÍTIMA

Não se pode, é claro, restringir o ato de estupro ao agente masculino, cuja vítima é a mulher. Embora em menor número, são relatados em páginas policiais casos em que o perpetrador do crime é uma mulher. Casos como da empregada doméstica que aliciou e estuprou um adolescente de 14 anos e de uma bancária, que também forçou relação sexual com um jovem de 13 anos, guardador de carro,<sup>79</sup> são exemplos de que isso não é uma exclusividade de gênero, mas reforça um consciência de relação de poder sobre o vulnerável – nestes dois relatos, os adolescentes. Em países como a África do Sul, homens são estuprados, embora estatísticas de denúncias estejam em torno de 20%, pois são vítimas menos propensas à exposição: a polícia não investiga e o indivíduo sucumbe à estigmatização e vergonha<sup>80</sup>. O escritor norte-americano Richard Morgan traz um realístico depoimento sobre o estupro que sofrera por outro homem:

[...] existem muitos tipos de estupro. Estupro como crime de guerra, *date rape*, estupro como um ritual para entrar em uma fraternidade, estupro marital, incesto, estupro com perpetrador conhecido, policiais sodomizando um homem com um cabo de vassoura. Estupro contém multitudes. Qualquer discussão sobre estupro requererá que nós, enquanto cultura, nos tornemos muito mais imaginativos. [...] Toda vez que discutimos estupro como se fosse somente homens arrastando mulheres em becos, nós tornamos o ato de denunciar um tanto mais desconfortável, penoso e alienante para mulheres sendo estupradas por seus namorados, ou estudantes sendo estuprados por seus professores, ou homens sendo estuprados por mulheres, ou homens sendo estuprados por homens. É um ato de roubo em cima de um ato de estupro.” (tradução livre)<sup>81</sup>

Se existe uma relativa vitória no discurso sobre a mulher e o estupro nos últimos tempos, o mesmo não tem ocorrido com o estupro de homens. Tende-se, compreensivamente, ignorar que homens também são vítimas de ataques sexuais, ainda que não na mesma proporção das mulheres. A diferença está na extensão dos casos, uma vez que homens vitimados por estupro em sua maioria se guardam no silêncio. Nessa conjuntura, ficamos sempre com o estereótipo de gênero onde a mulher é vítima e o homem é sempre algoz.

Outro ponto nevrálgico do estupro é o cárcere. Pouco se fala e muito menos se faz. O estupro no cárcere é uma realidade cruel vivenciada não só pelos homens mas também pelas mulheres. Lembremos o caso da adolescente de quinze anos que dividiu

<sup>79</sup> Elaine Cristina dos Anjos Barros, de 34 anos, presa dia 19 de março de 2018, em Morro São Bento, em Santos, no litoral paulista; Andréa Martinez, de 46 anos, em Vila Velha, Espírito Santo.

<sup>80</sup> <http://www.jornalciencia.com/3-mulheres-estupraram-um-homem-por-tres-dias-na-africa-do-sul-apos-ele-pegar-um-taxi/>

<sup>81</sup> MORGAN, Richard. My own rape shows how much we get wrong about these attacks. *Washington Post*, July 1st 2014. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2014/07/01/my-own-rape-shows-how-badly-we-stereotype-perps-and-victims/>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

uma cela com homens e foi estuprada por vinte presos em uma cadeia pública no Pará. O caso foi descoberto acidentalmente numa vistoria da OAB local à unidade prisional. O silêncio que gira em torno dessa questão é perturbador e coloca o Estado como agente difusor da Cultura do Estupro também.

Fomos levados a aceitar o estupro de homens no cárcere como forma de justiça, algo merecido, porque “estuprador merece ser mulherzinha na cadeia”. Entretanto, além de estarmos promovendo uma cultura da vingança e, dessa forma, agirmos de forma tão cruel quanto o encarcerado, o estupro de homens não acontece somente em virtude de um suposto código dos presos: o de que todo estuprador será estuproado no cárcere. O estupro de homens em condições prisionais também se dá numa relação de poder.

Seria ingênuo, de certo forma, defender que o estupro seja uma realidade circunscrita apenas às mulheres, sem atentar para questões mais abrangentes, nas quais homens cis ou homossexuais são vítimas em grande número. Casos de homens estuproados ainda estão incrivelmente silenciados, interditados, por razões não muito transparentes, mas a diferença basicamente entre os dois tipos de vítimas – homem cis e mulheres – aparece na superfície e nas camadas mais profundas de discursos fossilizados. Essa é uma diferença em que se deve estabelecer um olhar mais cauteloso, pois por muito tempo tem-se aceitado e mesmo incentivado um subpapel da mulher, seja em publicidades exageradamente sexistas, seja na ideologia discursiva dos mecanismos de violência contra a dignidade feminina. Esses papéis reforçam um desequilíbrio e apontam que ainda hoje vivemos debaixo dos reflexos do poder masculino sobre o feminino.

Já é de longa história a justificativa do estupro ser assegurada na suposta culpa da vítima. O mito de Medusa, a górgona, já vem mostrando isso nas interpretações modernas sobre ela. Na maioria dos estudos sobre o episódio da mitologia grega, Medusa, antes uma das mais belas ninfas de Atena, se transforma, como castigo, na figura horrenda que ficou antológica nos relatos mitológica: um monstro de pele dura e escamosa, garras, dentes afiados e cabelos substituídos por serpentes (possível alusão ao falo) e o corpo rastejante como de réptil. Segundo Brandão, era um “demônio-feminino de olhar terrível, que petrificava” (op. cit., p. 471) os homens que ousassem enfrentá-la. A versão mais propagada é essa da metamorfose. O que há de diferente entre as versões é que na maioria e mais populares delas Medusa, por ser lindíssima, teria ousado competir em beleza com a deusa Atena e esta castigou-a pela ousadia; noutras versões, Medusa teria seduzido (justificativa) Posídon e a deusa da inteligência a punira; em uma outra narrativa, mais

rara, Medusa é estuprada por Posídon, num templo da própria Atena, o que deixou a deusa bastante irritada e infligiu-lhe tamanha metamorfose horrenda. Em pouquíssimos relatos essa versão aparece – a da violação. Como a mitologia grega é conhecida por sua multiplicidade narrativa, torna-se justificável a interdição da vítima, mesmo arquetípica. Interessante refletirmos sobre o poder dado à Medusa para petrificar os seres. Sem aprofundarmos um estudo psicanalítico, mas necessariamente cruzando por ele, o poder de petrificar quem a olhasse nos olhos não “refletiria a autoimagem de uma culpabilidade pessoal? O reconhecimento da falta, porém, baseado num justo conhecimento de si mesmo pode se perverter em exasperação doentia, em consciência escrupulosa e paralisante.”<sup>82</sup>

Há ainda a mulher que sofre duas vezes: por ser mulher e por ser lésbica. A lesbofobia se dá através de uma ideia de que se deve ter o controle sobre a anatomia da fêmea e, a partir desse controle, oprimir a sexualidade feminina. Aliás, uma tese baseada na ideia de que lesbiandade é tão-somente um fenômeno psicológico que pode ser “corrigido” pelo falo. Mulheres que são lésbicas o são porque não encontraram “seu lugar” no universo heterossexual. Urge heterossexualizá-las. Por conta desses discursos, as lésbicas estão entre os grupos que mais sofrem estupro ou ameaças sexuais no Brasil, o chamado “estupro corretivo”.

## 5.9 O ESTUPRADOR

*Digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido.*<sup>83</sup>

O maior problema na discussão sobre o estupro é acreditar que em sua maioria ele é executado por portadores de alguma patologia ou anomalia social, quando esses são os casos mais raros registrados. Esse registro reforça o argumento de que a violência na forma de estupro é perpetrada como uma simbologia de poder, controle e exercício de dominação, não como instância sexual, no acolhimento de que o estuprador é o indivíduo que sucumbe ao próprio instinto, biologicamente incontrolável. Faz parte de nosso hábito talvez justiceiro ligar imediatamente um estupro a um delinquente, um devasso, um monstro na sociedade. Mas se existe mesmo um monstro, podemos assegurar que, paradoxalmente, estamos tratando de um monstro humano. Até porque tratar esses homens-monstro como aberrações sociais é atribuir à mulher uma obrigação de “bom senso” de se proteger. Não, a mulher terá a proteção necessária quando estivermos

<sup>82</sup> BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1991. Vol I.

<sup>83</sup> FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*, 2000, p. 70

dispostos a desmitificar o sujeito violador como monstro, como patológico, como anormal. Essa metáfora de monstros nada mais representa que estes são, na verdade, reflexos do poder masculino sobre o feminino e se inscreve naquilo conhecido como “mitos do estupro”.

O esturador existe e está entre nós. Vigarello (1990) nos lembra que a imagem inicial do esturador saiu do silêncio e se transformou na figura torpe, cruel, a *figura psicológica* – o anormal, o pervertido, o marginal. Tende-se a estreitar o perfil do esturador como um estranho que ataca geralmente à noite em lugares escuros e vazios. Mas a realidade está bem distante desse imaginário. O tipo de estupro praticado com mais frequência é aquele cujo autor é da convivência da vítima, caracterizando a violência presumida.

Francisco de Assis Pereira, conhecido como o “Maníaco do Parque”, nos anos 90, matou e esturou onze mulheres – embora a polícia tenha confirmado apenas seis dos casos – e recebeu uma sentença de 280 anos. Mas como pela lei brasileira ninguém deve cumprir além de 30 anos de reclusão, e já tendo cumprido 20 anos, estará livre em 2028. A questão que cerca essa figura é que Francisco é pauta ainda nos debates jurídicos quanto à sua capacidade de reintegração social. Tanto a promotoria quanto a defesa do criminoso à época declararam que assim que se encontrar em liberdade, ele incorrerá nos mesmos crimes. O perfeito perfil do psicopata, segundo psiquiatras forenses. “É abrir as portas do cárcere para que ele volte a ter a possibilidade de matar, esturpar”, declarou o procurador Edílson Mougnot Bonfim, que foi promotor do caso. “Se ele não for 24 horas supervisionado, ele vai cometer crimes de novo. Da mesma forma”, avisa Lineu Evaldo Engholm Cardoso, advogado que defendeu Francisco. “Ele é um risco para a sociedade se não for supervisionado full time”.<sup>84</sup> Francisco transformou-se na encarnação do mal. Criou um método para que mulheres fossem até o parque com ele espontaneamente, quando então as surpreendia com o ataque. Até que sua identidade fosse revelada pela polícia, Francisco de Assis Pereira levava uma vida de aparência: um rapaz educado, sociável e comunicativo, elogiado por seus conhecidos, um homem normal. Com o cair da máscara veio a revelação de uma abominação, um esturador e assassino frio. Francisco é a síntese do esturador que habita o imaginário das pessoas. O monstro que faz parte do domínio da anormalidade, uma violação das leis naturais, a patologização de condutas criminosas. O monstro é a figura simbólica que revela as articulações

---

<sup>84</sup> Em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/26/preso-ha-20-anos-em-sp-maniaco-do-parque-deve-ser-solto-em-2028.ghtml> Visitado em 26/08/2018.

entre as instâncias de poder e os campos de saber implicados na constituição dos “anormais” (FOUCAULT, 2001). Cada época constitui seu modelo de monstro, como o monstro moral.

Entretanto, o estupro não é uma ação restrita a esse perfil. É fácil, em tese, identificarmos o estuprador na figura de um psicopata, de um assassino, de uma encarnação do mal, visível a nós. Mas o que temos é uma realidade mais complexa e que faz parte de um processo social. Nas suas pesquisas, Susan Brownmiller (1992) alerta sobre o suposto perfil do americano estuprador típico, valendo-se das estatísticas do FBI e de incipientes estudos sociológicos da época. Segundo ela,

podemos ver que o típico estuprador americano não é esquisito, psicótico, esquizofrênico, tímido, sexualmente privado e uma esposa ou mãe dominadora. Embora o psicótico estuprador, seja qual for sua origem familiar, certamente exista, assim como o assassino psíquico certamente existe, ele é a exceção e não a regra. O típico americano perpetrador de violação forçada é pouco mais do que um jovem agressivo e hostil que *opta* por violentar as mulheres.<sup>85</sup> (Grifo nosso)

Estuprar, dessa forma, não é simplesmente uma consequência de uma perturbação psicológica, marginal. É, de acordo com a autora, uma escolha. Daí a desmitificação de um perfil absoluto do estuprador.

É claro que esse perfil não é exclusivo do homem norte-americano nem mesmo da época da publicação do livro citado. É quase uma epítome do estuprador universal. O que surgiu com esses estudos foi que boa parcela de homens passaram a se sentir vitimizados e injustiçados pelas mulheres, pela reorganização jurídica sobre a violência contra a mulher. Em alguns casos, essa frustração do macho pode despertar sentimentos negativos como ira, vingança, neuroses e mesmo como desamparados pela lei em razão de denúncias que podem sofrer. Nesse caso, mesmo que raro, recorrem à violência para naturalizar inconscientemente, como impulso, uma função disciplinadora, que pode até mesmo ser em legítima defesa. Curiosamente, em entrevista do dia 12 de julho de 2018, o ator Henry Cavill declarou que não flerta “por medo de ser acusado de assédio”. Parece-nos extremista associar um interesse afetivo ou mesmo sexual com assédio, mas talvez esse seja o revés do combate ao assédio sobre mulheres. A masculinidade se confunde com virilidade e força, ao ponto de não se conseguir diferenciar cortejo de assédio. Talvez essa confusão seja uma dentre as várias causas da crise da masculinidade, que tem se tornado tema de livros diversos. A declaração do ator é curiosa porque estamos lidando agora com o ponto de vista masculino, e como a ideia de assediar é profusamente significada. É uma sutil caminhada para a vitimização masculina. Seria extremismo compor uma cartilha para diferenciar entre uma demonstração de interesse sexual e uma atitude de assédio. O

---

<sup>85</sup> BROWNMILLER, Susan, op. cit., p. 176, em tradução livre.

assédio, sem dúvida, é o prenúncio de um estupro, que pode funcionar ou não. A importunação não tem limites, é incisiva e resistente. É a preparação para o assédio.

A extrema violência é uma marca da época medieval. Guerras, atentados a igrejas, a peregrinos, a pessoas vulneráveis e estupros, entre outras agressões, faziam parte da estrutura social da época. A violência sexual se inscreve em um sistema de violência naturalizada, banalizada. Vigarello retoma Norbert Elias, sociólogo alemão, para explicar a hipótese das “normas da agressividade”, que mudam e vão ao longo do tempo se refinando e civilizando-se, um processo que vem moldar nossos comportamentos e constituir o que somos hoje enquanto seres civilizados. Para o sociólogo, a nossa perspectiva de civilidade (bom comportamento, educação) não foi algo instantâneo tampouco uma necessidade de higiene e bons modos, mas muito em razão do sentimento de nojo que fora institucionalizado.

## 6. A VOZ DOS FEMINISMOS

*Uma hermenêutica feminista não é uma tarefa teórica – para conhecer melhor a história real das mulheres – ela é essencialmente prática, porque está movida pela busca de libertação no presente.*<sup>86</sup>

Considerando que o estupro é um crime que sobretudo torna vítima a mulher, é improdutivo abrir uma discussão sobre essa forma de violência sem dar lugar de fala ao feminismo, que é uma voz histórica e culturalmente necessária. Ele seria incompleto e falho se não permeasse pelos caminhos discursivos dos movimentos, das vozes feministas. Aliás, vozes que ajudaram a confeccionar todo o discurso de gênero que envolve o papel e a construção de novos valores a respeito do feminino. Daí, a importância desse retorno ao passado e necessária reprodução de fatos e personagens que tornaram hoje uma possibilidade falar sobre violência de gênero – que é e sempre foi o principal nicho do estupro. Beauvoir, Paglia, Brownmiller, Butler, Pizán. Cada uma a seu tempo, essas mulheres se tornaram ícones de feminismos que de forma direta ou indireta (e às vezes opostas entre si) ajudaram a construir um lugar para essas vozes, e dele estabelecer um nível de diálogo horizontal entre homens e mulheres. O propósito da presente discussão sobre o estupro e as discursividades sobre ele é levar tal discussão para além do nicho chamado “lugar de fala”, alçando-o ao debate mais amplo das relações humanas. É procurar entender o estupro não como um problema feminista, mas um problema social erguido pelas vozes feministas, verdadeiras responsáveis pela problematização do lugar

<sup>86</sup> AGUIRRE, Rafael. Del movimiento de Jesús a la Iglesia cristiana. Bilbao: Desclée de Brower, 1987, p.166.

destinado à mulher. As perspectivas feministas são diversas, e é nessa diversidade que se multiplicam cada vez mais formas de verbalizar assuntos antes ignorados por uma sociedade que não dava relevância nem publicidade a eles. E no centro desses temas estavam as discussões sobre o estupro.

Uma consideração a se ter é o fato de que as questões concernentes às culturas feministas são diversas, plurais e, muitas vezes, opostas entre si, e dessa forma é esperado que as divergências existam e muitas vezes até se enfrentem, como é o caso da polêmica **#metoo** x direito de importunar. Mas note-se que, independente dos caminhos trilhados pela pluralidade dessas culturas, o estupro, em todas elas, é tratado como uma estrutura de poder.

Elisabeth Badinter, filósofa feminista francesa, se opõe àquilo que chama de “feminismo vitimista” norte-americano. Segundo ela, para essa linha feminista a mulher é uma contínua vítima de crime sexual e, por conta disso, se torna frágil, indefesa e dependente. Seria a mulher confinada a uma classe oprimida. No entendimento da filósofa, seria muito mais proveitoso à causa das mulheres incentivá-las “a se defenderem por si em vez de considerá-las como seres indefesos” (BADINTER, 2005, p. 28). Ora, talvez encorajar as mulheres seja realmente uma missão preponderante da causa feminista, entretanto esbarramos em outro problema: como realmente não ser vítima em uma cultura imersa em machismo? Afinal, não estamos falando de super-mulheres num mundo feminista, mas de mulheres de carne e osso que estão ainda, sim, submetidas a opressões diárias, desde as mais ingênuas heranças patriarcais até a violação dos próprios corpos a cada encoxada nos transportes públicos ou a cada assédio sexual físico ou verbal. Badinter se opõe categoricamente à criminalização do assédio sexual (tanto na França quanto nos Estados Unidos), para ela uma atitude exageradamente moralista e um entrave à liberdade sexual das mulheres. É interessante, porém, quando nos chama a atenção para a dicotomia homem demonizado x mulher divinizada, ao tratar da violência feminina, mesmo percentualmente menor que a masculina, mas não inexistente. É apoiada nesse contexto de violência praticada por mulheres que Badinter procura desconstruir a vitimização da mulher, forjada, na sua opinião, pelo feminismo equivocados, que perdeu seu caminho e que mais fragiliza-a que a empodera. Camille Paglia, em entrevista à revista Veja em 06 de novembro de 2017 deixa bem clara sua posição quanto a estruturas androcêntricas da sociedade: “Use roupas provocantes, mas saiba se defender.”. É uma declaração um tanto perigosa quando se procura, hoje, desconstruir a concepção de culpabilidade da vítima de estupro. Com tantos vieses feministas enunciados hoje, expõem-se as constantes nuances e

debates em torno das definições diversificadas sobre assédio sexual – que nos interessa por ser, muitas vezes, o prenúncio do estupro – e a guerra midiática entre diferenças culturais que tomaram conta das notícias e artigos ricos de argumentos e contra-argumentos. Um bom exemplo disso foi a guerrilha que estourou no início de 2018 entre atrizes francesas e atrizes americanas, por conta de um protesto que gerou críticas sérias contra estas últimas. Vivências culturais distintas, artistas americanas encontraram oportunidade num evento de expressão mundial, *Golden Globes*, e combinaram de usar vestidos pretos como protesto contra os então recentes casos de assédio sexual e até estupro contra figuras expressivas e poderosas da indústria cinematográfica hollywoodiana. O movimento ficou conhecido como **#metoo**. Na oportunidade, o protesto se estendeu, simbolicamente, a todas as mulheres no mundo que sofrem qualquer forma de assédio ou mesmo estupro, com discursos de encorajamento e empatia dirigidos a essas mulheres comuns, do dia a dia. Havia tudo para ser um sucesso e garantir apoiadores ao redor do mundo. Mas não foi isso que aconteceu quando cem personalidades francesas, todas mulheres e aparentemente lideradas pela atriz Catherine Deneuve, decidiram assinar uma carta repudiando a postura desse feminismo estadunidense, a quem acusam de fazer voltar e fortalecer o puritanismo e o controle sobre a sexualidade feminina. É claro que não estamos aqui lidando com rixas femininas. É mais que isso. É continental, ideológica, histórica. Discursiva. Trata-se de lugares. Deneuve é o arquétipo da sexualidade feminina, um símbolo sexual que participou dos movimentos feministas dos anos 60. Não está bem claro se participou ativamente ou foi uma bandeira oportuna numa época em que a urgência era a sexualidade – e sensualidade – da mulher. Protagonista de muitos filmes de temática existencialista ao gosto francês, Catherine Deneuve foi a mulher ideal para papéis fortes, de personagens que retratavam que a mulher tem sexualidade. A atriz foi um ícone da beleza e da sensualidade, um objeto de desejo no imaginário masculino: a sexualidade da mulher entrava na ordem do discurso. Por outro lado, na conjuntura social de hoje, quando a violência sexual é habitualmente relativizada ou mesmo negada e cada vez mais cresce, esse discurso destoa da verdade feminista de hoje, pois traz muito de conservador e patriarcal: a mulher, linda, perfeita exalando desejo como alvo do desejo de homens heterossexuais. É assim que se constroem os símbolos sexuais: de inocência sensual de Marilyn Monroe a frieza sensual enigmática de Deneuve. Essa concepção não está muito distante da mulher vitimizada através da cultura do estupro, como critica Badinter. Catherine Deneuve, a despeito de sua importância no cinema mundial, ainda está emoldurada como objeto de desejo. Não que isso a desqualifique como atriz ou militante, ao contrário, até porque vivemos uma

sociedade que faz apologia à beleza e à juventude. Mas a questão que nos perturba em consideração a essa carta-resposta assinada por cem personalidades francesas – artistas, filósofas, escritoras entre outras – é que alegar o direito ao assédio<sup>87</sup> apenas reforça estereótipos de que a mulher deve permanecer passiva e compreensiva com importunações. Logo surgiriam respostas ao manifesto: a secretária de Estado para a Igualdade de Mulheres e Homens, da França, Marlène Schiappa, fez uma declaração pelo Twitter que desconstrói alguns argumentos da carta francesa: desconhece homens que tenham sido denunciados por terem colocado a mão num joelho feminino, chamando tal manifesto de "tolerante" com os avanços masculinos. Em outro tuíte, a ex-ministra francesa dos Direitos das Mulheres, Laurence Rossignol, lamentou "esta estranha angústia de deixar de existir sem o olhar e o desejo dos homens, que leva mulheres inteligentes a escrever enormes estupidezes"<sup>88</sup>. Em decorrência dessas trélicas em torno do tema, surge um novo documento: um texto "Os porcos e seus aliados têm razão de ficar preocupados"<sup>89</sup>, agora liderado pela feminista francesa Caroline de Haas, conhecida como neofeminista radical, com endosso de trinta outras militantes. Nele, ela acusa uma interdição do discurso da violência sexual: "Toda vez que o direito das mulheres evoluem, que consciências são despertadas, as resistências aparecem".

Isso nos leva a uma questão pertinente: a divergência aí é de fato sobre a mulher? A proliferação de denúncia, a vontade de falar é uma resistência a uma estrutura que procura silenciar novamente a mulher, sufocando o que deveria estar em discussão e que por muito tempo foi interdito? Aquilo que parecia caminhar para um bem comum acaba por se desconstruir e nos forçar a repensar o comportamento humano no que diz respeito a relações de gênero. Mais uma vez.

Determinar que a mulher não se sinta incomodada, ou seja, vítima do querer sexual do homem, não revela exatamente nenhum apoio à liberdade sexual em detrimento de um crescente puritanismo embrenhado nas ondas de movimento contra opressão à mulher. Na verdade, há, nesse desejo, um interdito interessante: uma inseminação perigosa

---

<sup>87</sup> Persisto no termo assédio por entender que o que as signatárias do manifesto chamam de "direito de importunar" é, à luz de dicionário, direito de assediar. Segundo o dicionário eletrônico Houaiss, "importunar" significa <sup>1</sup> *molestar com pedidos insistentes e/ou enfadonhos*; <sup>2</sup> *enfadar(-se) pela insistência*; *apoquentar(-se)*; <sup>3</sup> *causar embaraço ou estorvo a; perturbar, interromper*. O mesmo dicionário traz como sinônimos de assediar o seguinte: <sup>1</sup> *perseguir com propostas*; *sugerir com insistência*; *ser importuno ao tentar obter algo*; *molestar*. Logo, não há por que encenar um afastamento semântico entre os termos.

<sup>88</sup> RFI Brasil, Feministas acusam Deneuve e intelectuais de "aliadas dos porcos", publicada em 10 de janeiro de 2018, in <http://br.rfi.fr/franca/20180110-feministas-acusam-deneuve-e-intelectuais-de-aliadas-dos-porcos>. Visitada em 12 de julho de 2018

<sup>89</sup> Alusão ao movimento **#BalanceTonPorc** (#EntregueSeuPorco), inspirado no **#MeToo**, surgidos após as denúncias contra Weinstein.

do direito à liberdade de assediar. Mulheres devem, mais uma vez, saber lidar com as importunações, ser controladas por um discurso que lhes diz para não se sentirem ofendidas, pois o homem tem o direito, enquanto macho, de importunar. Criamos o estatuto do assédio assim. Isso nos leva a defender que o problema está na convocação de sentidos para a palavra “assediar”. E na confusão entre o que é machismo e o que é puritanismo. Comparar um movimento contra formas de assédio com censura às artes e à liberdade de expressão (política, social, sexual) é um ponto fora da curva. Um bom exemplo dessa perigosa linha que separa liberdade e opressão sexual da mulher é uma frase polêmica da jornalista Danuza Leão, em coluna do jornal *O Globo*, do dia 10 de janeiro de 2018: “Acho que toda mulher deveria ser assediada *pelo menos* três vezes por semana para ser *feliz*. Viva os homens.” (Grifos nossos)

Primeiramente, o motivo: qual a razão para se recomendar assédio *pelo menos* três vezes por semana? O verbo “dever” convoca o sentido de “necessidade”. O que está de fato atravessando esse tipo de discurso? O que se enuncia aqui? Vamos considerar inicialmente o lugar de fala da jornalista. Danuza Leão tem histórico de opiniões polêmicas, mas não podemos esquecer que ela é oriunda de uma geração que trouxe a liberdade sexual e sempre foi apoiadora da liberação sexual. Mas, sabemos, os tempos mudaram e o comportamento sexual exigiu disciplina e responsabilidade, dado o advento sobretudo da AIDS. Nessa breve declaração, que é um pequeno excerto de um texto maior, a jornalista se apressa em defender o que considera importante para a necessária liberdade sexual, abrindo, assim, um túnel do tempo que não tem como coadunar com a realidade atual. Assediar não significa demonstrar interesse ou atenção por alguém, não significa paquerar, numa linguagem mais popular e usada como contraponto a assédio. É preciso estar atento à construção do sentido das palavras e como essas palavras causam efeitos de sentido. Assédio, ao contrário de galanteio, significa hoje que atitudes de violação ou que desrespeitem o limite do consentimento da outra parte não devem mais ser naturalizadas. *Hoje* porque os sentidos caminham, deslocam-se, circulam entre os lugares. O novo sentido circula a partir da compreensão de que mulheres ou homens não devem mais aceitar imposições de vontades pelo uso da força. Lembrando que a imposição não é necessariamente violência física, mas sobretudo psicológica. Daí que a reação diante de um assédio jamais poderá ser unificada: não se pode dizer a uma mulher como deva se sentir depois de ser assediada ou até estuprada. Não há justificativa para que se declare indiretamente que a mulher deve tentar esquecer o estupro a que foi submetida, como sugere a filósofa Catherine Millet, uma das signatárias do manifesto francês em entrevista

ao jornal El País.<sup>90</sup> Millet, afirma no seu Best-seller “A vida sexual de Catherine M.”: “Esse é o meu grande problema, lamento muito não ter sido violada. Porque poderia testemunhar que a violação se supera.”. Como se mensura algo que além de não ter acontecido provoca reações distintas entre as distintas pessoas?

No caso de Danuza Leão há uma formação sociodiscursiva que idealiza uma mulher confortada, resignada e feliz SE submetida a ser assediada pelo menos três vezes por semana. Ao contrário do que está na superfície do enunciado de Leão, o campo discursivo aqui é machista, misógino, portanto, em nada tem a ver com o poder de escolha ou liberdade sexual da mulher. Nada tem a ver com liberdade sexual. Viva os homens, sim. Mas jamais por serem assediadores profissionais responsáveis pela suposta felicidade feminina sugerida por Leão. A felicidade do ser humano – que é a mulher – não se constrói a partir do outro.

Não se pode conceber que discursos pretensamente voltados para a liberdade da sexualidade da mulher abram precedentes para subserviência feminina. Porque ao se fazer uma declaração que concede ao homem o “direito de importunar” ou lançar assuntos íntimos num jantar de negócios, ao contrário do que declara o manifesto francês, apenas fomenta a antiga visão subserviente da sexualidade feminina à vontade masculina. Sim, o feminismo é plural e as vozes são muitas e diversificadas. Podemos dizer que estamos vivenciando a quarta onda do feminismo, que a própria divergência serve de diálogo, enuncia discursos sobre relativizar ou não a violência contra a mulher.. O mundo hollywoodiano pode realmente ser um circo de figuras hipócritas, simpatizantes dos Democratas, como acusam seus opositores, mas é também ferramenta que trouxe a público problemas não apenas de bastidores do mundo do cinema, mas também de situações que a dona de casa ou a executiva da multinacional enfrentam em suas vidas reais, sem glamour nem *scripts*. É preciso que tenhamos resultados. E um desses resultados já chegou: o silêncio foi rompido, e é este o momento do interdito: é hora de falar, de discutir e de denunciar. É a profusão do discurso sobre o estupro.

Quando Susan Brownmiller alude à Cultura do Estupro como fruto de uma sociedade herdeira do patriarcalismo, não está fadando a mulher à perpétua condição de vítima, mas sim alertando para uma sociedade que “pensa masculinamente” e, por essa condição androcêntrica, na qual a figura do macho ainda se constitui como sujeito

---

<sup>90</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/12/cultura/1515761428\\_968192.html?rel=str\\_articulo#151630537](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/12/cultura/1515761428_968192.html?rel=str_articulo#151630537)  
1363

predador. A perspectiva de Brownmiller pode ser considerada liberal, que vê no estupro uma violência. Essa postura se opõe à visão radical, na qual a questão de gênero é o centro da discussão. O interesse de feministas liberais era desconstruir a desconfiança, o descrédito da mulher estuprada. Propunham reformas no sistema jurídico e foram as primeiras teóricas a tratar diretamente com o tema do estupro. O trabalho de Brownmiller é, para as norte-americanas, um marco nas questões legais sobre o estupro. De acordo com Moura, a perspectiva feminista liberal reivindicava três pressupostos:

a) o estupro é visto como ato de violência e não como um ato primordialmente sexual; b) a coerção sexual é tida como uma ofensa de caráter individual e neutra em relação ao gênero, ao contrário de institucional ou generificada; c) o conceito “consentimento” é reputado elemento essencial para distinguir as condutas lícitas das ilícitas.<sup>91</sup>

Vivemos num mundo masculino. E essa vivência não se justifica na biologia, mas nas práticas sociais que perpetuam uma cultura que se renova para manter a mulher como vítima. Uma sociedade de Julien Blanc<sup>92</sup>, que confunde sedução com dominação, numa elaboração discursiva de fazer inveja ao mais experiente psicólogo e que coloca a mulher na condição de presa, fêmea sempre inferiorizada. Blanc possui uma manobra discursiva que procura desmontar psicologicamente a mulher e, dessa forma, deixá-la numa situação sem controle de seu próprio corpo. E seus adeptos não só crescem cada vez mais como tornam-se um exército de homens frágeis emocionalmente, ansiosos para pôr em prática as estratégias ambíguas e esdrúxulas de Mr. Blanc. Neste cenário, é injusto acreditar que o feminismo é que vitimiza a mulher, como poder parecer. Não é. Ele apenas denuncia essa condição. O feminismo está imerso nas relações de poder, das quais saem divergências e atritos teóricos, mas isso de alguma forma deslegitima a luta em defesa das mulheres.

Outra questão é a da identificação. O encorajamento da denúncia da vítima incentiva outras vítimas silenciadas por motivos variados. Reconhecer-se noutra vítima de violência é também forma de incentivo. Ninguém que vive oprimido, homem ou mulher, irá se identificar com um super-humano que sabe se defender sozinho, sem a “caridade da Justiça” ou do núcleo social.

---

<sup>91</sup> TORREY, Morrison. Feminist Legal Scholarship on Rape: A Maturing Look at One Form of Violence Against Women. *William & Mary Journal of Women and the Law*, v. 2, n. 1, 1995, pp. 38-39 apud MOURA, Samantha Nagle. Estupro de mulheres como crimes de guerra sob as perspectivas feministas. UFPB. Dissertação. Mestrado em gênero e Direitos Humanos. 2015.

<sup>92</sup> PUA – Pick Up Artist (algo como “guru da pegação”), guru que prega métodos nada ortodoxos para conquistar mulheres, entre os quais estão abusos físicos e emocionais. Em <http://entretenimento.r7.com/mulher/pague-me-e-estupre-todas-elas-conheca-o-metodo-de-conquista-de-julien-blanc-16112014>. Visitada em 10 de setembro de 2017.

A violência contra a mulher é uma expressão de uma soberania machista, que remonta ao pensamento medieval de dominação e posse masculina, no qual se sustenta que a mulher é um objeto de aquisição e que por assim ser considerada pode ser ao marido uma frustração:

Uma esposa, enquanto enganadora, é imaginada como um cavalo que não se pode inspecionar antes da venda. (...) Dizes que os bois, burros, cavalos e cães são avaliados de muitas formas (...). Mas não se avalia a tribo das esposas até que se casem. (BLOCH, 1995, p. 30)

Talvez estejamos, como replicam os críticos mais vorazes ao politicamente correto, vivenciando uma “cultura do mimimi” – termo pejorativo atribuído à vigilância sobre os discursos tidos como inapropriados, em definição simplificada. Sim, é um comportamento que tudo regula, tudo vigia, tudo critica. Mas somos, mesmo, produtos de um poder vigilante, uma sociedade não do espetáculo, mas da vigilância, como afirmara Foucault. É esta que ordena, regula e disciplinariza – e como toda disciplina, incomoda, inquieta, suscita desconforto e abre confrontos. A vigilância sobre os discursos de ódio em geral, sejam os racistas, misóginos, xenófobos entre outros, é o panóptico que busca o equilíbrio das relações sociais para, daí, criar acontecimentos. Mas esse panóptico não existe só para o desconforto dos que se sentem censurados em seu direito à livre expressão e circulação. Atitude cotidiana é a vigilância sobre a vítima de estupro, cujo passado é vigiado sob um ângulo de 360 graus desse mesmo panóptico, em busca de uma justificativa que a tire do lugar de vítima para o lugar de responsável. Ou, no mínimo, coloque-a como um embuste.

O movimento feminista, seu discurso, suas lutas e muitas vezes suas divergências mesmo, são sujeitos importantes que trouxeram, desde os anos 50, um megafone que falasse tão alto para que as vozes femininas, do sexo frágil, fossem ouvidas. É inegável que este próprio texto seja um testemunho da força de uma voz.

A violência contra o feminino espelha um tipo de poder essencialmente ideológico, silencioso, concretizado em desigualdades econômicas, sociais e sexuais. Uma violência ideológica, diluída em micro manifestações de repressão.

Há um novo conhecimento biológico do corpo feminino, que tem buscado desconstruir antigos postulados e verdades científicas sobre a mulher. Teorias sobre a natureza da maternidade e mesmo a tese freudiana da “inveja do pênis” ainda são combatidas e levadas a discussões inclusive do corpo feminino e seu “funcionamento” seja social ou sexual.

## 7. O CORPO

*A Igreja diz: o corpo é uma culpa.  
A Ciência diz: o corpo é uma máquina.  
A publicidade diz: o corpo é um negócio.  
E o corpo diz: eu sou uma festa.<sup>93</sup>*

O corpo, do ponto de vista genealógico, é um lugar. Ele participa das práticas de poder, e é local onde se manifestam os efeitos do poder e também território para resisti-lo. A ele são impostas proibições, regulações, obrigações do sujeito – o que o torna alvo do exercício de controle diariamente. Além das marcas naturais o corpo carrega em si as marcas culturais, sobretudo quando o corpo é feminino e carrega sobre si a visibilidade midiática na divulgação de corpos perfeitos. Dessa forma, o corpo se sujeita a inscrições de leis sociais por meio de discursos.

Hoje, há um novo conhecimento biológico do corpo feminino, que tem buscado desconstruir antigos postulados e verdades científicas sobre a mulher. Teorias sobre a natureza da maternidade e mesmo a tese freudiana da “inveja do pênis” ainda são combatidas e levadas a discussões, inclusive do corpo feminino e seu “funcionamento” seja social ou sexual.

A higienização dos corpos altera comportamentos porque atua diretamente sobre a vida do indivíduo. O diferente é rejeitado, é estranho, talvez doente. Criam-se conceitos de normalidade a partir do que consideram anormal. É o controle da vida, o biopoder, uma força tão eficiente que é difícil imaginar-lhe uma resistência que funcione eficientemente. Ele vai reger a própria existência do indivíduo, através de normas de condutas. No que tange ao feminino, o controle social se dá na maioria das vezes no corpo. Ter o corpo liso sem pelos tornou-se uma obrigação, não mais uma escolha estética. É a domesticação do corpo da mulher por meio de práticas de objetivação que geram práticas de subjetivação. Através das redes sociais, grupos de feministas ocupam o lugar de resistência que repelem a depilação como protesto aos padrões de beleza impostos às mulheres.

Existe uma técnica que obriga os corpos aos exercícios disciplinares – variando entre repetições e diversidades de tarefas. É uma prática disciplinar que politiza tecnologicamente o corpo a fim de produzir sujeitos (indivíduos assujeitados). A disciplina, segundo Foucault, distribui e categoriza os indivíduos, cada um tem seu lugar e cada lugar tem seu indivíduo.

---

<sup>93</sup> GALEANO, Eduardo, *Janela sobre o corpo*. In *As palavras andantes*. Tradução de Eric Nepomuceno. Editora L&pm: 2007.

Em 2017, tornou-se manchete jornalística o estupro da escritora Clara Averbuck, que, em sua página oficial do Facebook, narrou o ataque que sofrera por um motorista de um famoso aplicativo de transporte particular – a Uber. Resignada, apesar da revolta e trauma (Averbuck já havia sido estuprada aos treze anos de idade), a escritora decidiu não fazer B.O. por não acreditar no sistema e entender que em sua situação não tinha como provar, uma vez que não houve penetração vaginal com pênis, mas com dedo do agressor. Essa decisão dividiu opiniões e, como sempre acontece nesses casos, levantou-se suspeita sobre a narrativa da vítima, pois somente o B.O. provaria o estupro. Esse comportamento discursivo acaba determinando, assim, sentidos que fomentam preconceitos, pequenas verdades constituintes de um sujeito legitimado como vítima apenas pelo discurso jurídico. Mais uma vez, o corpo não pertence ao indivíduo, mas à sociedade, sob controle dela. Desindividualiza-se e torna-se propriedade. Averbuck narra que estava bêbada e usava saia curta, enunciando o desafio do corpo feminino diante dos conceitos morais. Afirma, não para culpar-se pela agressão, mas para tomar para si o domínio do próprio corpo, apoderar-se dele e exercer sobre ele uma gerência absoluta. Então, que comportamentos sociais são esperados, sugeridos, construídos acerca das relações entre homens e mulheres? Para legitimar-se como vítima do estupro, a mulher deve estar limitada aos padrões morais e estar em harmonia com o recato feminino esperado. Uma vez que a vítima de estupro não se enquadre nesse perfil, está fadada a ser a culpada pela própria violação.

“Bela, recatada e do lar”: a mulher desenvolverá suas aptidões (natureza). A mulher orientada ao lar e ao recato, cujo objetivo será moralizar a sociedade. Título da reportagem da revista *Veja* sobre Marcela Temer, Primeira Dama, essa expressão causou furor discursivo em todos os espaços de comunicação, virtuais ou presenciais. Primeiro, é importante contextualizarmos a frase. O País passara por um processo de *impeachment* de uma presidente e os votos que eram apresentados por deputados favoráveis a ele vinham emoldurados por um discurso que sagrava a família e a pátria. Dessa forma, consagrava-se um modelo de família tradicional, que permitia uma construção de sentidos em direção a uma moralidade (não necessariamente verdadeira) na qual a mulher voltaria à condição de propriedade, e cujo lugar seria o lar. É isso que a expressão evoca quando analisamos as suas condições de produção. Não está em discussão agora o bullying feminista que Marcela Temer enfrentou, mas a construção discursiva da revista: qual o propósito do título num momento em que surgem discussões em torno da liberdade do sujeito mulher, sobretudo através de campanhas como a da jornalista Nana Queiroz, “Eu não mereço ser estuprada”? Os espaços públicos devem pertencer ao homem; à mulher destinou-se o lugar

privado. Estar em público é um desafio que lhe traz consequências cujo objetivo é criar o “lugar de mulher”.

Paradoxalmente, o que não se pode negar na contemporaneidade é a instrumentalização do corpo feminino, seja como figura politizada em forma de protestos, seja na coisificação típica de uma sociedade inebriada em mercantilizar tudo. O que pretendemos desconstruir aqui é o uso do corpo como “resistência”, que da mesma forma pode ser disciplinado através de poder-saber. Da queima de soutiens dos anos 60 a implantes de silicones, o corpo feminino atravessa a história como bandeira tanto de resistência como de disciplinarização. É tão tênue hoje, décadas depois, a linha que separa esses dois polos de uma biopolítica do corpo feminino, que não se sabe exatamente onde se separam a opressão e a libertação dele. Que sentidos serão extraídos dessa linha? O seio exposto numa marcha de movimento feminista não é o mesmo exposto para amamentar, tampouco é o mesmo cirurgicamente arredondado pelo silicone que *doutrina, disciplina* a forma do corpo feminino. Se existe um trabalho em quebrar toda essa narrativa patriarcal ou comercial da mulher como objeto, ao mesmo tempo existe um poder tramado nos discursos de liberdade do corpo feminino advindo de um mesmo discurso que tem lutado contra a coisificação da mulher enquanto objeto de desejo sexual. A materialidade do corpo feminino ocupa espaços em que o discurso que o atravessa é que vai determinar o seu propósito. E é dessa perspectiva que também consideramos a dominação sobre este. A exposição do corpo feminino, seja como enfrentamento social seja como utensílio de um erotismo narcisista, aparentemente está a serviço de uma dessacralização patriarcalista. Mas ao sairmos desse estado simbólico de luta contra opressão, esta exposição está a serviço de que tipo de discurso, de que poder exatamente? Essa característica comum em grupos feministas como Pussy Riot ou Femen não estaria, por outro lado, ajudando a perpetuar uma cultura fetichista do corpo feminino? Qual é ou quais são as significações acomodadas no corpo exposto? Essa forma de protesto seria uma resposta a silenciamento do corpo da mulher, objeto de uma força que o controla e o “constrói” conforme conveniência?

O corpo feminino [...] é onipresente: no discurso dos poetas, dos médicos ou dos políticos; em imagens de toda natureza – quadros, esculturas, cartazes – que povoam nossas cidades. Mas esse corpo exposto, encenado, continua opaco. Objeto do olhar e do desejo, fala-se dele. Mas ele se cala.<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> PERROT, *Os silêncios do corpo da mulher*, in *Corpo Feminino em Debate*, 2003 p. 13.

A resposta para esse controle seria uma resistência feminista sob uma abordagem fetichista? Não estariam esses movimentos no mesmo espaço social, permutando com representações que sempre estiveram no imaginário social?

O *empoderamento* (do inglês *empowerment*, cujo significado original se refere a qualquer forma de potência, energia ou força, de descentralização) é termo assíduo nas pautas de gênero, mas pelo uso indiscriminado e pela repetição sem responsabilidade (não é possível organizar nem responsabilizar as palavras, elas são livres) infelizmente tornou-se um clichê feminista, banalizando-se em discursos diários. Deveria ser uma transferência de autoridade, uma competência de autonomia, independência, forma de enfrentamento. Cremos que a noção de *empoderamento* deveria vir antecedida pela de *apoderamento*, uma vez que é preciso primeiramente apoderar-se do próprio corpo para então vivenciar aquele. Como posso conferir poder a meu corpo se não tenho posse sobre ele? Há um desequilíbrio semântico quando se aplica a palavra *empoderamento* a situações que não trazem nenhuma forma de poder ao sujeito, como quando grupos feministas pop radicais que fazem uma retórica muitas vezes machistas e agressivas, como o FEMEN, cujas performances agressivas e revanchistas alimentam estereótipos numa sociedade já problemática em relação à mulher. A ideia deveria ser a de fugir aos estereótipos, sair da categorização (FOUCAULT). Empoderamento deveria ser concebido como processo, aquilo que está em constante movimento e avanço, uma engrenagem, não um objeto adquirido. O empoderamento a que se refere aqui é uma relação entre pessoas e consigo mesmo. Somos sujeitos do empoderamento, não objetos.

Se o corpo da mulher é reprimido, expô-lo conota status de transgressão, de desafio a uma certa ordem estabelecida. Fato. Mas até que ponto essa transgressão não se dilui quando se vincula corpo a desejo e a sexo? Ora, sabemos que tudo que se refere a sexo ganha valor mercantil, e, simultaneamente, publicitário. Consequentemente, isso nos leva a uma nova questão: qual é o limiar que separa a liberdade sexual feminina da objetificação do corpo feminino?

No seu livro “O efeito Lolita”, a professora de Jornalismo e Comunicação Meenakshi Gigi Durham convoca-nos a repensar determinados julgamentos sobre o estupro e a roupa da vítima, quando temos sido de certa forma relapsos com a educação vestuária de nossas crianças, travestidas de minimulheres e precocemente sensualizadas através de maquiagens e acessórios de moda disfarçados de brinquedos:

A perspectiva feminista sobre a violência sexual nos ensinou a jamais culpar a vítima: as roupas que uma mulher veste nunca são uma justificativa para o estupro. Mas, ao mesmo tempo, não deveríamos estar preocupados com a oferta

de tangas para crianças com 1 ou 2 anos ou de jeans com cintura baixa para pré-adolescentes?<sup>95</sup>

Existe uma convergência de estruturas e imagens culturais que montam um cenário no qual a infância feminina vem marcada de insinuações sexuais, que associam a sexualidade feminina ao trabalho sexual. Isso não só traz a criança forçosamente ao mundo adulto como também sugere que “o trabalho ligado ao sexo é uma parte aceitável da infância” (Idem, pág.57) Outro aspecto do universo que envolve a infância e adolescência de meninas (fala-se aqui de um público entre 11 e 15 anos) são as produções midiáticas: sejam em forma de publicidade, programas televisivos *teen* ou vídeos musicais. Estes últimos merecem uma atenção a mais por ter circulação mais rápida e também repetitiva. Grande parte de vídeos sobretudo de *rap* ou *hip hop* de cantores homens trazem representações pornôas de mulheres desempenhando papéis sexuais subalternos sob trajes minúsculos, exalando o que há de mais glamoroso e ao mesmo tempo degradante: a imagem antagonica aparece nas lingerieas finas e carros de luxos e nos rostos de silêncio e subserviência atendidas pelo pejorativo “vadia” (*bitch*, no original). De 50 cent a Eminem, o que é vendido como verdadeiro sobre a perspectiva da sexualidade feminina é, ainda, a ideia de servir e emoldurar a virilidade violenta tão naturalizada nos últimos dez anos, no mínimo. Crianças entre 5 e 8 anos têm acesso irrestrito a esses vídeos. O problema é a construção que elas formam sobre empoderamento sexual distorcido e totalmente irreal: não há mulheres reais nessas armas midiáticas. Aqui antecipamos a questão da sexualização do estupro, glamorizado, naturalizado. Uso o termo sexualizado por concebê-lo jamais como sexo, mas como um ataque violento e devastador para a vítima. O grande problema é que essas macroestruturas midiáticas reproduzem a criação de que espancar e estuprar mulheres (jogos e videoclipes sobretudo) é a epítome da virilidade e uma marca indestrutível do estilo musical em questão. É importante observar que a visibilidade da mulher em clipes dessa convenção se resume ao exibicionismo da mulher, cujo interesse despertado é puramente o físico. O corpo da mulher, estilizado, magro, subserviente e ao mesmo tempo desejoso é irreal. O que resta à adolescente é muitas vezes a frustração de não alcançar esse padrão inatingível, acreditando que sua sexualidade natural está condicionada aos ditames de um mercado midiático que sobrevive dessa estratégia opressora: é aí que se revela todo um mercado sexual.

Um dos grandes problemas é quando o estupro vem sob uma roupagem de sedução, muito comum em séries populares geralmente assistidas por adolescentes. Nelas,

---

<sup>95</sup> DURHAM, 2009, p. 30

a força para a obtenção de sexo constitui a virilidade masculina e a subserviência da mulher, ainda que esta resista até o limite de suas forças. Na tela, a resistência é apreciada como um embate corporal que estaria configurando uma cena de amor quente após perseverança na arte de sedução masculina. Porque nessa cultura falocêntrica, violência, força, coerção frequentemente se confundem com sedução. É a crença no mito de que “não quer dizer sim”.

Polêmicas recentes como as denúncias de assédio movido por brasileiras a partir da denúncia contra o ator José Mayer, que admitiu o ato, fez ressurgir (outra) campanha contra essa cultura opressiva. Mais tarde, a denúncia da atriz Rose McGowan contra o megaprodutor de grande influência em Hollywood, Harvey Weinstein, que fez desencadear uma série de protestos já mencionados anteriormente. Desde então, nomes não faltaram para compor a ficha suja de famosos em todo o mundo – desde artistas a atletas estavam envolvidos em denúncia de assédio ou de estupro. O que nos importa aqui é como as manifestações culturais, a cultura pop, pode se mobilizar para a discussão sobre algo sério. E em meio a essa “caça às bruxas”, a questão que fica é: por que todas resolveram falar agora? O que há por trás dessas denúncias? Por que elas não param de acontecer? Há os que defendam inverdades, falsos testemunhos, vinganças. É claro que não podemos ignorar a figura jurídica “Síndrome da mulher de Potifar”, mas será esse o caso? E a discussão, não é válida? Este é, certamente, o momento da discussão, da profusão de discursos sobre o estupro.

Independente da capa que lhe revista, a chamada violência sexual não é sobre sexo, é sobre poder. Sobre o poder advindo de anos de sociedades patriarcais fundamentais do Estado que muitas vezes legitimou a legislação sobre o corpo da mulher. Essa premissa histórica não significa um ponto específico no percurso da humanidade, mas sim construções cotidianas de conceitos e papéis de gênero numa cultura de subalternização do corpo feminino. É aqui que tomamos cultura como comportamento social que fortalece essas construções, as quais têm sido atacadas em detrimento de novas posturas contra essas heranças culturais, desde as piadas machistas aparentemente inofensivas às micropolíticas do cotidiano. Movimentos como **#metoo**, **“não é não”**, **“eu não mereço ser estuprada”** mostram como a linguagem é elemento delicado e importante na discussão sobre as estruturas sociais. É ferramenta do discurso que revela que atores políticos e sociais somos nós na nossa história. E é tomando as materialidades linguísticas forjadas em diversificados momentos, que entraremos nessa arqueologia discursiva sobre o estupro.

## 8. AS MATERIALIDADES

As materialidades linguísticas escolhidas para a análise de perspectiva a que se propõe este estudo circulam pelas tramas comunicativas recentes, tendo como suporte enunciativo as redes sociais mais expressivas destes tempos e enunciados recentes ou já cristalizados e tomados como verdades. A importância dessas materialidades é o fato de que, através dessa comunicação de massa via internet (redes sociais especificamente), “nasce” o sujeito, o composto histórico lembrado anteriormente, aquele indivíduo tornado ator social, subjetivado.

Que efeitos de verdade têm os discursos que se propagam em nossa rede de interação? Que tipo de ética nosso tempo tem-nos proposto dentro de nossas práticas discursivas? Tomemos como ferramenta as imagens que se seguem, retiradas de uma rede social. As análises apresentadas partem de um enfoque discursivo ético e estético, cujo objetivo é levar a uma reflexão sobre como o homem se relaciona com o Outro, por meio da linguagem.

1.

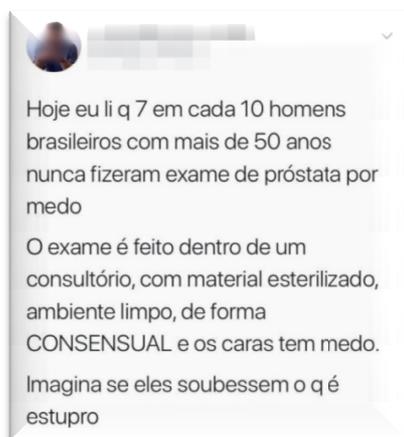


Figura 9: Print do Twitter

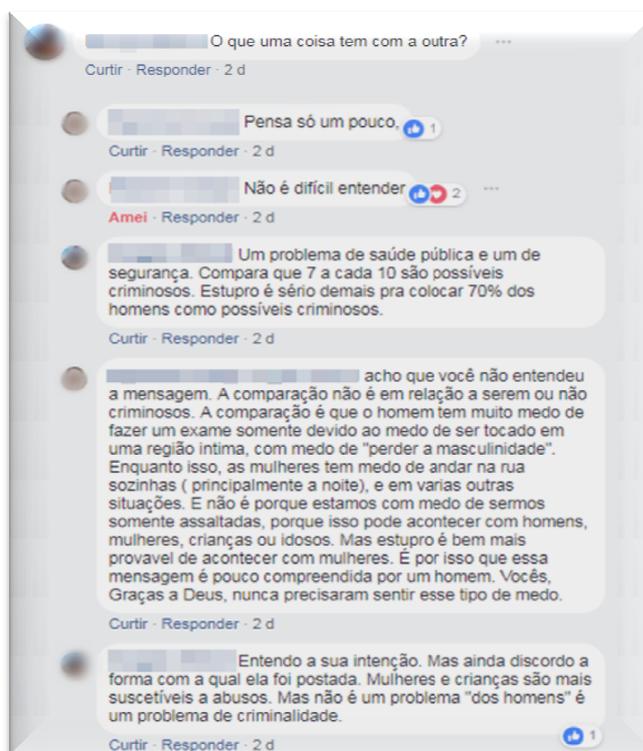


Figura 10: Print do Facebook com a discussão sobre a figura 9

Vamos chamar de Interlocutor 1 e Interlocutor 2 aos agentes sociais da figura 10, estabelecendo uma complicada relação discursiva sobre a primeira figura, que é uma mensagem compartilhada do twitter. O objetivo da mensagem, parece-nos óbvio, é comparar o grande percentual de homens com medo (infundado) de fazer um exame obrigatório e que poderá diagnosticar uma doença letal se feito com bastante antecedência e, então, com maior sucesso de cura. Segue a postagem alertando que se trata de um exame clínico, em ambiente higienizado, com fins de saúde pública e que é feito, em letras destacadas, consensualmente entre médico e paciente. Na terceira e última parte do post, seu autor provoca o receptor com algo que aparentemente não teria nenhuma ligação com os dois parágrafos anteriores: “Imagina se eles (os homens com medo do exame) soubessem o que é o estupro”. O efeito surpresa, na verdade, causa uma reflexão de como é estar no lugar de uma mulher, a maior vítima de estupro. Por si só, o post já faz um levante histórico e social de nossa época que nos levaria a considerar justamente que tipo de ética (ou falta) estamos constituindo.

Em seguida, segue-se à postagem uma conversa tanto polêmica quanto didática sobre o post. O Interlocutor 1 questiona a relação entre “uma coisa e outra”, o que demonstra fazer uma leitura rasa, de conteúdo explícito apenas. O Interlocutor 2 provoca uma reflexão mais apurada do Interlocutor 1, mas ainda não consegue efeito esperado: o entendimento aparentemente ingênuo ou desconexo do post persegue-o. Até que numa resposta mais longa e mais didática, o paciente Interlocutor 2 esmiúça o não-dito para o Interlocutor 1, que declara: “Mulheres e crianças são mais suscetíveis a abusos. Mas não é um problema “dos homens” (*sic*) é uma problema de criminalidade.”. Não é difícil fazer um percurso sobre a constitutividade desse sujeito e o modo como ele se percebe socialmente. Ora, a análise do discurso foucaultiana se concentra sempre na sua realidade enunciativa, nos fatos das práticas, não no abstrato. O que está sendo posto nesse enunciado como verdade, como norma? Qual é sua constituição? Esse discurso delinea um sujeito cujo perfil machista (não necessariamente consciente) não lhe permite se relacionar com a acontecimentalização do estupro e fecha-se numa declaração final impermeável a outro discurso, assumindo uma verdade que construiu para si mesmo como absoluta: o estupro não é culpa dos homens, é culpa de criminosos, é um caso de criminalidade – uma ação sem agentes. O efeito de sentido lançado sobre criminalidade é tal qual um fenômeno natural, físico, nem sujeito nem objeto. É notório que, ao se apropriar de um discurso aparentemente resultante de uma má interpretação de um texto, demonstra uma

complexidade invisível em primeira instância, de uma trama de relações intrassociais que consentiram, deram poderes para surgimentos de outros discursos entrando em harmonia com os já existentes. Isso, por sua vez, constituirá novos contextos e novos jogos de verdade. Ora, se é pelo tecido social que os discursos se espalham, se materializam, para ser mais exata, tal declaração não está excluída das conversas ingênuas do cotidiano, como nas representatividades virtuais do indivíduo enquanto sujeito navegador. Foucault diria que é pela palavra que se identifica o louco. Parafraseando-o, podemos dizer que é também pela palavra que identificamos o misógino, muitas vezes sob discurso de uma análise rasa de conteúdo. Se tentarmos compreender o ambiente de sociabilização virtual como complemento do social (Real), teremos mais facilidade de vê-lo como práticas de produção de verdade sobre a relativização do perigo e importância que envolvem temas como o estupro. O mais importante a se observar nesse fragmento escolhido como modelo de análise foucaultiana é que certas práticas afetam diretamente a subjetividade, o eu do indivíduo incidindo sobre sua alma e suas relações. Claro que não se pode falar em discursos como imposição, não é isso. Mas sim existem lutas de significações, dadas as condições de produção.

Esses enunciados que compõem o diálogo em questão expõem os modos de ser de ambos os interlocutores e nos forneceram, ainda sob uma perspectiva discursiva, o *modus operandi* de determinadas subjetividades e suas constitutividades. O discurso de recusa sobre uma postagem que procura aproximar o horror de se sentir vulnerável ao estupro com o horror de fazer um exame que “constrange a virilidade” da maior parte dos homens restringe a importância das campanhas e atinge negativamente o que realmente importa: a empatia. A ideia de subjetividade aqui remete ao que Foucault entende como modos de subjetivação, como o sujeito experimenta em si mesmo um jogo de verdade expondo-se consigo mesmo. A pergunta que fica é: como o interlocutor 01 é subjetivado pelo seus enunciados e como é interpelado? Interessava a Foucault saber quais eram os efeitos de subjetivação a partir dos discursos.

Nunca nos esquecendo que para Foucault as relações de poder estão em estreitas relações com a ideia da subjetividade. É claro que o interesse dessa análise selecionada decorre de um interesse imediato de descobrir como os enunciados postos (sobretudo o do interlocutor1) relacionados à condenação inclusive moral do estupro, e como regulam, gerenciam e mesmo produzem outras formas de subjetividade na sociedade que tem discutido esse tema como nunca antes conseguira. Abro parênteses aqui que foi preciso que o louco materializasse seu discurso para que se tornasse objeto de estudo e exclusão.

2.



**Figura 11: postagem pública em rede social**

Segundo Pêcheux, o discurso não tem começo: o sentido das palavras num determinado enunciado sempre irá remeter a momentos anteriores. O discurso supõe um lugar, uma posição a partir da qual as palavras adquirem sentidos. Qualquer que seja essa posição, ela está fadada a implicar uma memória discursiva. Verbo e imagem são os elementos que compõem o enunciado acima. A palavra *assédio*, na figura acima, excepcionalmente, foi tomada com sentido positivo, do ponto de vista de um sujeito virtual masculino. Mas não como produtividade, e sim como crítica ao modelo feminino que foge às estéticas padronizadas atuais. A punição àquela que não condiz com o que é imposto como “de que forma a fêmea deve ser” se materializa primeiramente no discurso – mais uma vez provando-se prática de subjetivação. Por essa razão urge desqualificá-la. Claro que para isso funcionar precisamos nos situar nesse espaço histórico onde a beleza, sobretudo feminina, deve corresponder preferencialmente ao ideal caucasiano. A punição acontece discursivamente. A palavra “assédio” aí se reveste de uma identidade semântica positiva, correta e, de certa maneira, disciplinadora, pois implica que o assédio é um mérito que nem todas as mulheres devem ter, a menos que estejam disciplinadas dentro de uma estética visual outorgada como ideal. A imagem sensualizada da modelo, a que, dessa forma, não reclamaria de assédio, corresponde aos anseios mercadológicos do sexo e, por conseguinte defenderia que ser assediada é um bônus que satisfaz e empodera. Justamente nesse ponto de encontro é que está o perigo. O corpo da mulher transita entre dois discursos distintos: o da autoexpressão sexual e o da opressão mercantilista da plasticidade do corpo feminino. Para defender o direito ao assédio, o enunciador caricaturiza,

transforma o corpo de uma das mulheres em anedota, em riso, opondo-o ao corpo de uma modelo que estaria atendendo aos padrões de beleza, para dessa forma legitimar o assédio como mérito e não ofensa. O enunciado reforça o discurso de que a violência que uma mulher venha a sofrer quanto à sua sexualidade está essencialmente ligada a instintos, não a controle e poder. Ora, o poder é uma questão de voz, de discurso, de quem fala e de quem escuta. O poder também se cria por meio do ato de falar sobre o outro. A categoria do “outro” é criada em um discurso. Assim é que se cria a mulher ideal e, ao mesmo tempo, se demoniza a mulher fora do “ideal”.

(Sobre)Vivemos numa sociedade de consumo de imagens de mulheres padrão: lindas, felizes, disciplinadas, cujos corpos são cartazes, fornecendo a essa sociedade de controle um “lugar”, e, dessa forma, o sujeito feminino é levado a desejar corresponder ao desejo cultural. Confundem-se aí os lugares do corpo feminino, e uma vez que esse corpo se apresenta como cartaz ele é ao mesmo tempo observado e responsável pelo olhar (assédio) do outro. A ordem do discurso aí incide na consciência estética do corpo pelo poder, e, dessa forma, garante um lugar na admiração do olhar do outro.

Em *Vigiar e Punir* Foucault (2014c) supõe que é dessa forma que a arte do corpo humano surge, construindo uma perfeição do corpo físico para, assim, torná-lo útil e dócil. É bom considerar ainda que a busca pela perfeição do corpo não é um privilégio amargo do século XXI, pois em toda a história encontramos a cultura da cultuação ao corpo. O que muda são os padrões, ou processos disciplinadores, mas não o exercício do poder sobre ele.

A concepção de beleza no mundo é transitória, mas exigente, e traz consigo uma ética questionável que encoraja uma constante inadequação e satisfação. Essa opressão das exigências disciplinares – que conduziriam a vida positivamente – estigmatiza os indivíduos que não se submetem a elas. Daí se criam discursos marginalizadores através da engenharia da normalização, na qual estar em acordo com as práticas discursivas controladoras lhe dão o sentimento de pertencimento: ser belo, sexualmente potente, economicamente sucedido, entre outras. Mais uma vez, o que está em questão nesses discursos é a certeza de que existe um poder exercendo-se sobre a vida, regulando-a e controlando-a por meio de tais práticas. Não se submeter a elas é estar fora, marginalizado, patologizado, mas também é estar na resistência.

A comparação entre as fotos de duas mulheres tem o intuito de marginalizar uma (a que supostamente repudia o assédio sexual) e valorizar a outra (uma modelo cuja imagem estrategicamente cria um imaginário sexual perfeito na mente masculina). Mas não se trata de um jogo de bonito ou feio, e sim de uma estratégia de desconstruir um

discurso de resistência à opressão contra a mulher. O enunciado, irônico e evidentemente apenas retórico, defende a mesma ideia já enunciada por tantos outros sujeitos, ainda que em outras palavras: mulher gosta de ser assediada. Esse tipo de discurso funciona como uma mecânica que tenta minar movimentos de resistência, como o NÃO É NÃO.

O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre as crianças e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez até ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas controle estimulação: “fique nu [...] mas seja magro, bonito, bronzeado!”<sup>96</sup>

Para efeito de verdade, o discurso do assédio procura se sustentar na ideia de que o corpo não está fora da ordem e regulação da sociedade. “Mulher e beleza são historicamente associadas [...], e a feiura, hoje intimamente ligada à gordura e ao envelhecimento, é a maior forma de exclusão socialmente validada. (...)”, segundo a escritora Joana Novaes<sup>97</sup>. Continua a autora a pontuar uma questão bastante relacionada com a análise desse enunciado em questão: a negação da sexualidade da mulher que não se coloca na ordem do discurso estético, daí, então, ser acusada de combater a importunação do assédio porque não tem sexualidade. O menosprezo, o escárnio do interlocutor acerca da aparência de uma das mulheres é uma agressão que busca eliminar a sexualidade dela. Este olhar sexista dessexualiza e lança a mulher na categoria de aberração (NOVAES, 2011), anulando-a e interditando-a. É um apelo para reduzir a subjetividade a uma imagem, numa época em que cada vez mais os modos de subjetivação acontecem por meio de enunciados que representam a corporeidade construída.

---

<sup>96</sup> FOUCAULT, 2015, p.236

<sup>97</sup> NOVAES, Joana, V. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. (Orgs.) **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 477-506.

3.

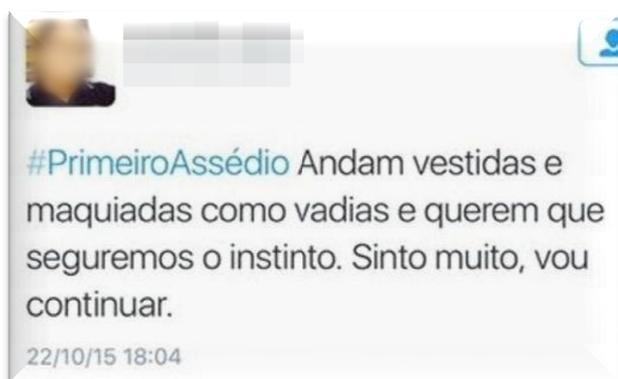


Figura 12: postagem pública em rede social

O enunciado é um tuíte que faz referência à campanha virtual #primeiroassédio, através da qual as mulheres narravam a primeira vez que se sentiram violadas em sua dignidade. Pode-se dizer que ela faz parte de um pacote da primavera feminista que tem tomado conta dos debates e iniciativas sobre a questão da violência de gênero, nos quais se inclui o estupro. A irreverência do enunciado desvaloriza o princípio da ética, estratégia discursiva que se justifica no humor e procura causar o riso, mesmo como desafio.

O termo *vadia* aparece como sentença de condenação: o que se entende efetivamente por esse termo? Qual o valor discursivo dele hoje, sobretudo tomando-o como um elemento linguístico globalizado: bitch/vadia? Um termo que está transitando do pejorativo para o ideológico, cujo melhor exemplo é a Marcha das Vadias e seu sentido social. Movimento que vive constante embate ideológico justamente por conta do nome – que, se não for historicizado, distorce o que verdadeiramente pretende o movimento.

O excerto “... e querem que seguremos o instinto” sintetiza a hipótese da biologização do estupro: homens são instintos e mulheres são presas. Naturaliza-se o estupro como instintivo, provocado por estimulação da vítima, e o autor do ato acaba se tornando secundário. É o discurso já analisado da biologização do estupro.

Estranhamente, o enunciado se debate nele mesmo: primeiro celebra a ofensa a partir do termo “vadias”, depois confessa que vai continuar assediando (as vadias). Mais uma vez a mulher tendo que se recolher ao recato e estar longe do espaço público. As palavras renascem e se inscrevem em nossos sentidos, ou ainda, em efeitos de sentidos. Se estamos, enquanto sujeitos do discurso, condicionados às condições de produção e estas, da mesma forma, ligadas à história, as palavras não fogem a essa corrente sistematizada. Os textos circulam. Estão postos para isso. E nessa circulação encontram sentidos conforme sua condição produtora. Eles não trazem sentidos, mas os encontram.

O corpo feminino se inscreve numa história de dominação, em que os critérios estéticos determinam a mulher como sujeito disciplinado, que ganha uma forma de significar, de produzir sentidos na linguagem, ao mesmo tempo em que é produto dela. É o corpo subjetivado, biológico, mas também marcado culturalmente a atravessar a experiência do sujeito no mundo.

#### 4.



**Figura 13: flagrantes de adesivos automotivos como protesto ao aumento do preço da gasolina**

Uma fotomontagem, a adulteração de uma imagem, implica de imediato uma investigação sobre o que não está visível, o que está subentendido e por que houve uma violação do original. Qual é a intenção de quem distorce uma imagem?

A criatividade de expressões ambíguas e imagens pornográficas que fazem equivalência entre o falo e armas de guerra (“armadura”, “pistola”, por exemplo) tornaram equivalentes também, por consequência, sexo e violência.

Talvez uma das manifestações discursivas mais polêmicas dos últimos tempos, justamente por se apossar do corpo (social e moral) de uma senhora de 60 anos, presidente do Brasil à época dessas divulgações. A imagem revela um comportamento social que, inexplicavelmente, foi tomada com naturalidade. Ao menos nos primeiros momentos em que foi posta à divulgação circulando pela cidade e se tornando um flagrante de grande repercussão. Elementos usados de forma simbólica que estabelecem diálogo com uma

cultura de estupro legitimado socialmente. Legitimado porque adotado, aprovado e endossado por um sujeito coletivo que justificava a imagem com razões de protesto contra o desequilíbrio econômico do governo federal. O termo “sujeito coletivo” aqui foi escolhido porque faz uma referência à adesão que tal protesto obteve, legitimando, dessa forma, um comportamento social que endossava num discurso agora imagético a violência contra a imagem do feminino, banalizando-a e, pior, tornando-a uma piada nacional. Uma montagem com o rosto da então presidente Dilma Rousseff num corpo supostamente retirado de um contexto pornográfico, no qual se viam os joelhos de uma mulher separados, numa alusão à espera de um ato sexual, uma penetração simbolizada a cada parada no posto de gasolina. Entre as pernas, o que seria a genitália coincide com a abertura do tanque de gasolina dos carros. A pistola da bomba de gasolina é o elemento penetrante, o símbolo fálico, o pênis – a ser introduzido mecanicamente num corpo passivo e permissivo, combinado com um rosto sorridente da ex-presidenta Dilma Rousseff. Infere-se aí, é claro, um sorriso de consentimento e satisfação, um discurso falseado que semioticamente se desconstrói, simplesmente por se tratar de uma montagem propositalmente mal feita mas com propósito realizado: diminuir a mulher Dilma Rousseff. O enunciado imagético defende uma discursividade misógina tão naturalizada que poucos observariam que ele promove não uma cultura, mas o próprio estupro em si, o que, ironicamente, materializa essa cultura do estupro. O corpo – a representação – está vulnerável ao ato sexual simbólico, mas com um sorriso permissivo, dando consentimento, como se a violação simbólica fosse um mérito, fugindo ao conceito mais simplista de violência enquanto “ruptura da integridade física” (SAFIOTTI, 2004, p. 17). Foi uma quebra de barreiras, de limites, de uma implosão moral e ética profundamente desrespeitosa, que nos levam a refletir que discursos foram historicamente construídos para que, em pleno século XXI, tenhamos que nos deparar com acontecimentos assim. O que está envolvido aqui para que o indivíduo se torne sujeito? É preciso que consideremos que o discurso precede os sujeitos e as subjetividades – já que são estas que possibilitam aqueles. Essa imagem inequivocadamente nos leva a retomar a antiga bipolarização na qual o homem é sempre o sujeito ativo (agente) e a mulher o sujeito passivo (no caso, submissa e sorrindo)

Não temos aqui um autor, um indivíduo-autor dessa montagem, dessa forma de protesto contra o aumento sequente do preço do combustível. Não há um mentor sujeito dessa ação. O que nos incomoda nessa representação material discutida aqui é especular que efeito de sentido essa campanha teria se no lugar de uma imagem feminina fosse um

corpo masculino selado ao rosto de um dos ministros mais diretamente ligado ao motivo do protesto: aumento dos combustíveis,

Atentemo-nos ao fato de que o rosto é um elemento individualizador, aquele que identifica o sujeito, autenticando-lhe essa individualidade, essa identidade. O rosto possui a capacidade de exprimir, como linguagem que é, um discurso com o qual ela se comunica e significa. Não se deu apenas um corpo sexualizado e submisso a esse rosto, a essa identidade pública, não só o registro de um corpo, digamos, orgânico, mas, nesse caso, em especial, um corpo construído por relações que encontram ideias, ideologias, uma imagem enfim.

Moralmente ofensivo, com o propósito de agredir o feminino – e todas as mulheres, não importando se incorre em um crime de gênero, através de uma violência simbólica. “O adesivo é contra Dilma, não contra as mulheres” foi repetidamente a grande defesa dos apoiadores da ideia. Mas esse argumento demonstra desconhecer ou ignorar, por falta de empatia talvez a história da mulher – ofensas, agressões, silenciamentos, interdições, propriedades patriarcais, entre tantas. É tão oculta assim a história das mulheres, por muitos anos tratadas como propriedades de pais e depois de maridos?

Que sujeitos são esses que, por meio de um adesivo, enunciam uma campanha na qual a mulher não é um sujeito de direito mas uma propriedade universal? A percepção social sobre esse tipo de ataque é fraca e pouco efetiva. Só foi retirada quando o discurso jurídico entrou em cena e obrigou a retirada dos adesivos. Silenciou-se aí. É misógino porque propaga uma degeneração moral feminina, em grande carga. Não se pode reduzir o papel misógino do adesivo apenas porque o rosto no adesivo é de uma mulher específica, culpada pelo aumento contínuo do preço da gasolina. Sim, o alvo explícito, materializado, foi a presidente. Mas quando um chefe de governo é alcançado por um ataque que simbolicamente promove uma violência a um grupo específico, e tal imagem representa o quadro de horror e medo por que passam muitas mulheres num país cujas últimas estatísticas nos alertam que onze mulheres são estupradas por minuto no país, o rosto no adesivo não é mais só o rosto de Dilma Rousseff, mas dessas mulheres que veem como deboche a representação daquilo que lhes atinge a dignidade profundamente. Neste caso, somente estar num lugar de fala feminino pode legitimar de que forma um adesivo tão ofensivo consegue atingir toda uma malha de resistência a uma cultura que insiste em se negar misógina e pró-estupro. Não que existam movimentos com bandeiras defendendo o direito ao estupro (apesar de bandeiras defendendo assédio sobre a mulher), mas limitar o episódio do adesivo anti-Dilma a um ataque ofensivo “apenas a uma mulher”, que por

acaso era presidente da República à época, é estar fora do discurso, da história, incapaz de compreender o efeito de sentido desse acontecimento. Há um poder simbólico que é invisível e só pode estar em exercício com a cumplicidade daqueles que não querem saber.

O falo metafórico da imagem espelha uma relação naturalizada de ativo (homem) e passivo (mulher), que se subordina e consente. A foto com o sorriso expresso no rosto não foi uma escolha aleatória, mas específica para ilustrar um discurso opressor de um falso consentimento. É uma dinâmica sexista que define o estupro como um ato sexual consentido. O falso corpo da ex-presidente Dilma Rousseff é penetrado sexualmente por uma bomba de gasolina. Por se tratar de uma foto, imagem estática, e uma foto facial sorridente, é inegável a propaganda pró-estupro, e, o pior, tudo tomado como uma brincadeira protestando um aspecto dessa mulher de governar, que em nada se aproxima de sexualidade. A ideia do estupro metafórico é a clara situação de reféns a que a mulher está sempre colocada.

Textos entre os séculos XVI e XIX já repetiam que o rosto fala, e neste rosto pode-se ler um sujeito tanto físico quanto psicológico. Preservados em uma foto, guardam um momento que involuntariamente se eterniza. A imagem comporta um percurso inscrito discursivamente em outro lugar (PÊCHEUX, 2007)

Como analisa Souza (2014), o não verbal, no caso o adesivo, tem poder de mobilizar sentidos já em funcionamento, à espera de uma convocação. É a descrição minuciosa do intradiscurso. E de que forma esses sentidos se mobilizam na imagem em questão? “É necessário que haja sentido para haver sentido” (2014, p. 38). Não há possibilidade de análise da construção de sentidos sem assegurar o acontecimento histórico, presente na memória discursiva.

## **5. CASO ALESSANDRO THIERS**

O caso que levou ao afastamento do delegado Alessandro Thiers das investigações sobre o estupro coletivo da adolescente de 16 anos em 2016 começou com a acusação da advogada da vítima, Eloisa Samy Santiago, alegando que ele conduziu o depoimento da sua cliente tentando culpabilizá-la pelo ocorrido. Segundo Eloisa, ele teria perguntado à vítima se ela tinha por hábito participar de sexo em grupo, o que a advogada considerou inadequado para uma vítima de estupro. Acusou-o de machista e misógino por causa dessa condução investigativa. Mais tarde, trechos de conversas em grupos de WhatsApp

denunciavam um pré-julgamento do delegado sobre o estupro, e, dessa forma, já havia muito comprometimento moral para que a investigação prosseguisse sob sua direção. Apesar dessas evidências descritas, o que consideramos objeto da análise é anterior a tais denúncias. Já mesmo na entrevista coletiva à imprensa, quando foram identificados alguns dos suspeitos do crime, o discurso do delegado se precipitava:

**Jornalista:** Tem elementos para pedir a prisão?

**Alessandro Thiers:** Por enquanto a polícia... ela tá... ainda não verificou a necessidade de prender estas pessoas. No momento certo, *se for o caso*, ela irá pedir.

[...]

**J.:** O que é que passa a ser suficiente para se pedir a prisão de quem já foi identificado e aparece nas imagens?

**A.T.:** A polícia está em investigação. Quando for a hora, *se for o caso*, ela vai requisitar a prisão.

(Grifos nossos)

Chama a atenção a resistência com que Thiers trata a acusação de estupro. A repetição enfática da expressão destacada infere sua absoluta desconfiança quanto ao estupro narrado pela vítima. Declarações como essa incluem-se num dispositivo que silencia a vítima e a impede de denunciar, criminalizando-a moralmente. Thiers pode não se compreender como parte dessa estrutura machista que cria estereótipos de gênero e o mito de que a Justiça é imparcial, mas nessa entrevista se institui como agente de um machismo que reforça esse tipo de juízo de valor sobre a vítima de estupro.

As respostas do delegado são resultado de uma estereotipagem da mulher estuprada a partir de seu comportamento sexual, que nada tem a ver com a violência sofrida. É a chamada “Lógica da Honestidade” (ROSSI, 2016), segundo a qual a violência cometida contra a mulher “honesta” é mais importante do que a cometida contra a “desonesta” – moralmente falando.

Na realidade, para Lima, quando da ocorrência de crimes dessa natureza (sexual) os órgãos de investigação e julgamento procuram verificar até onde a ofendida foi responsável ou contribuiu para a conduta delitiva do agente, para só então cogitar a punição merecida pelo ofensor.<sup>98</sup>

A FD que atravessa o enunciado de Thiers não está preocupada em julgar a agressão contra a jovem, mas se ela está sexualmente ajustada aos padrões morais – principalmente por se tratar de uma adolescente de 16 anos que já é mãe, frequenta bailes funks e se envolve com traficantes. Requer da vítima credibilidade moral para que possa correlacionar isso ao estupro. Seu pronunciamento revela uma hostilidade que culpabiliza a

---

<sup>98</sup> ROSSI, 2016, p. 88.

agredida. A prévia experiência sexual da vítima é o foco e se torna o ponto relevante da questão.

O estupro, por si só, é um exemplo de que discursos de poder – aqui institucionalizado na figura de um delegado – fabricam um corpo feminino frágil e violável. Mas onde há poder há resistência, e essa resistência também habita o corpo feminino: uma vez que esse corpo se insurge como força de combate à violência e atinge as estruturas de poder que ajudam a criar essa cultura de violência sexual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciar essa pesquisa foi navegar por um oceano de enfoques, aparentemente separados, mas que, a cada mergulhada neste universo, deixava claros os nós, as imbricações que se prendiam no fundo dessas águas. Enfoques aparentemente desconectados traziam escondidos raízes trançadas entre si, de forma a compreendê-los como visões de um mesmo olhar: algo os tornava um só corpo que crescia em várias direções mas que, para a própria existência, jamais poderia se desprender da própria e única raiz. Era este o *corpus* escolhido para o estudo desta dissertação, o estupro e as discursividades em torno dele.

Primeiro foi preciso definir e historicizar o estupro, buscando nisso as relações de paridade com outras formas de domínio sobre o corpo feminino. A história convencional sobre o estupro foi apontada, serviu de base para a investigação, mas precisávamos de mais, de parar num ponto e arqueologicamente descamar os segredos que garantiam e garantem, ainda, a prática de comportamentos que, num termo simples, dominam mulheres. Retomando as três questões da problematização em torno desse estudo, temos que:

i) a violência sexual é diferente dos outros tipos de violência. O que torna a violência do estupro peculiar é que, embora seja um crime antigo registrado nos textos do Direito clássico, a punição é, historicamente, relaxada. Segundo Vigarello:

Eles (os parlamentos) as condenam e perdoam (brutalidades físicas) ao mesmo tempo, oscilando entre indulgência e repressão, jogando com o que seriam hoje uma inaceitável tolerância e uma inaceitável crueldade. A resposta jurídica ao estupro repercute, até certo ponto, a resposta jurídica à violência comum: ato de um homem fora de si, frenético, algumas vezes castigado com sangue, em geral esquecido na banalidade da vida.<sup>99</sup>

---

<sup>99</sup> op. cit. 1998, pág. 14-15.

O trauma do estupro é ambíguo: é uma violência ao mesmo tempo diferente e semelhante a outras formas de violência. A semelhança está na forma brutal que o constitui; a diferença, no traspasso da dignidade da vítima. E existe ainda o mascaramento do fato de que algumas vítimas de estupro não reconheçam sequer a violência: o agressor não sofre nenhuma patologia (não é um marginal) ou simplesmente não acreditam, no momento, que aquilo é um estupro, mas apenas um gesto de sedução."

O estupro, definitivamente, não é como as outras formas de violência, é uma violência de gênero, é institucionalizada. A vítima não é como a vítima de qualquer outro crime: a partir do momento em que empreende uma denúncia, essa vítima é questionada sob diversos ângulos comportamentais: roupas, estado emocional, de forma que seu comportamento se torne justificativa para o crime de alguma forma: é como se o crime tivesse ocorrido por causa dela mesma, da vítima, intrínseca a ela.

ii) os percursos históricos representam uma constituição daquilo que hoje chamamos de Cultura do Estupro. Das leis do Velho Testamento, passando pela Idade Média, o estupro foi tratado como crime ora contra a honra patriarcal, ora como crime contra propriedade: estupro era sinônimo de dano material. No século XVI, começa a tomar forma de crime sexual, entretanto voltado para o roubo da castidade e da virtude. Faltaria um tempo ainda para ser reconhecido como crime contra a dignidade humana. No nosso século foi reconhecido como crime sexual (a despeito da análise de Foucault), mas ainda preso, historicamente, à concepção de que as mulheres devem evitar o estupro restringindo suas escolhas, movimentos e comportamento. Nessas circunstâncias vemos agir a biopolítica, através de medidas políticas e sociais, como o Vagão feminino nos metrô do Rio de Janeiro, serviços de motorista somente para mulheres, feministas orientando mulheres a aprenderem autodefesa e, dessa forma, criarem uma nova codificação do corpo feminino (quando essa "recodificação" deveria ser orientada para as práticas masculinas).

iii) estamos, de fato, vivenciando uma profusão de discursos sobre o estupro. Estamos iniciando um olhar mais crítico para esse fenômeno da violência sexual, embora existam ainda situações para as quais ainda não despertamos esse olhar. É notório que as discursividades em torno das violências contra a mulher se constituíram a partir de acontecimentos que ganharam notoriedade, muitas vezes em forma de comoção, como no caso da adolescente de 16 anos, vítima de um estupro coletivo filmado e compartilhado em redes sociais em 2016, como um evento banal e diversão. Antes disso, em 2003, o então Deputado Federal Jair Bolsonaro, numa discussão acalorada com a também Deputada Federal Maria do Rosário, inflama a opinião pública ao disparar que não a estupraria

porque ela “não merece”. No dia seguinte, reafirmaria, em uma entrevista ao jornal Zero Hora: “Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece.”. Quando a violência contra a mulher está em pautas de grande evidência, envolvendo figuras públicas ou casos de comoção generalizada ou brutalidade, é inevitável que os discursos se proliferem. Entretanto, é preciso que tenhamos cuidado de não cair mais uma vez no mito do estupro, que ofusca os casos cotidianos de violência sexual, que são muitos, e, muitas vezes, a própria vítima não sabe que sofre essa violência. Em razão desse bombardeamento de notícias de casos de estupro, percebemos a necessidade de falar, de gerar vozes, discursos que surgiu a vontade de falar. Grupos se formaram em redes sociais e convocações foram feitas. Todos queriam empunhar cartazes, enunciar que não são cúmplices e que repudiam a cultura do estupro. O que vira notícia, convoca discursos, cria sujeitos de resistência e coloca o estupro em discurso.

O que querem os cartazes “Pelo fim da Cultura do Estupro!”, tão comuns nos protestos de hoje? A desnaturalização de uma concepção distorcida da mulher como propriedade do homem. Essa concepção se forma de maneiras sutis, aparentemente ingênuas e nos acompanham desde sempre. Adágios como “A mulher tem que se dar o respeito” naturalizaram e constituíram como verdade que ao homem pertence a vontade e à mulher a prudência. Noções equivocadas como essas só nos alertam que o machismo é uma violência simbólica. E para enfrentar essa violência levantou-se o movimento feminista. O machismo criou o feminismo.

Quando se repete que o estupro é uma situação de poder, poder masculino sobre a mulher, sobretudo, não se está limitando-o ao ato em si – o que, é óbvio, caracteriza um exercício de poder físico e psicológico. Mas seguindo um raciocínio foucaultiano de relações de poder, aqui falamos de um mecanismo de institucionalização, organização social em torno de uma prática exercida subsocialmente. Não é como a institucionalização da escravidão, considerada não como de poder, mas como relação de coação do indivíduo acorrentado, onde não há uma relação de poder porque há saturação (FOUCAULT). A relação, no caso do estupro, está na resistência, que se manifesta em diversificados matizes.

Não dá mais para fazer de conta que não existe um poder de perpetuar a violência contra a mulher, um comportamento que não é novidade, não nasceu na modernidade. As formas de violência podem ter sofrido metamorfoses, ser reinventadas, mas sempre fizeram parte da história feminina. Uma história feita de tramas que perpassaram fios

religioso, jurídico, patriarcal. As leis severas com o adultério feminino se contrapunham às leis de adultério masculino, cuja “infração” era abonada pelo simples pensamento falocrático dos séculos XIX e XX. A história jurídica tem mostrado, em suas transformações, uma preocupação mais em proteger a mulher, como o ser frágil, do que necessariamente fazer um efetivo reparo na história da mulher. O cuidado parece sobrepor-se ao respeito.

Hoje, fala-se diariamente em Cultura do Estupro, mas pouco esclarecimento se tem do que se trata. Muitas vezes usada como clichê desgastado de tão repetitivo, a expressão acaba se desviando do seu importante conceito simbólico e histórico e passa a ser entendido superficial e erroneamente. Muitas vezes a oportunidade de descristalizar a expressão, e falar seriamente sobre sua essência, é perdida em decorrência de objetivos outros e de atos populistas. É preciso informar o que é isso chamado de “cultura” e por que deve ser desconstruído. É preciso debater com seriedade que caminhos são os mais adequados para se educar e estancar essa prática. Não se trata de diminuir, apenas. É necessário erradicar, como se busca a erradicação de uma doença e também das outras formas de violência. Fala-se em erradicação de muitas coisas, mas não do estupro. Por quê? Diminuir não é a questão. Acabar é o sonho que precisa ser levado a sério e verdadeiramente realizado. Em recente entrevista polêmica, a então presidenciável Manuela D’Ávila procurou deliberar sobre algumas propostas de sua plataforma. A polêmica aí não se refere a qualquer declaração que a candidata tenha feito, pelo contrário, a polêmica se deu pelo silenciamento arquitetado a que fora submetida. Houve quem contabilizasse quantas vezes ela foi interrompida, em comparação com outro candidato de semelhante agenda política, porém um homem. Mas a referência a que convoco importância do fato não é por essas dinâmicas jornalísticas adotadas na entrevista em questão. A citação em cima do episódio é justamente quando, inquirida sobre questões relacionadas sobre o estupro, a então candidata não conseguiu se mostrar uma defensora mais prática e menos teórica:

- *A senhora é a favor da castração química para estupradores ou não?*
- *Eu sou a favor que não exista **tanto** estupro*
- *Mas a senhora é a favor da **castração química do Deputado Bolsonaro?***
- *Sou **a favor de debater** os direitos das mulheres, a cultura do estupro...*
- *A **senhora defende as mulheres**, mas a senhora é a favor da castração química para estupradores?*
- *Eu defendo que a gente **tenha menos estupro no Brasil**, e sabe como a gente faz isso? A gente faz isso não votando em candidato que acha que mulher pode ser estuprada.*

[grifos nossos]

Esse pequeno trecho de uma conversa mais acalorada e um tanto passional já seria uma interessante materialidade linguística para começarmos uma análise discursiva. Mas não é exatamente este o motivo da transcrição. O objetivo aqui posto foi a fuga, consciente ou não, de uma discussão de valor fundamental para os dias atuais. Dias de discussão e esclarecimento. Dias de educar. Dias para se entender por que a expressão “Cultura do Estupro” é tão assombrosa. Não se pode, defendendo, limitar uma resposta a uma pergunta tão direta argumentar que “se quer *menos* estupro no Brasil”. Não, não queremos estupros. Esse é um ideal. Por que não recusar a castração química simplesmente lembrando que o estupro não é questão de pênis, mas de poder? Combater a Cultura de Estupro é tratar os crimes contra a dignidade sexual como práticas de violência de gênero e não enquanto práticas sexuais.

Estupros em presídios são realizados com objetos. Mulheres estupram inimigas com objetos. Se voltarmos à descrição da Lei, veremos que se trata da dignidade humana. Castração química não resolverá os muitos estupros, porque a pulsão não está no sexo, mas na possibilidade de subjugar, de dominar. Está na possibilidade de poder. Entendo que o lugar de fala da então presidenciável foi denegado por ela mesma, autodeclarada feminista com pautas voltadas para a dignidade da mulher.

Ao tratarmos desse tema, hoje, não podemos mais nos mover com teorias, com dizeres vazios, mas sim esclarecer qual é o grande problema de ainda, em pleno século XXI, tratarmos de uma criminalização que já deveria ter sido concretizada há muito tempo. Nossa responsabilidade, enquanto sujeitos conscientes, independentes das intersecções ideológicas ou da pauta emergente, é desmontar, desconstruir mitos que desvirtuam o real motivo de até hoje haver estupro. É implodir uma verdade absoluta para nos fazer ver qual seu real alicerce. E é preciso implodir, de alguma forma, a institucionalização de uma cultura do estupro vendida continuamente por um conjunto de mídias que trabalha insistentemente – não só no Brasil – na negação de práticas que são peças compositoras de uma atitude sexista e que menospreza os problemas femininos. E o mais grave e habitual deles, o estupro. A castração química sugerida pela oposição à candidata poderia ser uma teoria derrubada, em rede nacional, por exemplo, se houvesse uma preocupação genuína com o conceito de estupro: o estupro não tem nada ou quase nada a ver com pênis, mas com poder. Com subjugação. Com humilhação. Com misoginia.

Como já dito antes, os textos circulam e encontram sentidos conforme sua condição produtora. Alguns até podem ser “datados” e, por isso, gerar institucionalizações de pequenas verdades tranquilas e imperceptivelmente circulando entre nós. Repetir

refrões como “um tapinha não dói” em um contexto que reclama a conscientização mais ampla sobre a violência contra a mulher constrói efeito de sentido negativo para o maior parte da sociedade, esta vigilante, na qual o poder é visivelmente positivo ao produzir sujeitos e saberes preocupados com a problematização da questão de gênero – que, claro, engloba mais discussão que a apologia à violência falsamente ingênua de uma música popular. Como dito muitas vezes neste trabalho, o efeito de sentido é resultado, existe em função das condições de produção (o equivalente a “contexto” numa comparação simplificada) de uma época.

Imaginemos “Garota de Ipanema” ou “Receita de beleza”, dois ícones da elite compositora brasileira hoje: um momento de revisão dos comportamentos já tão naturalizados em nós, muitas vezes elitistas e intolerantes. Um momento em que movimentos feministas criam, conforme suas agendas, protestos contra a padronização da mulher e divulgação de ideias masculinas que criam modelos de vida da mulher. Não suficiente, fazamos uma rápida associação com refrão “oh mulata assanhada”, no qual a comercialização e erotização da mulher incentiva, no inconsciente coletivo, a renitente ideia da sexualização exagerada da mulher afrodescendente. Tantas particularidades justificam a multiplicação de movimentos feministas diversos – e muitas vezes divergentes – espalhados como igrejas em busca de adeptos. Mas o que o discurso tem a ver com tudo isso? Tudo. Não podemos nos esquecer: o que foi dito instaura uma realidade discursiva. Semelhantemente, acontece com o termo “assédio”. Esse termo não tem um significado único – pelas condições de produção, cujas novas definições constituem um sentido novo, a partir dessas atuais – surge uma definição discursiva na qual se tece uma espécie de multiplicidade de sentidos renovados e condicionados intimamente a novas configurações discursivas – graças à roupagem social.

Parte-se então, do princípio de que não há sentidos, mas efeitos de sentido na A.D. e que tampouco a origem do sentido é a palavra; ele não é prévio ao discurso (PÊCHEUX), não está preso numa forma. Para a AD, inclusive, os sentidos se retomam. Eles se lacunam. Eles se completam. Para Pêcheux, o sentido tem necessariamente o caráter histórico.

A constutividade masculina parece ter-se estabelecido sobre uma noção de competição, disputa, na qual a mulher está sempre numa condição inferior – cultural ou socialmente – onde o que impera é a ordem dos poderes. É inegável que historicamente foi erigido um modelo violento de virilidade, como se essa fosse a essência da masculinidade, do ser homem. Nessas relações de gênero é que se materializa a violência contra a mulher – de tudo aquilo que se reporte ao feminino. Desse prisma, o elemento cultural ganha

pontos na construção social da masculinidade violenta. Existe uma complexa formação da subjetividade masculina ainda na infância, mormente relacionada a uma ambiência competitiva e violenta, onde características como sensibilidade, fraqueza ou choro são tolhidas, e objetos ou atividades definidas como “de homem” são atravessados por essa simbologia viril. A socialização de meninos e meninas, por exemplo, é desvinculada de uma finalidade igualitária: o status de virilidade se dá, na maioria das vezes, na ideia de força – e, por extensão, de violência – enquanto o modelo concebido das meninas é a feminilidade. Observe-se que esta socialização é, desde muito cedo, submetida à vigilância, de forma a adaptar, dessa forma, corpos disciplinados.

O art. 35 das disposições finais da Lei Maria da Penha determina: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: [...] §V centros de educação e reabilitação para os agressores”.<sup>100</sup>

Não existe mudança sem direção, sem educação. É preciso prevenção e modificação do comportamento masculino, status construído historicamente machista há séculos em reprodução. É necessário conquistar novos valores. O papel do Estado é importante: intervenção pedagógica para extinguir os danos e a própria Cultura de Estupro.

Precisamos atentar para as sutilezas linguísticas, para os discursos que promovam estratégias capazes de fortalecer as subjetividades femininas diante de uma linha histórica predominantemente masculina, onde narrativas de opressão e dominação sobre a mulher delineiam o jugo de violências contra ela. Devemos, ainda, considerar um fator novo nessa narrativa toda em torno da Cultura do Estupro: a visão da própria mulher sobre essa violência, que vem mudando ao longo dessa jornada. A discussão hoje não está mais limitada aos guetos intelectuais feministas ou a especialistas em agressão ao feminino. Está na conversa entre adolescentes, está sala de aula, em casa, na televisão. A mulher de hoje está aprendendo a não se ver mais como incitadora, e essa consciência faz toda a diferença para combater essa estrutura de relativização do estupro e culpabilização da vítima.

O papel do homem é importante. É necessário que ele enxergue como violência o que é violência e posicione-se contra essas práticas que perpetuam a cultura do estupro, como uma piada sexista e comportamentos machistas, além dos mitos do estupro, que são estruturas outras que fazem crer que o estuprador é um doente, que “não” é “sim”, que a vítima é, de alguma maneira culpada – ou por sair sozinha, ou por estar bêbada, ou por usar

---

<sup>100</sup> <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10864985/artigo-35-da-lei-n-11340-de-07-de-agosto-de-2006>

roupa provocante, etc. O combate a essa estrutura misógina não se limita a posições feministas contra a violência masculina, mas perpassa por um diálogo de toda a sociedade, no qual se permita frutificar a semente de uma reeducação social sobre toda forma de violência contra a mulher.

*Em homenagem a Jyoti Singh, codinome  
Nirbhaya (Destemida) e a Araceli Cabrera Sanches  
Crespo.*

## REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Rafael. **Del movimiento de Jesús a la Iglesia cristiana**. Bilbao: Desclée de Brouer, 1987, 166.
- ANDERSEN, Tom. “**A linguagem não é inocente**”. In: Nova Perspectiva Sistêmica, nº23. (Apresentação em plenário: 6th World Family Therapy Conference Budapeste, 20 de agosto de 1994. Pub. NPS nº7).
- BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (2003)
- BARONAS, Roberto Leiser. **Ensaio em Análise de Discurso**. Questões analítico-teóricas. São Carlos: Edufscar, 2011
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Identidade**: entrevista a Benedetti Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: 1980. Edição Ecumênica.
- BLAY, Eva Alterman. Org. **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. 1a ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- BLOCH, R. Howard. **Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental**. Tradução de Cláudia Moraes. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995
- BERT, Jean-François. **Pensar com Michel Foucault**. 1 ed. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo, 2013 (2011)
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1991. Vol I.
- BRASIL. Lei nº 12.015 de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)
- BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: Men, Women, and Rape**. Nova York: Ballantine Books, 1993.
- BROWN, Francis; DRIVER S. R., BRIGGS Charles A. **The Brown-Driver-Briggs Hebrew and English Lexicon**
- CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. 1.ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015 (2014)
- \_\_\_\_\_. **Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução de Ingrid Müller Xavier. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016 (2004)
- CAHILL, Ann J. **Foucault, rape, and the construction of the feminine body**. Hypatia 15, 2000. p. 43.

CLUBE CÉTICO. **Biólogo diz que estupro é “natural” e faz parte do comportamento reprodutivo.** Disponível em: <http://clubecetico.org/forum/index.php?topic=4561.0>  
Acesso em 28 de setembro de 2017

DARNTON, R. “Fraternidade ou os perigos da história etnográfica”. In: CadernoMais - Folha de São Paulo . 6/07/1977. pp 9-10

DÍAZ, Esther. **A filosofia de Michel Foucault.** 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. Tradução de Cesar Candioto (1995)

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Vol 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo; Edições Loyola, 2014a

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da costa Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015a.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da costa Albuquerque. 1. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014b

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** MACHADO, Roberto (Org.). 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b

\_\_\_\_\_. **Os anormais.** Curso no Collège de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Subjetividade e Verdade. Curso no Collège de France (1980-1981).** Tradução de Rosemary Costhek Abílio. 1ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2016.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014c (1975)

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, Governamentalidade e Educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009

GALEANO, Eduardo, **As palavras andantes .** Tradução de Eric Nepomuceno. Editora L&pm: 2007

GEIMER, Samantha. **A menina: uma vida à sombra de Roman Polanski.** Tradução de Márcia Blasques. São Paulo: Editora LeYa, 2013

HENDERSON, Holly. **Feminism, Foucault, and Rape: A Theory and Politics of Rape Prevention.** Berkeley Journal of Gender, Law & Justice, Volume 22, 2007

KNIBIEHLER, Yvonne. **História da Virgindade.** Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016 (2012).

MATOS, Maria Izilda Santos de, SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate.** São Paulo: Editora UNESP 2003.

MOURA, Samantha Nagle. **Estupro de mulheres como crimes de guerra sob as perspectivas feministas.** UFPB. Dissertação. Mestrado em gênero e Direitos Humanos. 2015.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. Vol. 2. MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Org.), 8ª ed. Cortez: São Paulo, 2012.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Tradução ORLANDI, Eni *et al*, Ed. Unicamp, São Paulo, 1988

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990a.

\_\_\_\_\_, Michel & FUCHS, Catherine (1975). **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas**. In : GADET, Françoise. & HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990b.

PRIORE, Del Mary (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

ROSSI, Giovana. **Os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade jurídica: Análise do discurso judicial no crime de estupro**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Ed. Empório do Direito: 2015.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004

SICRE, José Luis. *Introducción al Antiguo Testamento*, 7ª ed., Verbo Divino, Spain, 2000.

SILVA, J. **Amordaçadas e ruidosas: (um estudo sobre estupro, assassinato e santidade de meninas no Brasil, 1973-1996)** Editora CRV, 2013

SOUZA.S. **Conhecendo a análise do de discurso: linguagem e ideologia**. Manaus: Editora Valer, 2006.

SOUZA, Luiz Antônio Francisco de, SABATINE, Thiago Teixeira e MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Org). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

TASSO, Ismara; NAVARRO, Pedro. (Org.) **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas** [livro eletrônico]. Eduem. Maringá. 2012

TAYLOR, Chloe. Foucault, Feminism, and Sex Crimes. *Revista Hypatia* vol. 24, no. 4 (Fall, 2009)

TOMASELLI, Sylvana e PORTER, Roy . **Estupro**. Rio de. Janeiro: Rio Fundo, 1992.

TORREY, Morrison. **Feminist Legal Scholarship on Rape: A Maturing Look at One Form of Violence Against Women**. *William & Mary Journal of Women and the Law*, v. 2, n. 1, 1995, pp. 38-39 apud MOURA, Samantha Nagle. Estupro de mulheres como crimes de guerra sob as perspectivas feministas. UFPB. Dissertação. Mestrado em gênero e Direitos Humanos. 2015.

THORNHILL, R. and PALMER, C. **A Natural History of Rape: Biological Bases of Sexual Coercion**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Na Oficina de Foucault. In: KOHAN, Walter Omar; GONDRA, José (Org.). **Foucault 80 Anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 79-91.

VIGARELLO, Georges. **História do Estupro - Violência Sexual nos séculos. XVI-XX**. Tradução de Lucy Magalhães. 1 ed. Editora Jorge Zahar Editor, 1998.

YAMADA, Frank M. **Configurations of rape in the Hebrew's Bible** A Literary Analysis of Three Rape Narratives. Ed. Peter Lang Publishing, Inc., New York, 2008.

ZEITLIN, Froma. In **Configurações do Estupro na Mitologia Grega** apud TOMASELLI e PORTER. Estupro. Tradução Alves Calado. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992  
ZWANG, Gérard. O Sexo da Mulher. Trad. J.M. Bertolote. São Paulo: Editora UNESP, 2000

### ANEXO A - Íntegra da carta assinada por personalidades feministas francesas (tradução)

Depois do caso Weinstein, houve uma legítima tomada de consciência a respeito da violência sexual exercida contra as mulheres, especialmente no ambiente profissional onde alguns abusam do seu poder. Ela era necessária. Mas essa libertação da palavra se volta hoje em seu contrário: somos intimadas a falar como se deve, a calar o que incomoda e aquelas que se recusam a se curvar a tais injunções são consideradas traidoras, cúmplices! Mas essa é uma característica do puritanismo: emprestar, em nome de um suposto bem geral, os argumentos da proteção das mulheres e de sua emancipação para melhor acorrentá-las a um estatuto de eternas vítimas, de pobres coisinhas sob o domínio dos falocratas demônios, como nos bons e velhos tempos da feitiçaria. Na verdade, o **#metoo** provocou na imprensa e nas redes sociais campanha de denúncia e de acusação pública de indivíduos que, sem que lhes tenha sido dada a oportunidade de responder ou de se defender, foram colocados exatamente no mesmo nível que os agressores sexuais. Essa justiça expeditiva já fez suas vítimas, homens castigados no exercício de sua profissão, forçados a se demitir, etc., quando seu único **erro** foi ter tocado um joelho, tentado roubar um beijo, falar sobre coisas “íntimas” em um jantar profissional ou ter mandado mensagens com conotação sexual a uma mulher cuja atração não era recíproca. Essa febre para mandar os “porcos” ao matadouro, longe de ajudar as mulheres a conquistar sua autonomia, serve na verdade aos interesses dos inimigos da liberdade sexual, dos extremistas religiosos, dos piores reacionários e daqueles que acreditam, em nome de uma concepção substancial do bem e da moral vitoriana que os envolve, que as mulheres são seres “à parte”, crianças com rosto de adultos, que pedem para ser protegidas. Diante delas, os homens são instados a fazer seu *mea culpa* e a encontrar, no fundo de sua consciência retrospectiva, um “comportamento deslocado” que poderiam ter tido dez, vinte ou trinta anos atrás, e do qual deveriam se arrepender. A confissão pública, a incursão de autoproclamados promotores na esfera privada, eis o que instala um clima de sociedade totalitária.

A onda expiatória parece não ter limites. Aqui, censuramos um nu de Egon Schiele em um cartaz; ali, pedimos a retirada de um quadro de Balthus de um museu alegando que seria uma apologia da pedofilia; na confusão entre o homem e a obra, pedimos a proibição da retrospectiva de filmes de Roman Polanski na Cinemateca e conseguimos o adiamento daquela dedicada a Jean-Claude Brisseau. Uma universitária considera *Blow Up*, o filme de Michelangelo Antonioni, “misógino” e “inaceitável”. À luz desse revisionismo, John Ford (*Rastros de Ódio*), e até mesmo Nicolas Poussin (*O Rapto das Sabinas*) ficam numa situação delicada.

Os editores já estão pedindo a algumas de nós para tornarmos nossos personagens masculinos “menos sexistas”, para falar sobre sexualidade e amor com menos desmedida ou ainda para fazer com que os “traumas sofridos pelos personagens femininos” sejam deixados mais evidentes! À beira do ridículo, um projeto de lei na Suécia quer impor um consentimento expressamente notificado a todo candidato a uma relação sexual! Com um pouco mais de esforço, dois adultos com vontade de se deitar juntos terão de assinalar com antecedência, por meio de um “aplicativo” de seu telefone celular, as práticas que aceitam e aquelas que recusam, devidamente listadas em um documento.

Ruwen Ogien defendia uma liberdade de ofender indispensável à criação artística. Do mesmo modo, nós defendemos uma liberdade de importunar, indispensável à liberdade sexual. Hoje estamos suficientemente avisadas para admitir que a pulsão sexual é por natureza ofensiva e selvagem, mas também somos suficientemente clarividentes para não confundir paquera desajeitada com agressão sexual. Acima de tudo, estamos conscientes de que a pessoa humana não é monolítica: uma mulher pode, no mesmo dia, dirigir uma equipe profissional e desfrutar de ser o objeto sexual de um homem, sem ser uma “vagabunda” ou uma cúmplice vil do patriarcado.

Ela pode zelar para que seu salário seja igual ao de um homem, mas não pode se sentir traumatizada para sempre porque alguém se esfregou nela no metrô, embora isso seja considerado crime. Ela pode até considerar isso como expressão de uma grande miséria sexual, ou como um não-acontecimento.

Como mulheres, não nos reconhecemos nesse feminismo que, para além da denúncia do abuso de poder, assume as feições do ódio contra os homens e a sexualidade. Nós acreditamos que a liberdade de dizer não a uma proposta sexual não existe sem a liberdade de importunar. E consideramos que é preciso saber responder a essa liberdade de importunar de outra maneira que não seja se fechar no papel de presa. Para aquelas dentre nós que escolheram ter filhos, pensamos que é melhor criar nossas filhas de modo que

sejam informadas e conscientes o suficiente para poderem viver plenamente suas vidas sem se deixar intimidar ou culpar. Os acidentes que podem afetar o corpo de uma mulher não necessariamente atingem sua dignidade, e não devem, por mais difíceis que às vezes possam ser, necessariamente fazer dela uma vítima perpétua. Porque não somos redutíveis ao nosso corpo. Nossa liberdade interior é inviolável. E essa liberdade que apreciamos não existe sem riscos ou responsabilidades.

### **ANEXO B - Artigo de Danuza Leão no jornal *O Globo***

"O que não está claro para mim é o conceito de assédio. É uma paquera? Avanços sexuais entre homens e mulheres começam sempre de um lado. Às vezes, o outro lado não quer, e isso é normal. Como definir?

Espero que essa moda de denúncia contra assédio sexual não chegue ao Brasil. O que aconteceu no Globo de Ouro me pareceu um grande funeral. Apesar dos vestidos lindíssimos, acho que aquelas mulheres (que foram à cerimônia de preto) foram muito pouco paqueradas e voltaram sozinhas para casa.

Não acho que as denúncias de assédio possam gerar uma 'caça às bruxas' porque são uma coisa ridícula, para começo de história. É doloroso saber que uma mulher pode fazer uma acusação e tirar o emprego de um homem. É algo pecaminoso. Mas isso é coisa de americano. Lá eles não têm noção de sexo. É ótimo passar em frente a uma obra e receber um elogio. Sou desse tempo. Acho que toda mulher deveria ser assediada pelo menos três vezes por semana para ser feliz. Viva os homens."